

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

**Edição 44
Ano 17**

**Volume 4
Ciências Sociais**

**Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)**

2021

2021

2021

2021

Niterói – RJ

Revista Querubim 2021 – Ano 17 nº44 – vol. 4 – Ciências Sociais – 77p. (junho – 2021)
Rio de Janeiro: Querubim, 2021 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Andre Silva Martins
Elanir França Carvalho
Enéas Farias Tavares
Guilherme Wyllie
Hugo Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luiza Helena Oliveira da Silva
Marcos Pinheiro Barreto
Mayara Ferreira de Farias
Paolo Vittoria
Pedro Alberice da Rocha
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Álvaro de Souza Maiotti – Entre o ideal e o real: a Lei nº 10.639/2003 e o currículo de história do ensino médio da rede pública estadual paulista	04
02	Danielle Priscilla Sousa Oliveira e Odaleia Alves da Costa – O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão diante da pandemia de COVID-19: principais ações e medidas de contingência.	10
03	Domingos Sávio Campos de Azevedo e Daiane Paim Köhler – Os movimentos feministas e a democracia	19
04	Emerson Ricardo Esteves da Fonseca e Adriana Duarte Leon – Uma reflexão sobre o campo epistemológico da história e a interseccionalidade	25
05	Etevaldo Alves de Siqueira Junior e Ana Paula Rodrigues da Silva – Reflexões sobre práticas pedagógicas como fontes mediadoras da aprendizagem ao estudante com deficiência: um diálogo com a história	33
06	Humberto Junio et al – O olhar do Serviço Social e da equipe multiprofissional em relação às mulheres em uso de substâncias psicoativas	39
07	Jaqueline dos Santos Cyriaco et al – Assistência e acolhimento aos pais em alojamento conjunto: Uma reflexão necessária	48
08	José Amilsom Rodrigues Vieira e Kleiton Sousa Matos – Transgressão ou exercício de direito? o aborto no Brasil e na Argentina	59
09	Neide Santos Marcelli – Mulheres conciliando o home <i>office</i> e a família	64
10	Sofia Naira de Deus Pessoa – Reflexões sobre o luto em tempo de covid: uma revisão de literatura.	71

ENTRE O IDEAL E O REAL: A LEI Nº 10.639/2003 E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL PAULISTA¹

Álvaro de Souza Maiotti²

Resumo

O objetivo principal do presente artigo consiste em apresentar uma breve análise dos conteúdos do Currículo do Estado de São Paulo (2012), da disciplina de História (ensino médio regular), no que se refere à temática da história e cultura afro-brasileira, inserida obrigatoriamente nos currículos da educação básica por meio da Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Apesar do que estabelece a lei federal, verificou-se que a história e cultura afro-brasileira possuem um espaço diminuto no rol dos conteúdos curriculares. O reduzido número de aulas semanais de que dispõe o professor para ensinar o que está determinado no currículo é mais um fator que indica o descompasso existente entre o que legislação institui e a sua concretização. De modo que se constitui como um estudo teórico, os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica mostraram-se os mais adequados à sua realização.

Palavras-chave: Ensino Médio; Ensino de História; Lei 10.639/2003.

Abstract

The aim of this paper is to show a brief analysis of the contents of the school curriculum São Paulo state's, referring to the History school subject (regular high school) as to thematic of afro-brazilian history and culture, mandatorily inserted in the basic education curriculum through the Law No. 10.639/2003. Despite what federal law establishes, it was found that afro-brazilian history and culture have a small space among the curricular contents. The reduced number of classes per week available to the teacher to teach what is determined in the curriculum is another factor that indicates the mismatch that exists between what the legislation establishes and its implementation. As it is a theoretical study, the technical procedures of the bibliographic research proved to be the most adequate for its realization.

Keywords: High School; History Teaching; Law No. 10639/2003.

Introdução

Os currículos escolares constituem-se como objetos complexos: mais do que um simples documento composto pelo arrolamento de disciplinas, conteúdos e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes nos diversos níveis e etapas da educação, suas entrelinhas revelam projetos de sociedade, visto que direcionam a formação dos jovens como um todo. Não por acaso, Silva, T. (2005) define o currículo de muitas maneiras: como território, relação de poder, percurso, texto, discurso, espaço onde se forjam identidades, documento de identidade. Deste modo, o presente trabalho pretende contribuir com os estudos da área, apresentando uma breve análise do currículo oficial do Estado de São Paulo, da disciplina de História, no que se refere à temática da história e cultura afro-brasileira, inserida obrigatoriamente nos currículos da educação básica por

¹ Trabalho apresentado em 2020 à Universidade de Santo Amaro como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência (EFLCH - Unifesp). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) - ABPN e do Grupo HORIZONTE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens. Professor de Educação Básica II na rede pública estadual paulista de educação. Idealizador dos blogs O Saber Inútil (<https://osaberinutil.blogspot.com.br/>) e Coluna Preta (<https://colunapreta.blogspot.com.br/>).

meio da Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. O texto se encontra organizado da seguinte maneira: os procedimentos metodológicos empregados para a realização deste estudo são apresentados na seção metodologia; os dados obtidos nas fontes de consulta e a análise compõem a seção resultados e discussão; a síntese e possíveis desdobramentos são apresentados na seção considerações finais.

Metodologia

Considerando o escopo do trabalho e o objetivo que se pretende alcançar, os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica mostraram-se os mais adequados à sua realização. Conforme Prodanov e Freitas (2013), este tipo de pesquisa tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com todo o tipo de material escrito acerca do tema que por ele está sendo investigado. Silva, Santos e Denipoti (2011) destacam que a análise de textos escritos, na perspectiva da produção de conhecimento histórico, deve considerar ainda a natureza do documento a ser analisado, o tipo de conteúdo que ele contém, o contexto histórico e os atores envolvidos nos processos de produção e divulgação. Deste modo, as seguintes etapas foram estabelecidas: 1 – levantamento do material bibliográfico; 2 – leitura e fichamento dos textos; 3 – organização lógica do assunto; 4 – redação preliminar do artigo; 5 – redação final do artigo.

Breve trajetória histórica do Currículo do Estado de São Paulo (1980-2012)

Conforme Silva, O (2017), as primeiras ações de reforma curricular pós-ditadura ocorrem na década de 1980 e são caracterizadas pela criação do Ciclo Básico, e pela elaboração de propostas curriculares para o ensino de 1º grau e de materiais de apoio aos docentes para a sua implementação. Instituído entre os anos de 1991 e 1994, o “Programa de Reforma do Ensino no Estado de São Paulo” impunha sobre a educação pública paulista os parâmetros de qualificação da produção industrial, por meio do quadro referencial “Qualidade Total”. Datam desse período a criação da Escola-Padrão, com práticas pedagógicas pautadas no construtivismo e na pedagogia de projetos, e a tendência de municipalização das escolas de 1º grau. Ao término da década de 1990, a despeito do que preconiza a LDB acerca do papel da União em estabelecer diretrizes para a elaboração dos currículos e colaborar com estados e municípios nesse processo, as propostas curriculares de 1980 continuaram sendo referência. Em 2007, o “Programa São Paulo faz escola” é criado com o intuito de padronizar o currículo e estabelecer conteúdos mínimos que vigorariam a partir do ano seguinte, consolidando-se como currículo oficial em 2009. Outras edições deste documento foram publicadas em 2010 e em 2011. A versão atualizada é de 2012.

Caracterização do documento

Produzido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE), o “Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias” (2012) é um documento que direciona a atuação dos docentes da área junto às turmas de ensino fundamental II e/ou ensino médio regular das escolas públicas estaduais. Compõem este documento: a apresentação geral do currículo e de seus princípios norteadores, a concepção de ensino da área de ciências humanas e suas tecnologias e as seções que correspondem a cada disciplina. Na seção de cada disciplina encontra-se um breve histórico e os fundamentos de seu ensino, além dos quadros com os conteúdos a serem ensinados e as habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes em cada ano ou série, ao longo do período letivo.

Conteúdos de História para o ensino médio

Após breve apresentação do currículo no que se refere à sua trajetória histórica e características principais, passamos a examinar de maneira um pouco mais detida os conteúdos da

disciplina de História para as turmas de ensino médio. O Quadro 1 abaixo apresenta-nos os temas selecionados para a 1ª série, distribuídos em quatro bimestres.

Quadro 1 – Conteúdos da disciplina de História - 1ª série do ensino médio

Bimestre	Conteúdos
1º	<ul style="list-style-type: none"> - Pré-história • A Pré-história sul-americana, brasileira e regional - O Oriente Próximo e o surgimento das primeiras cidades • Egito e Mesopotâmia • Hebreus, fenícios e persas
2º	<ul style="list-style-type: none"> - Civilização grega • A constituição da cidadania clássica e o regime democrático ateniense • Os excluídos do regime democrático - Democracia e escravidão no mundo antigo e no mundo contemporâneo - O Império de Alexandre e a fusão cultural do Oriente com o Ocidente
3º	<ul style="list-style-type: none"> - A civilização romana e as migrações bárbaras - Império Bizantino e o mundo árabe - Os Francos e o Império de Carlos Magno - Sociedade Feudal • Características sociais, econômicas, políticas e culturais
4º	<ul style="list-style-type: none"> - Renascimento comercial e urbano e formação das monarquias nacionais - Expansão europeia nos séculos XV e XVI • Características econômicas, políticas, culturais e religiosas - Sociedades africanas da região subsaariana até o século XV - A vida na América antes da conquista europeia • As sociedades maia, inca e asteca

Fonte: Adaptado de São Paulo (2012)

Os temas “Egito e Mesopotâmia” e “Sociedades africanas da região subsaariana até o século XV”, localizados respectivamente no primeiro e quarto bimestres, dividem espaço com outros temas e representam a ínfima parcela africana desta composição curricular. Considerando sua amplitude histórica e geográfica, parece pouco provável que o docente seja capaz de abordar tamanha riqueza histórica e cultural de maneira significativa em tão pouco tempo. Os temas relacionados à Europa, por sua vez, ocupam o amplo espaço de dois bimestres inteiros (segundo e terceiro bimestres). O exíguo espaço aos temas africanos é uma característica que se repete na seleção das temáticas ensinadas para as demais turmas do ensino médio, como observaremos a seguir.

Quadro 2 – Conteúdos da disciplina de História - 2ª série do ensino médio

Bimestre	Conteúdos
1º	<ul style="list-style-type: none"> - Renascimento - Reforma e Contrarreforma - Formação dos Estados Absolutistas Europeus - Encontros entre europeus e as civilizações da África, da Ásia e da América
2º	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas coloniais europeus • A América Colonial - Revolução Inglesa - Iluminismo - Independência dos Estados Unidos da América
3º	<ul style="list-style-type: none"> - Revolução Francesa e Império Napoleônico - Processos de independência e formação territorial na América Latina

	<ul style="list-style-type: none"> - A Revolução Industrial inglesa - A luta por direitos sociais no século XIX • Socialismo, comunismo e anarquismo
4º	<ul style="list-style-type: none"> - Estados Unidos da América no século XIX • Expansão para o oeste e guerra civil - Segundo Reinado no Brasil • Abolição da escravidão e imigração europeia para o Brasil - O imaginário republicano

Fonte: Adaptado de São Paulo (2012)

De forma semelhante ao quadro anterior, o Quadro 2 acima dispõe os temas “Encontros entre europeus e as civilizações da África, da Ásia e da América” e “Abolição da escravidão e imigração europeia para o Brasil” respectivamente no primeiro e no quarto bimestres. Além da desigual distribuição espacial nos bimestres e ênfase aos assuntos relacionados à Europa, que aqui se repetem, observa-se que os temas africanos ainda disputam espaço em nível de unidade temática, visto que o docente é orientado a abordar, a um tempo, as relações entre os europeus e as civilizações da África juntamente com outros dois continentes. O mesmo acontece na outra unidade, dividida entre os temas da abolição e da imigração europeia ao Brasil.

Outro aspecto a ser considerado é a escolha de palavras para a redação dos temas, que interfere no modo como eles são apresentados no currículo. O termo “encontro” nos remete a um movimento voluntário e pacífico de convergência entre dois polos distintos ou dispostos em posições diametralmente opostas, camuflando a violência das ações e os crimes cometidos pelos europeus que escravizaram e assassinaram pessoas, violentaram mulheres e construíram riqueza espoliando outras nações. O termo “abolição”, por sua vez, nos remete às noções de anulação, cessação ou interrupção repentina, e pode implicar numa visão reducionista que identifica o fim da escravidão com um ato benéfico de estabelecimento de dispositivos legais, ocultando a luta e resistência de pensadores negros contra o regime escravagista.

Finalmente, o Quadro 3 abaixo lista os temas selecionados para a 3ª série do ensino médio, distribuídos como os demais em quatro bimestres.

Quadro 3 – Conteúdos da disciplina de História – 3ª série do ensino médio

Bimestre	Conteúdos
1º	<ul style="list-style-type: none"> - Imperialismos, Gobineau e o racismo - Primeira Guerra Mundial - Revolução Russa - Nazismo e racismo
2º	<ul style="list-style-type: none"> - A crise econômica de 1929 e seus efeitos mundiais - A Guerra Civil Espanhola - Segunda Guerra Mundial - O Período Vargas • Olga Benário e Luís Carlos Prestes
3º	<ul style="list-style-type: none"> - O mundo pós-Segunda Guerra e a Guerra Fria - Movimentos sociais e políticos na América Latina e no Brasil (1950-1960) • Revolução Cubana • Movimento operário no Brasil - Golpes militares no Brasil e na América Latina • Tortura e direitos humanos
4º	<ul style="list-style-type: none"> - Manifestações culturais de resistência aos governos autoritários (1960-1970) - O papel da sociedade civil e dos movimentos sociais na luta pela

	redemocratização brasileira <ul style="list-style-type: none">• O Movimento das “Diretas Já”• A questão agrária na Nova República- O neoliberalismo no Brasil
--	---

Fonte: Adaptado de São Paulo (2012)

Os temas relacionados à população negra aparecem de maneira tímida nos tópicos “Imperialismos, Gobineau e o racismo” e “Nazismo e racismo”, localizados no primeiro bimestre. O primeiro coloca em evidência um pensador racista que, conforme Sousa (2013), considerava a população brasileira esteticamente repugnante, avessa ao trabalho e dada aos vícios. Mestiços, pouco férteis e fisicamente enfraquecidos, para Gobineau os brasileiros seriam uma raça extinta em menos de 200 anos. O segundo nos remete às ações nazistas contra os negros, e sua forma de apresentação carrega o risco dessa população ser considerada apenas como vítima.

O que o currículo não diz também deve ser considerado. No que se refere à atuação dos movimentos sociais em prol da redemocratização no Brasil, não há menção à colaboração do povo negro, ainda que inúmeros registros o comprovem. À guisa de ilustração, Domingues (2007) elenca alguns exemplos, como: a formação do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) em São Paulo, a fundação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) no estado do Rio de Janeiro e a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), ocorridas entre 1972 e 1978.

Quanto à gestão do currículo, destaca-se ainda a Resolução SE 66, de 9 de dezembro de 2019, que estabelece as diretrizes de organização curricular do ensino fundamental e médio para todas as escolas da rede pública estadual paulista. De acordo com a resolução, cabe à disciplina de História 2 aulas semanais de 45 minutos por aula, em cada série do ensino médio, nos períodos diurno ou noturno. Assim, o reduzido número de aulas de que dispõe o professor soma-se às limitações impostas pelo currículo, dificultando sua tarefa de possibilitar aos estudantes o acesso à história e cultura afro-brasileira de maneira positiva.

Considerações finais

O campo do currículo está permeado pelas mesmas tensões que afetam a dinâmica da vida social, o que coloca em xeque a sua pretensa neutralidade. Em última análise, pode-se afirmar que produzir currículos significa produzir projetos de sociedade. Assim como agiu no final da década de 1990 em relação à LDB, a SEE parece ignorar o que estabelece a Lei 10.639/2003, o que nos leva a indagar: que tipo de projeto de sociedade está em curso no Estado de São Paulo?

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 26 set. 2020.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 set. 2020.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em: 31 out. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias**. 1 ed. atual. São Paulo: SE, 2012.

_____. **Resolução SE nº 66, de 9 de dezembro de 2019.** Estabelece as diretrizes da organização curricular do ensino fundamental e ensino médio da rede estadual de ensino de São Paulo. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/66_2019.HTM?Time=30/10/2020%2018:53:57. Acesso em: 15 out. 2020.

SILVA, E. A; SANTOS, F. L; DENIPOTI, C. **Métodos e técnicas de pesquisa em História II.** Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

SILVA, O. V. Aspectos da história dos currículos oficiais do Estado de São Paulo (1980-2008). In: Simpósio Nacional de História, 29., 2017, Brasília. **Caderno de Resumos...** Brasília: ANPUH, 2017, s.p.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2 ed., 9ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUSA, R. A. S. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2013.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19: PRINCIPAIS AÇÕES E MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA.

Danielle Priscilla Sousa Oliveira³
Odaleia Alves da Costa⁴

Resumo

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) se encontra com suas atividades acadêmicas presenciais suspensas, desde 17 de março de 2020 (IFMA, 2020b), assim buscamos com a pesquisa conhecer as medidas e ações desta instituição diante do momento pandêmico. A pesquisa é qualitativa com revisão bibliográfica e documental. Observa-se que houve, por parte da Instituição, uma preocupação com as condições sanitárias e ambientais dentro de cada *campus*, onde o IFMA vem demonstrando alinhamento com as orientações da OMS (2020b). Porém, este cuidado preventivo se sobrepôs às preocupações com o viés pedagógico e assistivo prestado aos discentes.

Palavras-chave: Instituição da educação básica. Saúde e educação. Crise pandêmica.

Abstract

The Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) has had its on-site academic activities suspended since March 17, 2020 (IFMA, 2020b), so we seek with the research to know the measures and actions of this institution in the face of the moment pandemic. The research is qualitative with bibliographic and documentary review. It is observed that there was, on the part of the Institution, a concern with the sanitary and environmental conditions within each campus, where the IFMA has been showing alignment with the WHO guidelines (2020b). However, this preventive care overlapped concerns with the pedagogical and assistive bias provided to students.

Keywords: Institución de educación básica. Salud y educación. Crisis pandémica.

Introdução

No mês de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, surgiu um novo coronavírus (*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* ou *SARS-CoV-2*), que foi relacionado como agente etiológico de um surto de pneumonias virais na localidade. A enfermidade passou a ser definida como *Corona Virus Disease 2019* (COVID-19), sendo considerada, em 30 de janeiro de 2020, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), por sua rápida dispersão através da transmissão de pessoa a pessoa, internacionalização e pelos novos casos de transmissão comunitária, constituindo-se, logo em seguida, uma pandemia (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS, 2020a).

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do IFMA campus Monte Castelo. Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA, 2014). Enfermeira do Instituto Federal do Maranhão - Campus Barra do Corda.

⁴ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP, 2013). Estágio pós-doutoral sob a supervisão da Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza, na UNESP Araraquara, com a seguinte pesquisa: História e Memória do EDURURAL/NE no Estado do Maranhão: 1980-1987. Professora do Instituto Federal do Maranhão, Campus Timon. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado Profissional no IFMA, Campus São Luís, Monte Castelo. Líder do grupo de pesquisa: História e Memória das Instituições Escolares (NEPHIME), vinculado ao CNPq e certificado pelo IFMA.

O impacto desta crise instalada com a pandemia de COVID-19 atravessa todos os âmbitos, desde o econômico, o político, o cultural, o social, o educacional, entre outros, demonstrando o fracasso do modelo neoliberal e o agravamento da questão social. E, coincidentemente, estamos nos dias atuais⁵, em primeiro lugar no número de mortes diárias, totalizando 358.425 óbitos (GAZETA DO POVO, 2021) e em terceiro lugar no número de novos casos diários, atingindo hoje 13.599.994 de casos confirmados desde o início da pandemia no país (GOOGLE NOTÍCIAS, 2021).

Esta situação atípica no cenário mundial, obviamente, de imediato, provoca, além do principal risco à saúde e à vida humana, outras inseguranças, temorese reações das mais diferentes formas, nas pessoas e em todos as dimensões necessárias à vida humana. Com influência direta sobre a economia, desemprego, relações sociais que dependem de contato físico etc., já é inegável o grande impacto negativo da pandemia sobre todas as formas de desenvolvimento mundial, tanto nas esferas públicas, quanto nas privadas (CRUZ SOBRINHO EBONILHA, 2020).

Somado a isso, a pandemia da COVID-19 criou “a maior crise no sistema de educação global da história” (SCHUH; ALVES, 2020, p. 2), afetando, aproximadamente, 1.6 bilhões de estudantes, em mais de 190 países, e em todos os continentes. Estima-se que 94% da população mundial de estudantes tenha sido impactada, e esse percentual chega a 99% em países de baixa renda (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 2020).

Com o avanço da pandemia, as instituições de ensino tornaram-se possíveis fontes de contágio, o que orientou a interrupção das aulas no Brasil (SCHIAVI; FERNANDES E PEDROZO, 2020). No país, umas das medidas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC), através da Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020, foi a suspensão das aulas presenciais dos cursos de educação profissional técnica de ensino, enquanto durar o quadro de pandemia de COVID-19 (BRASIL, 2020a). Complementando tal prorrogação, em 16 de junho de 2020, a Portaria nº 544 veio autorizar a substituição das aulas presenciais por aulas remotas (BRASIL, 2020b).

Atualmente, nos mantemos em uma situação desarmonizada no país, onde determinadas instituições privadas optaram pelo retorno presencial, enquanto as demais lutam incessantemente pela adequação dos sistemas de ensino remoto ou híbrido, no intuito de conter a segunda onda da COVID-19 em nosso país.

Portanto, também no âmbito da educação formal esse impacto é seriamente sentido, não só pela impossibilidade de manter a rotina letiva, mas também porque o contexto de pandemia já forçou a explicitação de problemas que estavam ocultos sobre a real concepção de educação e compreensão da função social das instituições de educação no contexto contemporâneo. Isso se torna, ainda, mais evidente, em instituições como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), disposta, literalmente, em todos os Estados da federação.

Como exposto, verifica-se que a pandemia e o contexto sócio-político que a envolve força as instituições de ensino, a adequar-se a essa nova realidade, assim como desenvolver ações institucionais que favoreçam a redução dos riscos de transmissão e o controle dessa doença. Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) determinou, por meio das Portarias IFMA nº 1.202 (16 de março de 2020) e nº 1.244 (20 de março de 2020), respectivamente, que a Instituição procedesse com a suspensão das atividades acadêmicas presenciais e que os *campi* e a Reitoria adotassem prioritariamente o atividades por meio remoto,

⁵ Dados coletados no dia 14 de abril de 2021

suspendendo o trabalho presencial (IFMA, 2020a).

Considerando o IFMA como instituição de formação integral e que se encontra com suas atividades presenciais suspensas, desde 17 de março de 2020 (IFMA, 2020b), buscamos com o artigo conhecer as medidas e ações prioritárias desta instituição diante do momento pandêmico. Afinal: quais ações foram implementadas em favor de seus discentes? Ocorreram medidas protetivas e de contingenciamento para prevenção ao contágio pelo novo coronavírus na Instituição? Espera-se desvelar estes questionamentos e demais inquietações pertinentes a situação explanada, atingindo o objetivo de identificar as ações e medidas de enfrentamento e contingenciamento adotadas pelo IFMA diante da pandemia de COVID-19.

Percurso Metodológico

O estudo tem abordagem qualitativa, onde preocupa-se primordialmente com a interpretação dos significados construídos pelos atores sociais, respondendo às suas particularidades, na tentativa de compreender um problema na perspectiva vivenciada, o que nos permitirá refletir e propor novas ações.

Aplicou-se como técnicas a revisão bibliográfica e documental, através da busca em fontes *online* e públicas relacionadas a atuação do IFMA diante da pandemia da COVID-19 e para discussão destes resultados, recorreu-se também a artigos científicos publicizados que tratavam da temática em questão, envolvendo demais instituições de ensino neste contexto.

As técnicas supracitadas nos permitiu angariar de modo efetivo um conjunto de “pistas”, informações e dados mais “materiais”, “concretos” e “diferenciados” acerca da temática e do escopo pesquisado (FONTANA, 2018).

O método utilizado na discussão dos resultados refere-se ao materialismo histórico dialético, sendo que este transversaliza a investigação, a produção e a análise dos dados. Martins (2008, p. 124) propõe que devam ser percorridos três passos para se alcançar o conhecimento do objeto estudado e desvelar a realidade:

- (1) a tomada de consciência das partes da totalidade a ser conhecida, abstraindo-as do todo; (2) o conhecimento detalhado dessas partes pelo processo da análise; (3) a superação da visão analítica, buscando as mediações que se estabelecem entre as partes, das partes com o todo e deste para as partes, de modo a produzir uma síntese da realidade, que reproduz no pensamento o concreto, o real, com todos os seus movimentos, suas determinações e significações, tornando-se um concreto pensado.

A seguir traremos os resultados colhidos de nossa pesquisa, ressaltando as medidas preventivas contra a COVID-19 adotadas pelo IFMA em sua totalidade e também, especificamente, a atuação da Instituição quanto a atenção e assistência dispensada a seu alunado nesse contexto vivenciado.

Resultados e Discussão

O IFMA foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras, pré-existentes. Atualmente, o IFMA possui 29 *campi*, 3 Centros de Referência Educacional (em fase de implantação), 1 Centro de Referência Tecnológica (Certeq) e 1 Centro de Pesquisas Avançadas em Ciências Ambientais, que

estão distribuídos por todas as regiões do Maranhão. O Instituto oferece cursos de nível básico, técnico, graduação e pós-graduação para jovens e adultos (IFMA, 2019).

O IFMA adotou medidas preventivas contra o avanço do novo coronavírus, causador da doença COVID-19, inicialmente através da criação de um Comitê Central de Crise para o Enfrentamento ao Novo Coronavírus, que deliberou pela suspensão das aulas presenciais por tempo indeterminado. Todos os *campi* também foram orientados a instalar Comitês Locais de Crise. Foi instituído o projeto Conte Comigo, uma rede com ações de orientações em saúde para servidores (IFMA, 2020a).

O Quadro 1 resume o processo cronológico das principais medidas adotadas pelo IFMA para contingenciamento e combate ao novo coronavírus.

Quadro 1. Portarias Institucionais e medidas adotadas pelo IFMA no combate e enfrentamento a COVID -19.

DATA	PORTARIA/MEDIDA	OBJETIVO
16/03/2020	Portaria IFMA nº 1.178	Constitui o Comitê Central de Crise para Enfrentamento do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Instituto Federal do Maranhão.
18/03/2020	Portaria IFMA nº 1.202	Estabelece aos <i>campi</i> e reitoria procedimentos e rotinas das atividades acadêmicas e administrativas de prevenção diante do cenário de emergência de saúde pública em decorrência do avanço do Novo Coronavírus.
20/03/2020	Portaria IFMA nº 1.244	Determina que os <i>campi</i> e a Reitoria adotem prioritariamente o desenvolvimento de atividades por meio remoto.
12/06/2020	Portaria IFMA nº 2.618	Estabelece diretrizes para a realização de Atividades Pedagógicas não Presenciais para a reorganização do Calendário Escolar 2020.
20/07/2020	Rede Conte Comigo	A Rede Conte Comigo abriu no SUAP uma pesquisa institucional para acompanhamento da saúde dos servidores em tempos de pandemia. Além disso, através da realização de um chamado no SUAP, os servidores podem acionar o serviço de tele orientação.
03/08/2020	Portaria IFMA nº 3.651	Autorizar aos <i>Campi</i> e a Reitoria o retorno gradativo às atividades administrativas de forma presencial e outros procedimentos.
20/01/2021	Portaria IFMA nº 265	Diretrizes pedagógicas, acadêmicas e de suporte ao ensino em função da pandemia de COVID-19 a serem adotadas nos Cursos Técnicos e Superiores.
04/03/2021	Portaria IFMA nº 973	Suspende as Atividades Presenciais na Reitoria e nos <i>campi</i> até 14 de março de 2021 ⁶ .

Fonte: IFMA contra o Coronavírus (COVID-19), 2021.

Observa-se, no Quadro 1, a pronta atuação do IFMA no intuito de conter a propagação da COVID-19 entre sua comunidade, onde tivemos o primeiro caso confirmado da doença no Maranhão no dia 20 de março de 2020 (MARANHÃO, 2021) e paralelamente a isto, na mesma

⁶Através de prorrogações, atualmente a suspensão das atividades presenciais está prevista para até o dia 19 de abril de 2021, conforme Portaria IFMA nº 1.420, de 05 de abril de 2021.

semana a Instituição transcorreu com a suspensão das aulas presenciais, instaurando-se grupos de trabalhos e comitês para analisar a situação de excepcionalidade e criar protocolos de segurança e prevenção.

A Instituição, respeitando as recomendações da OMS e portarias emitidas pelo MEC, recorreu ao ensino remoto, retomando suas aulas por meios *online* a partir de julho de 2020, com cada *campus* tendo autonomia para reorganizar seu calendário acadêmico e reiniciar suas aulas, através do uso de tecnologias digitais, que se baseiam em aulas transmitidas de modo síncrono ou assíncrono, por meio de plataformas disponibilizadas pelo *GSuite for education: Meet, YouTube e Classroom*.

Além das atividades de ensino não presenciais, é oportuno ressaltar que as ações de pesquisa e extensão também continuam de forma remota. Alguns editais para fomento de projetos de pesquisa e de extensão foram prorrogados para que os responsáveis pudessem planejar e adaptar as etapas para execução de modo remoto.

É possível observar que a utilização do ensino remoto minimiza os impactos gerados pela pandemia na educação (GARCIA et al., 2020), contudo, não podemos deixar de notar, que essa metodologia de ensino evidencia ainda mais as fragilidades sociais e econômicas de inúmeros estudantes brasileiros.

Entretanto, para esse problema é mais complexo do que a simples adoção de atividades pedagógicas não presenciais por parte das instituições de ensino. Isso porque, apesar da transformação digital vivenciada pela sociedade nos últimos anos, dados apontam que 39% dos estudantes de escolas públicas brasileiras não têm computador ou *tablet* em suas residências (CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - CETIC, 2019).

A ausência de dispositivos e espaço adequados, bem como falta de acesso à internet, além de outras vulnerabilidades sociais que os estudantes de escolas públicas enfrentam, tem gerado mais dificuldades na busca por soluções inclusivas, por gestores de ensino, para o enfrentamento da atual pandemia. Essa realidade parece ser mais evidente nas escolas públicas municipais e estaduais, mas também inclui as escolas públicas federais, destacando-se os IFs.

Visando garantir a permanência de seus estudantes, o IFMA possui em sua Política de Assistência ao Educando (PAE) (Resolução do Conselho Superior nº114/2017), programas, projetos e ações para garantir o acesso, permanência e conclusão do curso pelo educando, através da formação integral, incluindo neste âmbito o auxílio financeiro estudantil com repasse de recursos, além do cuidado à saúde dos estudantes regularmente matriculados, prestados por uma equipe multiprofissional de saúde, pautada nos princípios do Sistema Único de Saúde da universalidade, equidade e integralidade (IFMA, 2017).

O IFMA na pretensão de minimizar os efeitos pandêmicos, em consonância com sua PAE, lançou medidas de concessão de recursos financeiros para auxílio à inclusão digital; distribuição de *chips* com pacotes de internet ou de equipamentos tecnológicos, como *tablets*, para acesso às aulas remotas pelos discentes, além de distribuição de kits alimentícios e auxílio financeiro emergencial para aqueles discentes com baixa renda *per capita* (IFMA, 2021c).

Destarte, é importante afirmar que os desafios de implementar políticas educacionais são imensos, devido a sua complexidade e considerando uma situação de distanciamento social, tornam-se ainda mais desafiadores e o ensino remoto vem gerando preocupações em relação ao acesso, qualidade e efetividade no processo de ensino e aprendizagem, em especial na EPT.

A fim de contextualizarmos a situação dos estudantes do IFMA, os dados da Plataforma Nilo Peçanha do MEC (2020), mostram que em 2019, o IFMA tinha 36.647 estudantes matriculados em 512 cursos, distribuídos em 29 unidades. Ainda, segundo a Plataforma, em relação às características, a maioria dos estudantes atendidos pela Instituição são pretos e pardos (84,60%, cumulativamente) e de baixa renda, em que 39,9% declararam uma renda de até 0,5 salário mínimo na família. Com o quantitativo exposto, evidencia-se uma crítica situação, onde a Instituição ainda necessita tentar abarcar parte deste público, se reinventando e, muitas vezes, reestruturando suas atividades, ações e auxílios financeiros para com seu alunado.

A partir do segundo semestre de 2020 e do retorno das aulas por meios remotos, tivemos o desenvolvimento de algumas ações educativas na Instituição, dentre elas o “setembro amarelo”, com atividades de rodas de conversa via *Meet* para tratar da saúde mental durante a pandemia da COVID-19 e mecanismos de proteção física e mental a serem trabalhados neste momento.

Diante dessa realidade multideterminada que perpassa a pandemia, a agudização da crise econômica, os inúmeros rebatimentos no processo ensino-aprendizagem e os reflexos e rumos na política de educação, identificamos que a assistência estudantil pode contribuir com o retorno às atividades acadêmicas principalmente por meio da oferta de transferência de renda destinada aos estudantes, de auxílios para a inclusão digital, de alimentação escolar e de apoio psicológico.

Neste contexto, nota-se que, de modo geral houve por parte da Instituição, uma preocupação com as condições sanitárias e ambientais de contingenciamento dentro de cada *campus*, onde o IFMA vem demonstrando alinhamento com as orientações da OMS (2020b), fazendo-se crer que o cuidado com a saúde é um princípio de valor inegociável. Porém, este cuidado preventivo se sobrepôs às preocupações com o viés pedagógico e assistivo prestado aos discentes, pois sentimos uma falha na atuação da Instituição em reformular suas práticas e ações, na busca ativa de discentes que se encontram com dificuldades de acessar às aulas por meios digitais e de uma investigação com caracterização socioeconômica e biopsíquica dos ingressantes no ano letivo de 2020.

Faz-se necessário frisarmos o estímulo que demais IF's desenvolveram para contribuir para a formação profissional de seus estudantes e no apoio a comunidade, como é o caso do Instituto Federal do Piauí (IFPI), onde um docente junto de seu aluno, desenvolveu uma ferramenta interativa em formato de Painel COVID-19 para visualização e consulta de dados relacionados à COVID-19 no estado do Piauí, através de mapas e gráficos (IFPI, 2020). De acordo com o professor, o Piauí não dispunha de uma plataforma interativa de divulgação do avanço da COVID-19, ao contrário do observado em outros Estados. Desta forma, o site vem para contribuir no enfrentamento da pandemia e auxílio aos órgãos governamentais em uma maior visibilidade aos dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde do Piauí.

Adicionalmente, os IFs gaúchos têm atuado junto às comunidades no Estado do Rio Grande do Sul, produzindo e fornecendo EPIs, álcool gel, e realizando ações de enfrentamento a pandemia. Essas ações são mapeadas em uma plataforma interativa, gerenciada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), onde a lista resume uma série de projetos colocados em prática pelas instituições da RFEPCT desde 11 de março de 2020, quando a OMS declarou a existência da pandemia de COVID-19. A plataforma foi viabilizada pelo CONIF a partir de uma proposta do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Em sua primeira fase, mostra a contribuição de cada instituição com a força-tarefa para deter o número de contaminações, internações e óbitos (INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS, 2020).

Atualmente, o IFMA encontra-se em processo de matrículas para as turmas ingressantes de 2021 e iniciando o período letivo, através das aulas remotas, com as turmas veteranas. Cabe destacar que, devido ao aumento de casos da COVID-19 no Maranhão e propagação desenfreada da segunda onda de contaminação (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO MARANHÃO – SES/MA, 2021), as atividades presenciais de todos os *campi* encontram-se suspensas e as matrículas para os ingressantes estão ocorrendo por meio *online*, o que nos leva a novos desafios a serem enfrentados e a assistência prestada ao discente devendo ser remodelada, antes mesmo deste ingressar, de fato, na Instituição.

Diante do exposto e apesar do momento, não podemos deixar de relatar e enfatizar os esforços dos docentes e servidores técnicos-administrativos do IFMA no intuito de proporcionar aos discentes um retorno gradual e dentro das medidas preventivas recomendadas, restringindo-se, até o momento, às aulas remotas e uso de ferramentas digitais, além de atendimentos *online* via e-mail, telefonemas e redes sociais. A manutenção dos discentes no ambiente educacional é fundamental, porém, um trabalho árduo nos espera ainda, mesmo após um possível retorno presencial das atividades educacionais.

Considerações Finais

Nessa perspectiva, entende-se que, com a chegada da pandemia do novo coronavírus, muitas das dificuldades enfrentadas são ampliadas devido aos impactos socioeconômicos causados por esta. Isso porque, atualmente, muitos estudantes e suas famílias passam por problemas financeiros, além da necessidade de lidar com as questões relacionadas à manutenção da saúde física e emocional.

O artigo nos revela uma atuação concreta e direcionada do IFMA em atuar na prevenção ao novo coronavírus, com divulgação maciça de materiais instrutivos, estimulando a promoção à saúde entre sua comunidade acadêmica. Porém, nota-se uma discreta interação, mesmo que de forma *online*, com seus alunos, no que diz respeito a busca ativa daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, expansão de recursos financeiros e tecnológicos além do desenvolvimento de ações e atividades de acordo com a realidade local de cada *campi*.

Portanto, não se pretende esgotar aqui o debate sobre a temática. Pelo contrário, deseja-se estimular a discussão em busca de alternativas para o atendimento das necessidades de todas as partes da comunidade acadêmica, bem como contribuir para a oferta de educação pública de qualidade e inclusiva.

Referências

BRASIL. **Portaria nº 376**, de 03 de abril de 2020. Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Ministério da Educação. Diário Oficial da União, seção 11, de 6 de abril de 2020, p. 66. 2020a. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=66&data=06/04/2020>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

_____. **Portaria nº 544**, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Diário Oficial da União, edição 114, seção 1, página: 62, 2020b. Disponível: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

CETIC. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras**. São Paulo: 2019. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/tics/educacao/2019/escolas-urbanas-alunos/B6/>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

CRUZ SOBRINHO, Sidinei; BONILHA, Tamyris Proença. A FUNÇÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA PANDEMIA MUNDIAL E UMA REFLEXÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO ESCOLA-COMUNIDADE. **Revista Metalinguagens**, v. 7, n. 2, p. 191-218, 2020.

FONTANA, Felipe. Técnicas de Pesquisa. In: ZAMBELLO, Aline Vanessa et al. **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. p: 59-78.

GARCIA, José Antonio Dias et al. Ensino profissional e tecnológico na pandemia COVID-19: contexto político e educacional. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. e15391210789-e15391210789, 2020.

GAZETA DO POVO. **Números Coronavírus**: Entenda o avanço da Covid-19 no Brasil e no mundo. 2021. Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/coronavirus/numeros/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GOOGLE NOTÍCIAS. **Coronavírus**: Global. 2021. Disponível em: <<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

IFMA. **Resolução 114 de 26 de junho de 2017**. Dispõe sobre o regulamento da Política de Assistência ao Educando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. 2017. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/114_Conselho_Superior_REIT-Altera-064.2015.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação. **IFMA contra o Coronavírus (COVID-19)**: prevenção é o melhor caminho. 2020a. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/ifma-contra-o-coronavirus-covid-19/>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

_____. **Portaria nº 265**, de 20 de janeiro de 2021. Diretrizes pedagógicas, acadêmicas e de suporte ao ensino em função da pandemia de COVID-19 a serem adotadas nos Cursos Técnicos e Superiores, 2021a. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2021/01/PORTARIA-No-265_2021-Nota-PRENAE.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

_____. **Portaria nº 973**, de 04 de março de 2021. Suspende as Atividades Presenciais na Reitoria e nos *campi* até 14 de março de 2021, 2021b. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/PORTARIA-No-973_2021-GAB-REIT_REITORIA_IFMA-1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

_____. Pró-Reitoria de Ensino de Assuntos Estudantis. Assistência ao Educando. 2021c. Disponível em: <https://prenaef.ifma.edu.br/assistencia-ao-educando/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. **Portaria nº 1.178**, de 16 de março de 2020. Constitui o Comitê Central de Crise para Enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Instituto Federal do Maranhão, 2020c. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2020/03/portaria.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

_____. **Portaria nº 1.202**, de 18 de março de 2020. Estabelece aos *campi* e reitoria procedimentos e rotinas das atividades acadêmicas e administrativas de prevenção diante do cenário de emergência de saúde pública em decorrência do avanço do Novo Coronavírus, 2020b. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2020/03/Portaria-1202-2020.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

_____. **Portaria nº 1.244**, de 20 de março de 2020. Determina que os *campi* e a Reitoria adotem prioritariamente o regime de trabalho de forma remota, 2020d. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/2020/03/20/ifma-determina-que-atividades-sejam-desenvolvidas-prioritariamente-de-forma-remota/>>. Acesso: 11 fev. 2021.

_____. **Portaria nº 2.618**, de 12 de junho de 2020. Estabelece diretrizes para a realização de Atividades Pedagógicas não Presenciais nos cursos presenciais de Educação Profissional Técnica de

Nível Médio, Graduação e Pós-Graduação do IFMA, para a reorganização do Calendário Escolar 2020, 2020f. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2020/06/Portaria-2618-de-12-de-junho-de-2020-1-converted.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. **Portaria nº 3.651**, de 03 de agosto de 2020. Autorizar aos Campi e a Reitoria o retorno gradativo às atividades administrativas de forma presencial e outros procedimentos, 2020g. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Portaria-3651-Retorno-1.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

_____. **Rede Federal: 110 anos transformando vida**, 2019. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/2019/09/23/rede-federal-110-anos-transformando-vidas/>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

IFPI. **Notícias:** Equipe do IFPI desenvolve ferramenta interativa com dados da Covid-19 no Piauí, 2020. Disponível em: <<https://www.ifpi.edu.br/teresinacentral/noticias/equipe-do-ifpi-desenvolve-ferramenta-interativa-com-dados-da-covid-19-no-piaui>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

IFRS. **Covid-19:** Ações da Rede Federal durante a pandemia são divulgadas em mapa interativo, 2020. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/acoes-da-rede-federal-durante-pandemia-sao-divulgadas-em-um-mapa-nacional/>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MARANHÃO. Coronavírus Maranhão: histórico de casos. 2021. Disponível em: <<https://www.corona.ma.gov.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o Conhecimento:** ruptura ou continuidade. São Paulo: UNISAL, 2008.

MEC. **Plataforma Nilo Peçanha (PNP):** ano base 2019, 2020. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>>. Acesso em 15 mar. 2021.

OMS. **Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV)**. 2020b. Disponível em: <[https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihc-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihc-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov))>. Acesso em: 01 abr. 2021.

OMS. **Novel Coronavirus – Republic of Korea (exChina)**. Geneva: WHO, 2020a. Disponível em: <<https://www.who.int/csr/don/21-january-2020-novel-coronavirus-republic-of-korea-ex-china/en/>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ONU. **Policy Brief: Education during COVID-19 and beyond**. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_covid19_and_education_august_2020.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SCHIAVI, Cristiano Sordi; FERNANDES, Érik Álvaro; PEDROZO, Eugenio Avila. Complexidade Moriniana e as Policrises da COVID-19: por uma educação humanizadora frente à crise planetária. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 402-426, 2020.

SCHUH, Aline Beatriz; ALVES, Ana Paula Ferreira. Enfrentando a pandemia da covid-19: uma reflexão a partir da perspectiva de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Observatório Socioeconômico da COVID-19**. Universidade Federal de Santa Maria. Texto para discussão 19, p. 01-16, 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/10/Textos-para-Discussao-19-Reflexao-da-Pandemia-em-IFs.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SES/MA. Portal Saúde. **Boletins COVID-19**. 2021. Disponível em: <<https://www.saude.ma.gov.br/boletins-covid-19/>>. Acesso em: 08 de abr. 2021.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021

OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A DEMOCRACIA

Domingos Sávio Campos de Azevedo⁷
Daiane Paim Köhler⁸

Resumo

Este estudo propõe uma reflexão sobre a relação entre movimentos feministas e regimes democráticos. Por meio de uma revisão bibliográfica, observa-se que o fomento dos direitos igualitários, defendidos pelos movimentos feministas, contribuem para a formação de uma democracia mais equânime. A educação para a equidade de gênero e o engajamento da sociedade como um todo são meios importantes na busca pela justiça e liberdade social e política. A consolidação da democracia perpassa pela socialização política de crianças e adolescentes, além da construção de um aparato jurídico que auxilie o desenvolvimento da equidade de gênero, principalmente em países como o Brasil.

Palavras-chave: Luta Antissexista; Feminismo; Democracia.

Abstract

This work proposes a reflection about the relation between feminist movements and democratic regimes. Through a bibliographic review, it is observed that the promotion of egalitarian rights, defended by feminist movements, contribute to the formation of a more equitable democracy. Education for gender equity and the engagement of the society as a whole are important means in the search for justice and for social and political freedom. The consolidation of democracy involves the political socialization of children and adolescents, in addition to the construction of a legal apparatus that helps the development of gender equity, especially in countries such as Brazil.

Key words: Anti-sexist Movement; Feminism; Democracy.

Introdução

O movimento feminista é antes de tudo um movimento político. No Brasil, acompanhou e ajudou a formar as transformações políticas. No final da década de 20, a bióloga brasileira Bertha Lutz foi uma importante representante do movimento sufragista no Brasil, após ter sido influenciada pelo movimento europeu, onde cursou o ensino superior. Seu empenho junto a suas companheiras resultou na garantia do voto às mulheres brasileiras – restrito às assalariadas e alfabetizadas – pelo Código Eleitoral de 1932. A conquista ao voto é considerada um marco do Movimento Feminista no Brasil, impulsionando e ampliando os grupos de mulheres pelo país e disseminando pautas e formas de organização diversas.

Durante a ditadura militar, o levante dos grupos de mulheres, de forma clandestina devido ao cenário político, é considerado a segunda fase, ou onda, do feminismo no Brasil, principalmente articulado na década de 70. A discussão era em torno de pautas específicas como a legalização do aborto, direitos das mulheres, combate à violência doméstica, mas também sobre demandas gerais como a luta pelo fim da ditadura e pela redemocratização do país.

⁷ Professor Associado da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Doutor em Ciência Política (UFRGS), Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA.

⁸ Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Especialista em Práticas de Comunicação Não-Violenta e Cultura de Paz (UNIPAMPA), Bacharela em Comunicação Social – habilitação Jornalismo (UFN).

Revisitando a história anterior do Brasil, verificamos que – mesmo o país tendo se separado da Coroa Portuguesa em 1822 –, vigeu, até 1916, o Código Filipino, ou as Ordenações Filipinas, que consistia em uma compilação jurídica operante em Portugal e em seus territórios ultramarinos até 1867. O Código Filipino previa que o marido poderia matar sua esposa caso ela fosse flagrada em adultério. Foi substituído em 1916 pelo Código Civil Brasileiro que, por sua vez, estabelecia a hierarquia familiar, atribuindo plenos direitos ao homem e relegando à mulher situação de inferioridade legal. A mulher casada não poderia, entre outras atividades da vida civil, abrir conta em banco, exercer uma profissão, receber uma herança ou ainda comprar e vender imóveis sem a autorização do marido.

Em 1962, a Lei nº 4.121, conhecida como o Estatuto da Mulher Casada, alterou alguns artigos do Código Civil, tais como o artigo 6º que declarava a incapacidade feminina para alguns atos civis. A mudança possibilitou, além de tornar-se economicamente ativa, o direito da mulher sobre a guarda de seus filhos, em caso de separação (BRASIL, 1962).

A igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, inclusive nas relações conjugais, só foi conferida pela Constituição Federal de 1988. Entre outras alterações, a Carta Magna tratava acerca da violência doméstica, prevendo em seu artigo 226, parágrafo oitavo, a responsabilidade do Estado em promover mecanismos para coibir a violência no domínio das relações familiares. Porém, foi só em 2005 que o Código Penal Brasileiro, em vigor desde 1940, através da Lei nº 11.106, sofreu alterações em artigos de cunho discriminatório. Os incisos VII e VIII do artigo 107, por exemplo, que previam a extinção da punibilidade de estupradores que se casassem com a vítima ou se ela casasse com um terceiro, foram revogados (SOARES; GONÇALVES, 2017).

Muitas dessas conquistas jurídicas foram desdobramentos de mobilizações dos movimentos feministas. As reivindicações por direitos civis e organização dos grupos em todo o país fizeram diferença ao participar ativamente das discussões e colocar em pauta as suas propostas. Mas boa parte das agendas do século XX contemplam um grupo privilegiado de mulheres: brancas, elitizadas e com alto grau de instrução. Atualmente, o movimento é bem mais diverso e contempla muitas correntes teóricas e de militância, incluindo feminismos negros, LGBTQI+ e de grupos mais jovens. O movimento não é unificado e nem mesmo uníssono em suas pautas. A revisão de literatura no âmbito desse estudo garantiu delinear alguns aspectos importantes acerca desse movimento político e suas contribuições e desafios no contexto democrático brasileiro. Tal metodologia, inclusive mais ampla dos domínios nacionais, possibilitou reunir alguns elementos reflexivos acerca do tema e a verificação de que os feminismos são movimentos importantes na construção, manutenção e garantia de uma efetiva democracia.

Equidade de gênero e democracia

Nos últimos trezentos anos, o Ocidente vem passando por um processo contínuo de modernização política, social, econômica e cultural sem precedentes. Mesmo assim, um aspecto cultural e estrutural antigo ainda persiste: a cultura do patriarcado, baseada na negação da autonomia das mulheres e do direito à liberdade sobre seu corpo, suas ideias e seu comportamento.

O que entendemos por democracia hoje significa que todos os seres humanos, independente de gênero, sexo ou raça, são valiosos de forma igual. Então qualquer tipo de discriminação nesse sentido entra frontalmente em contradição com este regime. A democracia é por natureza inclusiva, mas os países que ainda estão na fase industrial, apresentam um déficit de inclusão. Tal déficit se apresenta em primeiro lugar por uma socialização das crianças de forma desigual, pela qual os comportamentos exigidos de meninos e meninas são distintos, reservando

para os meninos um lugar de superioridade. Quando adultos, mulheres recebem menores salários comparados aos dos homens para realizar a mesma tarefa.

A violência estrutural e naturalizada que tem sua face mais cruel nos altos índices de feminicídio é a marca registrada desses países atrasados. Tendo o machismo como pano de fundo cultural, a ausência ou ineficácia de políticas públicas para mitigar a relativa vulnerabilidade das mulheres faz com que elas reúnam desvantagens em relação aos homens, como explica Miguel (2015, p. 11-12):

A falta de creches e de políticas adequadas para conciliação entre a rotina de trabalho e o cuidado com os filhos pequenos penaliza as mulheres, muito mais do que os homens, em sociedades nas quais a divisão dos papéis permanece atada a compreensões convencionais do feminino e masculino.

Connell (2015) defende que uma agenda democrática precisa contestar as históricas desigualdades entre o Norte e o Sul Global e que, tanto o sistema colonial do passado quanto a atual economia mundial globalizada, são baseadas no poder institucionalizado dos homens. Mesmo a luta anticolonial também foi liderada por homens, priorizando masculinidades violentas.

Em regimes pós-coloniais, os homens das elites locais foram muitas vezes cúmplices dos homens de negócios das metrópoles na exploração do trabalho das mulheres. Corporações multinacionais não poderiam operar como operam sem essa cooperação. [...] Em geral, regimes pós-coloniais têm sido patriarcais e, às vezes, profundamente misóginos e homofóbicos. (CONNELL, 2015, p.284)

Como nos diz Inglehart (2009, p. 321), “a ideia de democracia tem como objetivo aumentar o poder das pessoas, como se as sociedades fossem formadas por meio de um contrato social entre iguais, todos com o mesmo potencial para fazer escolhas autônomas e responsáveis”. Já em sociedades profundamente desiguais, este contrato social encontra muitos obstáculos para se estabelecer.

Um outro contrato que é tácito e antigo, feito somente com a participação dos homens, mantém um *status quo* pelo qual os homens têm o direito de dispor do corpo, do pensamento e do comportamento das mulheres à revelia delas. Assim, muitos países, que foram colonizados a partir do século XI, ainda mantêm a cultura do patriarcado como traço cultural predominante.

Porém, a equidade de gênero está se transformando em componente central da democracia avançada dos países pós-industriais. Nos países que conseguiram superar a cultura do patriarcado, a equidade de gênero é vista como vantajosa para todos. Já os países do sul são pressionados pelos países pós-industriais do Norte, a se modernizarem, buscando cada vez mais colocar as mulheres num lugar igual aos homens em termos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Em sociedades pós-industriais, a ideia de que os homens são melhores líderes políticos está cada vez menos crível. Segundo Inglehart (2009, p. 322), “essa possibilidade de ação se reflete numa tendência maciça para a crescente representação feminina em parlamentos nacionais.” Mas em todo o mundo, e de forma específica entre mulheres jovens, ainda não temos uma maioria absoluta, onde a ideia de superioridade masculina encontre uma rejeição contundente.

Nos países fortemente influenciados pela cultura do patriarcado, tal ideia tem uma rejeição menor ainda. Nestes países, a ideia de que os homens são melhores do que as mulheres é amplamente aceita entre ambos, afinal nenhuma criança nasce machista. O machismo é construído socialmente durante a socialização de meninas e meninos na família, escola, mídia, religião e trabalho.

Toda relação de poder é uma relação política, assim os países do Sul precisam desenvolver uma cultura política de equidade de gênero. Como indica Inglehart (2009, p. 325), “em países onde o público rejeita a ideia de que os homens são melhores líderes políticos, proporções muito mais altas de mulheres são efetivamente eleitas para o Parlamento, [...] sugerindo que as normas culturais têm um impacto mais forte do que as instituições.”

Existe uma crescente participação das mulheres em parlamentos do mundo, mais rápido e numeroso no Norte, mais lento e menos numeroso no Sul. O modo como se deu a modernização desigual entre o Sul e o Norte, pode sugerir que a variável econômica poderia explicar sozinho este fenômeno. Para terminar, Inglehart (2009, p. 325) nos informa que “análises de regressão indicam que o nível econômico de uma sociedade explica apenas 30% da variação no percentual de mulheres no Parlamento.”

Movimento feminista: uma luta democrática

Enquanto sistema social, o patriarcado sofreu mutações e adaptações na esteira do capitalismo. Para além, Hooks (2019) diz que se, para algumas feministas brancas, a família é uma instituição essencialmente de opressão, para muitas mulheres negras, a família é a instituição menos opressiva de todas. Um importante interesse do Estado projetar a ideia de que o movimento feminista possui o intuito de destruir a família.

De forma dinâmica, como todas as relações sociais através da história, gênero e família e suas transformações definem estruturas, geram efeitos e impactos ao mesmo tempo que são afetadas por elas na formação do Estado de Bem-Estar. Assim, os diversos arranjos familiares e situação social das mulheres das sociedades tendem também a refletir na variedade de modelos de regimes de Estado de Bem-estar. A esfera doméstica de reprodução social e a divisão sexual do trabalho formam a base conceitual comum de família e gênero.

Desde os primeiros estudos acerca do Estado de Bem-estar, enfatizou-se o papel da família na provisão social, destacando duas visões principais para tal: a família cumpre funções cruciais na reprodução, desenvolvimento e socialização de seus membros; a segunda, aponta que ao longo do ciclo histórico de transição das sociedades tradicionais às modernas e contemporâneas, funções antes exclusivas da família e comunidade do entorno foram transferidas para outras esferas da sociedade.

Mais tarde, a teoria feminista contribuiu para o reconhecimento do papel constitutivo da relação de gênero nas estruturas e efeitos do Estado de bem-estar. A crítica feminista argumentava que o processo de elaboração das tipologias clássicas do Estado de Bem-estar privilegiou a relação Estado-mercado, as dimensões econômicas, institucionais e políticas. Mesmo com diversas correntes e orientações teóricas, os estudos feministas são fundamentais para as teorias e análises comparadas dos Estados de bem-estar (DRAIBE, 2007).

Os benefícios dos programas sociais se configuram como meios de mitigar as privações econômicas, principalmente entre as mulheres, como aponta a autora norte-americana Angela Davis, ao mencionar uma pesquisa pela qual revela que “a cada três pessoas adultas pobres, duas são mulheres” (2017, p. 29). Essa perspectiva precisa ser levada em conta porque, para além da opressão sexista que reverbera em nossa sociedade e gera um elo comum de luta das mulheres, as identidades de raça e classe forjam diferenças em seus modos de vida, *status* social e demandas específicas – o que precisam ser consideradas também na ocasião da promoção de políticas públicas, por exemplo.

A filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2019) nos diz que insistir em universalizar as mulheres, ignorando as diferenças existentes, acaba fazendo com que apenas parte do ser mulher seja visto. Essa visão homogênea, segue a autora, torna as demandas dos homens negros e das mulheres negras implícitas e, conseqüentemente, não sendo beneficiários de políticas importantes, além de serem apartados de serem aqueles que pensam tais políticas. “Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, o avanço mais profundo fica impossibilitado” (*ibidem*, p. 40-41).

A rígida divisão sexual de papéis afeta de forma diferente todos os indivíduos, porém a opressão masculina sobre a mulher não pode ser dirimida pelo fato de que os homens também a sofrem, dadas as devidas proporções e diferenças. Contudo, a dicotomia entre vítima e culpados não contribuirá de forma efetiva para o avanço da luta pelo fim da opressão. A responsabilidade, sim. De forma coletiva, é preciso desconstruir preconceitos e normas que interfiram na realização de projetos e desenvolvimentos pessoais.

Entre as mulheres é necessário observar de que forma o machismo as oprime através de padrões físicos e comportamentais, por exemplo, instituídos pelo patriarcado e retroalimentado pelo capitalismo, além das próprias relações consigo e na interação com outras mulheres; na discriminação salarial, assédios morais e econômicos, tanto no mercado de trabalho quanto no âmbito familiar e social.

A responsabilidade masculina no enfrentamento ao sexismo perpassa pelo reconhecimento dos privilégios operantes em nossa cultura – e tal compreensão se faz necessária tanto para gênero quanto para classe, raça, etnia e qualquer outro marcador social e/ou econômico. Em outras palavras, os homens precisam identificar seus privilégios, preconceitos e atitudes machistas e, por conseguinte, fazer o mesmo com seus pares. Desconstruir comportamentos que reafirmam masculinidades hegemônicas e de manutenção do sistema sexista de opressão em seu cotidiano são mecanismos que visam fortalecer a luta por uma sociedade mais equilibrada, além de legitimar os processos realmente democráticos.

Assim, pode se dizer que o machismo é um sistema de crenças que define e privilegia os homens como superiores ao passo que despreza todos os demais. E o feminismo surge como um fomento ao diálogo e à multiplicidade dos corpos em relação não violenta, sendo a própria democracia que se almeja, iniciando pelos direitos das mulheres e avança, conforme conclui Tiburi (2019, p.46): “interrogando a urgência dos direitos de todos que sofrem sob jugos diversos, em cenários nos quais o poder do capital estabelece toda forma de violência, das mais sutis às mais brutais”.

Considerações finais

Enquanto finalizávamos este artigo, em dezembro de 2020, a Argentina aprovava a legalização da interrupção da gravidez, uma mudança na legislação defendida por muitos coletivos feministas daquele país. Até então, o aborto só era permitido em casos de estupro ou pelos quais a saúde da mulher grávida estivesse em risco – previsões legais semelhantes às brasileiras. Pela nova lei argentina, toda gestante terá direito ao acesso do procedimento no sistema de saúde de forma gratuita e segura, até a 14ª semana de gestação. Em casos de estupro ou risco de morte, a intervenção pode ser feita a qualquer tempo.

A transformação das mentalidades reflete nos círculos sociais e políticos reverberando nas legislações. Tais mudanças contribuem para a formação de uma nação mais justa e equânime, para mulheres, homens e demais identidades de gênero. Pelo que delineamos nas reflexões propostas,

dentro dos limites deste artigo, percebe-se que a sociedade e a legislação brasileira - assim bem como em outros países, cada um a seu tempo – mudaram (e continuam mudando) à medida que os movimentos feministas também se reinventam e se expandem nos espaços sociais.

Fala-se de uma pluralidade de propostas e posturas dentro dos feminismos, mas esses são baseados no estímulo ao diálogo social, entre os próprios indivíduos, entre esses e as instituições e demais articulações políticas e sociais, fortalecendo, assim, o próprio sistema democrático. E como tal, constitui-se em um movimento de todos, não há espaço para abstenções. A luta pela democracia perpassa pela solidariedade a todos que, no passado, defenderam, dentro de suas alternativas, para que mais pessoas tivessem acesso a direitos, dignidade e possibilidades de desenvolvimento pessoal. A luta dessa geração é expandir esses preceitos e alcançar as pessoas que ainda sofrem sob o arbítrio da dominação e da opressão de gênero, classe, raça e qualquer outro marcador discriminatório.

A defesa da democracia é uma luta diária e depende da educação e engajamento de mulheres, homens, comunidade LGBTQI+, idosos, crianças e da sociedade como um todo na busca pela justiça e liberdade social e política. A cultura é dinâmica e aprendida pelos seus membros. Sendo assim, passível de mudanças e rupturas de sua reprodução sem reflexão e internalização passiva. As relações sociais são complexas e o tema não se esgota nesta discussão, e com essa perspectiva, visamos o estímulo a novas oportunidades acadêmicas e reflexões críticas em trabalhos futuros.

Referências:

- BRASIL, **Lei nº4.121/62, de 27 de agosto de 1962** – Estatuto da Mulher Casada, 1962.
- CONNELL, Raewyn. **Gênero: uma perspectiva global** / RaeynConnel, Rebeca Pearse; Tradução e revisão técnica: Marília Moschkovich, São Paulo: nVersos, 2015.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política** / AngelaDavis ; tradução Heci Regina Candiani. – 1. ed. – São Paulo :Boitempo, 2017.
- DRAIBE, Sônia M. **Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea**. In: HOCHMAN, Gilberto (org). **POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**/ organizado por Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007
- HOOKS, bell **Teoria feminista: da margem ao centro**. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- INGLEHART, Ronald. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução** /Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.
- RIBEIRO, Djamila, **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro)
- SOARES, Cecília Teixeira; GONÇALVES, Hebe Signorini. **O macho, o covarde e o criminoso: alguns comentários sobre o processo de criminalização da violência contra a mulher no Brasil**. In: BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos (Orgs.). **Homens e violência contra mulheres. Pesquisas e intervenções no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017. p. 112-136.
- TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 10ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- Enviado em 30/04/2021
Avaliado em 10/06/2021

UMA REFLEXÃO SOBRE O CAMPO EPISTEMOLÓGICO DA HISTÓRIA E A INTERSECCIONALIDADE

Emerson Ricardo Esteves da Fonseca⁹
Adriana Duarte Leon¹⁰

Resumo

O objetivo deste artigo é explicitar a necessidade da reflexão sobre os marcadores sociais de gênero, raça, classe e sexualidade para compreender a realidade atual. Para viabilizar a reflexão proposta, recorre-se à análise das ausências históricas, das disputas presentes no campo da produção do conhecimento científico e da interseccionalidade como categoria de análise das relações sociais. Conclui-se que pensar a opressão no contexto dos marcadores sociais é identificar as influências diretas de dominação, como o colonialismo, o eurocentrismo e o imperialismo. Também implica em reconhecer que o pensamento colonialista ampliou seu espaço no Brasil, por meio da representatividade do atual presidente da república e, em tempos difíceis, como os atuais, a educação popular pode ser um instrumento para trabalhar a interseccionalidade na escola.

Palavras-chave: educação, história; interseccionalidade; conhecimento.

Abstract

The purpose of this article is to explain the need for reflection on the social markers of gender, race, class and sexuality in order to understand the current reality. In order to make the proposed reflection feasible, an analysis of historical absences, disputes in the field of scientific knowledge production and intersectionality as a category of analysis of social relations is used. It is concluded that to think oppression in the context of social markers is to identify the direct influences of domination, such as colonialism, Eurocentrism and imperialism. It also implies recognizing that colonialist thought has expanded its space in Brazil, through the representation of the current president of the republic and, in difficult times, like the current ones, popular education can be an instrument to work on intersectionality at school.

Keywords: education, history; intersectionality; knowledge.

Introdução

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre interseccionalidade; seu conceito faz referência aos marcadores sociais de gênero, raça, classe, sexualidade e suas interações e influências. Esta escrita possui quatro seções principais: a primeira delas propõe analisar as ausências históricas, identificando suas influências na produção da realidade contemporânea.

A segunda seção pretende aproximar o leitor do conceito de interseccionalidade, considerando os marcadores sociais anunciados, correlacionando-os com as relações de dominação explicitadas pelo colonialismo e pelo patriarcado.

⁹ Mestrando no IFSUL Campus Pelotas. Professor de nível II, atuando na disciplina de Ensino Religioso na rede pública municipal de Pelotas, licenciado em Filosofia e História pela Universidade Federal de Pelotas, com curso de formação em tecnologias de informação e Ensino

¹⁰ Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense e atua junto ao Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados e junto ao Programa de Pós-graduação em Educação - Doutorado em Educação e Tecnologia e Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia.

A seção seguinte apresenta uma reflexão sobre o conhecimento, abordando questões ligadas ao conhecimento científico e o campo epistemológico da história.

Na continuidade dos tópicos abordados, o trabalho analisa o governo do atual presidente do Brasil e identifica uma prática colonialista e conservadora que precisa ser confrontada.

Por fim, o trabalho como um todo reflete sobre uma educação decolonial, utiliza uma bibliografia relevante e atual e sugere espaços de resistência que podem ser ocupados por todos.

Pensando as ausências históricas

Pensar sobre as ausências presentes na história é um exercício epistemológico realizado atualmente por pesquisadores e pesquisadoras de diversos campos, principalmente aqueles vinculados ao campo da História. Identificar os atores que protagonizam as relações sociais e são excluídos intencionalmente da história é por muitas vezes preencher lacunas encontradas dentro da história, lacunas que deixam de fora sujeitos importantes na construção de nossa sociedade; estes são parte integrante de um todo social e efetivam relevantes contribuições sociais, históricas e culturais dentro da coletividade. Borges (1986) cita como exemplo dessas exclusões na história: as mulheres – embora atuantes e precursoras no desenvolvimento da humanidade, são relegadas a segundo plano e aparecem majoritariamente na história ocidental, tuteladas pelo homem, reproduzindo assim um machismo estrutural já presente no espaço social:

Vemos também transformações lentas, como no campo dos valores morais: o machismo, por exemplo, é um valor que impera na maior parte das sociedades que a história estuda, a ponto de se poder dizer que a história que está escrita mostra um processo praticamente só conduzido pelos homens. No Ocidente, aproximadamente de um século para cá, surge um questionamento mais constante desse valor milenar. Isso se dá em grande parte devido a uma participação maior da mulher no processo de produção; à medida que as mulheres saem da esfera exclusiva do lar, começam a refletir na realidade. (BORGES, 1986, p. 51)

Ao refletir sobre uma história limitante, observamos aspectos relevantes a respeito do feminismo eurocêntrico, pois possui uma construção que não nega o problema da dominação patriarcal, mas, de acordo com Segato (2012), assume uma posição a-histórica e anti-histórica, promovendo movimentos nocivos ao processo de inclusão, assim, as vozes de mulheres não brancas, como as mulheres indígenas e as mulheres negras:

Origem do feminismo - o feminismo eurocêntrico, que afirma que o problema da dominação de gênero, da dominação patriarcal, é universal, sem maiores diferenças, justificando, sob a bandeira da unidade, a possibilidade de transmitir às mulheres não brancas, indígenas e negras, dos continentes colonizados os avanços da modernidade no campo dos direitos. Sustenta, assim, uma posição de superioridade moral das mulheres europeias ou eurocentradas, autorizando-as a intervir com sua missão civilizadora-colonial / modernizadora. Esta posição é, ao mesmo tempo, a-histórica e anti-histórica, porque encerra a história dentro de um cristal de tempo lentíssimo, quase estagnado, do patriarcado e, sobretudo, encobre a virada radical introduzida pela entrada do tempo colonial / moderno na história das relações de gênero. Como já mencionei anteriormente, tanto a raça como o gênero, apesar de haverem sido instalados por rupturas epistêmicas que fundaram novos tempos – o da colonialidade para a raça e o da espécie para o gênero – fazem história dentro da estabilidade da episteme que os originou. (SEGATO, 2012, p. 116)

Carece ampliar-se na história uma reflexão acerca de marcadores sociais específicos como raça e gênero, compreendendo, como sugere Henning (2015), que a relevância maior não se encontra na análise dos marcadores isolados, mas nas formas de interação entre estes:

Portanto, não necessariamente é preciso desenvolver a análise de uma infinidade de marcadores em toda e qualquer análise social, mas atentar para o entrelaçamento daqueles que se mostram relevantes contextualmente, ou seja, partindo de análises atentas às diferenças que fazem diferença em termos específicos, históricos, localizados e, obviamente, políticos. (HENNING, 2015, p. 111)

É importante enfatizar a relevância da reflexão em relação aos marcadores sociais de raça, classe e sexualidade, bem como sua interação para melhor compreender a realidade. A ausência histórica das reflexões acerca desses marcadores limita a interpretação social e pode ocasionar na produção da desigualdade, pois fazemos uma falsa leitura da realidade.

Compreendendo melhor o conceito de interseccionalidade

O termo interseccionalidade remete à análise da interação social entre gênero, raça, sexualidade e classe na sociedade. Akotirene (2018) anuncia a interação entre os grupos como responsável pela consolidação de um sistema discriminatório que fortalece as desigualdades e gera problemas que limitam o desenvolvimento humano, como a fome, a miséria e a exclusão social. Segundo Akotirene (2018), a opressão acontece da seguinte forma:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, construindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (AKOTIRENE, 2018, p. 68)

Conforme Akotirene (2018), a interseccionalidade possui limitação por meio de “maus usos acadêmicos por pessoas negras fora do lugar epistêmico” (p. 74). Tal questão envolve a abrangência do colonialismo que sujeita as várias categorias vinculadas à interseccionalidade, sujeitando-as por representarem agendas modernistas:

De fato, muitas das estimadas categorias do mantra interseccionalista – originalmente voltado para raça, classe e gênero e agora incluindo sexualidade, nação, religião, idade e deficiência – são o produto de agendas colonialistas modernistas e regimes de violência epistêmica, operantes mediante uma formação epistemológica ocidental/euro-americana através da qual toda a noção de identidade discreta tem emergido, por exemplo, em termos de sexualidade e império. (AKOTIRENE, 2018, p. 88)

A interseccionalidade, segundo Akotirene (2018), representa a articulação de marcadores sociais, porém adverte para a preocupação superficial com os oprimidos, aquela que não objetiva o combate à opressão. Certas pautas políticas de raça, gênero ou classe buscam apenas aquisição de posições sociais dentro das instituições, sem uma profunda preocupação com o que realmente está em evidência:

Sendo assim, articular raça, classe e gênero nem sempre revela preocupação com parcelas oprimidas, existem setores ágeis em tirar lucro político e simbólico das engrenagens identitárias, são mulheres cúmplices que estão querendo a fama e o heroísmo. (AKOTIRENE, 2018, p. 89)

Pensar a respeito da opressão, verificando a intensidade que está representada no contexto dos marcadores sociais, é identificar as influências diretas dos três pilares fundamentais da dominação: o colonialismo, o eurocentrismo e o imperialismo. As formas de dominação impregnam as relações sociais tornando-as tóxicas, dificultando a desconstrução dos modelos de opressão. Para Collins (2015), as mudanças¹¹ necessárias em nossa sociedade estão presentes em uma luta interna, onde nosso opressor tenta reproduzir em nós diferentes formas de oprimir outras pessoas, dificultando as verdadeiras mudanças sociais.

Uma questão fundamental aparece na reflexão a respeito da opressão, pois enquanto o opressor obtiver apoio e força dentre os oprimidos, aumenta a dificuldade da desconstrução das relações tóxicas que escravizam as pessoas dentro da sociedade, corroendo o tecido social, criando um contexto de oprimidos/opressores. Este cenário contribui para ampliar o alcance do colonialismo, do eurocentrismo e do imperialismo. O não questionar a opressão só fortalece o contexto de dominação social, distanciando a sociedade ainda mais das tão necessárias mudanças estruturais.

Ao mencionar a opressão, é fundamental pensar a respeito da questão antropológica¹² ligada à interseccionalidade, onde, conforme Henning (2015), os marcadores sociais ao interagirem promovem desigualdades sociais e hierarquizações. O autor tece uma crítica sobre a dificuldade da reflexão sobre interseccionalidade relacionada a gênero, considera a ausência de trabalhos sobre o assunto. Segundo ele, para pensar interseccionalidade e gênero feminino é necessário ampliar a compreensão em relação à interação:

Há alguns anos, ao participar de um curso que endereçava debates interseccionais contemporâneos, pude perceber o quanto a “interseccionalidade” estava difundida e como produzia um grande interesse inclusive para pesquisadoras(es) de fora dos estudos feministas e de gênero. Além disso, era possível perceber também que produzia inúmeros questionamentos, dúvidas e confusões, e que se configurava, sobretudo, em uma noção que alcançou centralidade no pensamento feminista nas últimas décadas. Uma das autoras desse campo, Leslie McCall (2005, p. 1771), por exemplo, chega a afirmar que a interseccionalidade poderia ser considerada como uma das mais importantes contribuições teóricas que os estudos de mulheres, conjuntamente com outros campos afins, produziram até o momento. (HENNING, 2015, p. 101)

Henning (2015) apresenta a crítica de Adriana Piscitelli a respeito dos marcadores sociais, no conceito de interseccionalidade, explicitando melhor a considerada questão antropológica, pois não existe a possibilidade da fusão entre diferença e desigualdade; associá-las é uma condição indispensável:

Adriana Piscitelli afirma, por sua vez, que além das limitações supracitadas haveria outra, bastante significativa, nessa abordagem: segundo uma perspectiva antropológica, a vertente sistêmica fundiria a ideia de diferença à de

¹¹ O verdadeiro foco da mudança revolucionária não está nunca meramente nas situações opressivas das quais almejamos escapar, mas naquele pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós. Audre Lorde, *Sister Outsider*, 123. (COLLINS, 2015, p. 15)

¹² Exposição sistemática dos conhecimentos que se têm a respeito do homem. (ABBAGNANO, 2000, p. 67)

desigualdade, questão problemática, uma vez que tal associação a priori e imperativa não poderia ser considerada como condição primária (e sine qua non) em todo e qualquer contexto cultural e histórico. Nessa direção – e chamando a atenção para um fator que creio ser um cuidado imprescindível para o campo feminista interseccional atual – a autora pondera que, “como a diferença nem sempre é um marcador de hierarquia nem de opressão, uma pergunta a ser constantemente feita é se a diferença remete à desigualdade, opressão, exploração. Ou, ao contrário, se a diferença remete a igualitarismo, diversidade, ou a formas democráticas de agência política” (HENNING, 2015, p. 113)

Percebendo a crítica e considerando o conceito de antropologia de Abbagnano (2000), em um dado momento, se estabelece a condição não essencial de fusão entre diferença e igualdade, considerando um contexto cultural e histórico. Em sua crítica, a autora contribui para a reflexão ao lançar dúvida sobre o sentido da diferença em âmbito interseccional.

Interseccionalidade e conhecimento

Ao refletir sobre o conhecimento, é possível visualizar as questões ligadas ao colonialismo e à dominação, Santos (2018) contribui nesta reflexão ao afirmar que o conhecimento ocidental é injusto, pois desconsidera quaisquer outros conhecimentos¹³ existentes.

Num contexto de evidência do conhecimento científico na atualidade, Corrêa e Silva (2018) promovem uma profunda crítica acerca de um conhecimento, limitado e limitante, por excluir do contexto as formas de conflito e de diversidade:

Esse conhecimento científico monocultural, portanto, é fundamentalmente autoritário e excludente, porque exclui o conflito e a diversidade, o que implica uma injustiça cognitiva, que está articulada às injustiças sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais do capitalismo. (CORRÊA e SILVA, 2018, p. 204)

É importante destacar as ideias presentes nos escritos de Santos (2018), que abordam o distanciamento da tradição eurocêntrica, limitando o espaço para a ocorrência de realidades novas ou até não existentes; é a “sociologia das ausências”. Santos (2018) demonstra o panorama atual de desigualdade, violação de direitos, ataques à democracia e corrupção. Conforme Santos (2018, p. 308), “a colonialidade do conhecimento (como a do poder) continua sendo fundamentalmente instrumental para expandir e reforçar as opressões causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado”. O autor evidencia a colonialidade do conhecimento como ferramenta de opressão. Pensemos na ciência como promotora das desigualdades ao nos remetermos à dependência desta aos financiamentos que ocultam interesses de entes privados. Percebe-se a supremacia do poder econômico que indica as regras a diferentes setores da sociedade e, na maioria das vezes, promove a manutenção de seus interesses, mantendo-se no controle da sociedade.

¹³ Nesta situação, não é possível promover a justiça social sem promover a justiça entre as diversas formas de conhecimento. Em outras palavras, não existe justiça social sem justiça cognitiva global. (SANTOS, 2018, p. 308)

Governos colonialistas e a possibilidade de resistência: a situação do Brasil

Um político que se tornou uma forte referência do pensamento colonialista no Brasil é Jair Bolsonaro¹⁴, com ideias retrógradas, como a defesa do voto impresso, o descaso com o meio ambiente, a negligência com os originários e a negação dos protocolos de preservação da vida. Peixoto e Figueiredo (2018) observam o desprezo de Bolsonaro para com as comunidades originárias, demonstra um firme ideal de branqueamento que representa um forte componente de colonialismo:

Bolsonaro quer entregar a Amazônia (BRUM, 2018), em que Eliane Brum reporta a fala: “o índio é um ser humano como nós”. Provavelmente o autor da frase não pensa realmente assim e a frase carrega sentidos outros, os quais vale a pena explorar. O presidente eleito diz também que “o indígena quer ‘empreender’, quer ‘evoluir’, que os “indígenas deveriam ter o direito de vender e arrendar a terra”, parecendo querer dizer que “os indígenas gostariam de ser brancos, para poderem tornar a terra mercadoria”. Aliás, o ideal de branqueamento, que desde sempre atravessou as subjetividades e as políticas nacionais no Brasil, é uma síndrome que revela um forte componente de colonialidade entre nós. (PEIXOTO e FIGUEIREDO, 2018, p. 138)

Quijano (2005) alerta para a importância da realização de um movimento contrário à colonialidade, de modo a desfazer seus efeitos nocivos aos povos latinos. Para o autor, a identidade latino-americana demonstra ser um importante componente para aniquilar os efeitos da colonialidade, promovendo o que chama de des/colonialidade do poder:

Nessa perspectiva e nesse sentido, a produção da identidade latino-americana implica, desde o início, uma trajetória de inevitável destruição da colonialidade do poder, uma maneira muito específica de descolonização e de liberação: a des/colonialidade do poder. (QUIJANO, 2005, p. 27)

A atualidade está inserida no capitalismo estrutural colonial que determina as posições sociais; um capitalismo que coloca sua mão pesada sobre as pessoas em sociedade, manipulando as democracias, determinando sua forma de ação, garantindo as diversas formas de opressão, conforme os interesses das elites patriarcais e colonialistas, dificultando, segundo Vergès (2020), a ação de movimentos emancipatórios: “Os movimentos feministas de política decolonial, junto a outros movimentos decoloniais e a todos os movimentos de emancipação, enfrentam um momento de aceleração do capitalismo que atualmente regula o funcionamento das democracias.” (VERGÈS, 2020, p. 29)

Paulo Freire é um símbolo de lutas em tempos difíceis, onde a incompreensão toma de assalto nossa sociedade, fragilizando o tecido social. Freire nos deixa o legado da educação como ferramenta de transformação. Conforme Corrêa e Silva (2018), Freire projeta a base para uma educação libertária baseada na liberdade de expressão:

Freire adverte que uma consciência crítica, construída e elevada social, cultural, política e eticamente, não pode prescindir jamais do terreno das contradições e dos conflitos, onde ela se gera, entre classes/grupos sociais que fazem o movimento e engendram a sociedade, na qual se produzem e reproduzem os limites e possibilidades. (CORRÊA e SILVA, 2018, p. 211)

¹⁴ Presidente eleito do Brasil para atuar no período de 2019 – 2022.

Conforme Corrêa e Silva (2018), os partidos que tiveram ascensão ao poder, utilizando como instrumento as lutas coletivas, no atual momento, já não conseguem satisfazer os interesses de quem os elegeu:

A luta pelos interesses coletivos, no entanto, passou a ganhar um enfoque gradualista, ao passo que a ascensão de partidos e políticos ao poder e socialmente sobrepujou as motivações e as necessidades dos coletivos, da sociedade. Esses foram transformados em autênticos trampolins e a educação popular uma mera transferidora da ideologia partidária para tal feito. (CORRÊA e SILVA, 2020, p. 208)

A educação, neste contexto de lutas, torna-se um importante instrumento de resistência social e de desconstrução do colonialismo. Para Corrêa e Silva (2018), a educação representa um amplo espaço de descolonização das ciências, instituições e relações:

Isso implica dizer e compreender que a educação não se reduz ao espaço formal, mas se estende para múltiplos espaços, o que (re)significa e supera o conceito de escola como único oráculo do aprender e do saber, em cujo centro está o professor, e o desafio de se situar a práxis político-educativa da escola em novos patamares, concebendo-a como um dos lugares onde nos educamos, sendo necessário que ela interaja com os demais saberes, espaços e sujeitos sociais, entendidos como produtores de outros processos e experiências educativas e existenciais, vislumbrando descolonizar as ciências, instituições e relações sociais. (CORRÊA e SILVA, 2018, p. 214)

A educação popular pode e deve ser um verdadeiro instrumento para trabalhar a interseccionalidade na escola. A escola, por sua vez, é o espaço amplo para a conversa, o debate, a pluralidade de ideias, onde a presença das diferenças deve ser compreendida de maneira a contribuir para a construção de uma sociedade mais solidária e mais humana para todos e todas que nela vivem.

Considerações Finais

O tema interseccionalidade apresenta seus desafios e possibilidades para a produção de conhecimento no campo da pesquisa. Estas reflexões podem nos aproximar da percepção sobre as dificuldades encontradas para enfrentar a ação do colonialismo, do patriarcado e do imperialismo, reforçadas pelo sistema capitalista.

Nesse contexto, a interseccionalidade pode representar uma possibilidade de luta contra a opressão presente na sociedade. Ao nos reportarmos ao ideal de Paulo Freire, identificamos um caminho de entendimento e lucidez, frente à situação atual, pois a possibilidade de uma educação transformadora, que remete ao conhecimento libertário e reflexivo, que visa à ruptura com a sociedade eurocêntrica em que vivemos, pode promover a construção de uma sociedade que valoriza as pessoas, gerando melhores oportunidades e melhorias para a população, promovendo uma educação decolonial e libertária, voltada para o combate às opressões que corroem o tecido social e causam tantos males para nossa sociedade.

A análise e a compreensão dos marcadores sociais no espaço escolar podem representar uma desconstrução de padrões estabelecidos pelo sistema capitalista. A sociedade reflete práticas ligadas ao patriarcado, ao colonialismo e ao imperialismo e a escola não consegue estar apartada das formas de opressão; por este motivo, se faz urgente a introdução de um movimento educacional popular que enfrente este modelo existente.

Por fim, pensar a educação – como impulsionadora de uma nova visão de mundo – é pensar num contexto de resistência contra a dominação e contra o hegemônico. Para Ortiz (2018), é necessário, descolonizar as práticas escolares, descolonizando a escola, fazendo com que professores de várias esferas procurem o caminho da reflexão e da descolonização, com ações questionadoras sobre o conhecimento eurocêntrico, ampliando os espaços e melhorando as condições de ensino, fazendo com que os discentes reflitam sobre o cotidiano, por meio de espaços de debate, buscando a inclusão social e a desconstrução de modelos opressores.

Referências:

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2018.
- BORGES, Vavy Pacheco. **A História, hoje em dia. O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Reflexões e práticas de transformação feminista. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015.
- CORRÊA, Roberto Moraes; SILVA, Severino Bezerra da. Educação popular e sua renovação crítica: um diálogo com as Epistemologias do Sul. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, p. 200-220, jan./mar. 2018.
- HENNING, Carlos Eduardo. **Desigualdades e Interseccionalidades. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Mediações, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.
- ORTIZ OCAÑA, Alexander. **Decolonialidad de la educación: emergencia urgencia de una pedagogía decolonial** / Alexander Ortiz Ocaña, María Isabel Arias López, Zaira Esther Pedrozo Conedo. Santa Marta : Universidad del Magdalena, 2018.
- PEIXOTO, Rodrigo; FIGUEIREDO, Kércia. **Descolonialidade e sociologia na América Latina. Colonialidade do poder: conceito e situações e decolonialidade no contexto atual**. Belém: NAEA Editora/ UFPA, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estudos Avançados, n. 19 (55), 2005.
- SANTOS, Boaventura Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul**. Volume I. Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial**. e-cadernos CES [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012, consultado a 30 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1533> ; DOI : 10.4000/ eces.1533.
- VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial. Definir um campo: o feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- Enviado em 30/04/2021
Avaliado em 10/06/2021

REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO FONTES MEDIADORAS DA APRENDIZAGEM AO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA: UM DIÁLOGO COM A HISTÓRIA

Etevaldo Alves de Siqueira Junior¹⁵
Ana Paula Rodrigues da Silva¹⁶

Resumo

Esse presente artigo busca um entendimento plausível sobre a temática das atividades docentes no que concerne o pensamento crítico na forma de facilitar o pensamento sobre os diálogos sobre o passado e o presente. Ainda mais se levarmos em conta o papel do professor de História nesse contexto. Ainda mais na perspectiva desse ensino para alunos com necessidades especiais, para que baseado em mecanismos sócio educacionais seja possível a aplicação do conhecimento para qualquer um. O método adotado no atual trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica na área estudada e levantamentos bibliográficos. Espera-se que o resultado seja o melhor entendimento diante da temática abordada.

Palavras-chaves: Ensino. História. Professores.

Abstract

This article seeks a plausible understanding of the theme of teaching activities with regard to critical thinking in order to facilitate thinking about dialogues about the past and the present. Even more so if we take into account the role of the history teacher in this context. Even more in the perspective of this teaching for students with special needs, so that based on socio-educational mechanisms it is possible to apply knowledge to anyone. The method adopted in the current work is based on bibliographic research in the area studied and bibliographic surveys. It is hoped that the result will be a better understanding of the topic addressed.

Keywords: Teaching. History. Teachers.

Introdução

O ensino para as questões que serão abordadas baseiam-se na emergente condição dos espaços escolares se modificarem em aspectos que ultrapassam a ideia do espaço físico; desde as práticas de professores, e, principalmente, do professor de História em sua construção como ser mediador do pensamento crítico e facilitador do entendimento, que todos são seres construtores do seu presente, mediante diálogos entre passado e presente. Na perspectiva de promover o ensino aprendido para seu estudante, e, como determinante a essa problemática, o estudante com deficiência, sendo ela física, mental, no que independe sua condição; o desafio será estabelecer mecanismos mesmo que desafiadores para o ensino comum, constituído nesse país, estados e municípios; resguardem a possibilidade que o conhecimento seja direcionado a qualquer sujeito.

Amparado assim, por leis, regulamentos e políticas públicas, possibilitando o desempenho dessas práticas; o traçar histórico das conquistas para que hoje, a pessoa com deficiência não seja interpretada de forma excludente no processo formativo; todavia, infelizmente o é. E, para as ocorrências de transformações que permeiam a formação do ser professor, que sairá da licenciatura para as práticas, não serão exitosas se a teoria se desvincular da prática humana, será falho o

¹⁵ Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes. Graduado em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão.

¹⁶ Graduanda em História pela Universidade Federal do Maranhão.

processo do ensino aprendido, se seu processo diário de planejamentos e avaliações, não se voltar para as necessidades do seu estudante; a relação da aprendizagem a partir da ludicidade com o brincar, mediante o pensar de Vygotsky; objetos facilitadores da aprendizagem e, sobretudo, pensar os espaços reflexivos segundo o projeto político pedagógico nas escolas.

Uma vez que se pensa educação inclusiva no âmbito de metodologias aplicáveis no contexto socioeducativo, no que independe da área que se queira tratar, nota-se veementemente um despreparo explícito por parte de docentes nas áreas das humanidades, ciências naturais ou exatas. Todavia, o ponto chave dessa discussão não é privatizar o “não está preparado” por ocasião x ou y, mas apresentar possibilidades de recursos existentes e possíveis para salas de aula constituída por suas diferenças; e nesse diálogo, priorizar que o foco de todo o planejamento do docente, seja o estudante. Trago com isso, exemplos de algumas situações práticas que tiveram seus resultados geradores da necessidade de modificações do espaço educacional. E, para que se chegue ao ponto estabelecido das discussões sobre inclusão, é imprescindível que se faça o retratar de como se construiu o projeto educacional que temos atualmente; as lutas em defesa da escola pública e os aportes por decretos que hoje garantem que se faça atribuições que são asseguradas. Esse processo começou a ser tecido como diz Santos (2011), em seu estudo sobre as políticas públicas educacionais no Brasil, em meados do fim do século XIX e começo do XX, sempre em um jogo de duplo significado, ora pela disputa e, outrora, pelo consenso, e assim, iam se estabelecendo nas ordens de governos.

Tardiamente, com o projeto de educação voltado aos poderosos, ou seja, os abastados, é que propostas foram pensadas para que o país passasse pelo processo de reorganização desse planejamento educacional. Já pelas décadas de 20 a 30, como cita Teixeira (1967), ou seja, as inquietações fomentaram que o ambiente fosse propício para essas mudanças. No entanto, sabendo apenas que, assim como as guerras e revoluções se obtém a ideia inicial, na contramão, vê-se o fim, onde não há o que prever (Teixeira, 1976). Passando por esse processo, desde as primeiras promulgações como pode ser posto, o decreto 19.850, de 11 de abril 1931, surgimento do Conselho Nacional de Educação, muitos outros foram criados, possibilitando com isso, a condição do ensino e suas diversas modalidades estruturais, como as Leis Orgânicas de Ensino que abrangeram a praticamente todas as áreas existentes, do ensino industrial ao campo. [SANTOS, 2011, p, 12]

Traços históricos da educação

Neste item, será tratado no que concerne o traçando o histórico do pensar educação. Segundo Silva (2011), as novas formas de lei e decretos instaurados desde o governo Vargas, possibilitaram os primeiros desdobramentos para as vindouras reformas educacionais, uma vez que se estabeleciam nesse momento de conflitos ideológicos frente à LDB 4.024 em 1940, acarreta com isso, prejuízos ao plano de ensino público e assim, atravessou-se mediante a esse processo, conjunturas no período do chamado golpe de 1964, prolongado até 1985. Períodos esses, geradores de grandes turbulências e, em um massacre da fantasia de um milagre econômico. Trazendo fôlego de esperança nesse cenário, apresentam-se posteriormente, os profissionais da educação, na afirmação de atos democráticos e anseios por profundas mudanças no cenário educacional desse período; as lutas por melhorias para a classe docente; reavaliações dos conteúdos nos livros didáticos; transformações sistemáticas para a continuidade dos educandos nos espaços escolares; transformações essas, relevantes à garantia dos direitos de: transporte, merenda, bons materiais didáticos; e juntamente a essas vias de reinvenções, se pensou às novas formas de gestão escolar, pensado a partir da participação coletiva em tomada de decisões pela comunidade escolar, construída assim, sob as novas formas do fazer acadêmico; o surgimento do colegiado que fora estabelecido por meio de tomadas de decisões politizadas pela comunidade acadêmica, diante do que analisa (FREITAS, 2002).

Perante esse trajeto histórico político, entre muitas perdas e poucos ganhos para a educação pública, desde os interesses de nível mundial, exigências do FMI, uma nova LDB aprovada por autoria de Darcy Ribeiro, contrária a construída por Demerval Saviani. Assinalando isso, a um desmonte dos direitos que os movimentos da época lutavam; a educação fora jogada ao poço lucrativo que se fora criado através de manobras mercadológicas. Lugar esse, onde a necessidade humana pode e por obrigatoriedade, devem ser deixadas à parte, e para convir de forma negativa, nem chegam aos espaços de ensino (SANTOS, 2011).

Com a inserção do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) 2007, baliza da educação básica à superior; o FUNDEB, políticas para a educação que foram sendo inseridas nesse cenário, apresenta-se a educação especial, a qual se respalda antes de tudo, sob a constituição de 1988, sob o decreto 6094 em 24/04/2007, conduzida por metas e diretrizes, onde pôde conquistar seu primeiro espaço e o vem fazendo até o tempo presente (SANTOS, 2011) Um risco corrido nessa modalidade de ensino é concentrarem-se apenas nos resultados que devem ser propostos no contexto escolar e minimizar os participantes a meros índices numéricos desse longínquo processo de direito a educação. Para isso, é indispensável que se entenda que o lugar de fala, retratado pela comunidade educacional não é formada por uma camada homogênea de indivíduos com prioridades particulares e interesses emergentes; os mecanismos para medir o desempenho desse ensino não puderam ser tão cheio de fissuras, se a necessidade desse sistema e principalmente do educando, não deveria se restringir em notas e bons rendimentos para alavancar etapas do sistema.

É perceptível que esse mesmo sistema o conduziu para um espaço dito “inclusivo”, mas excludente nas suas projeções; onde o educando é visto como nota mercadológica, ou ainda, no caso do educando com algum tipo de deficiência esse valor é dupla; essa dinâmica ofusca os principais direitos e deveres reivindicados desde os primeiros movimentos de profissionais que lutavam por modificações no cenário e combate o desmanche de direitos. Pois ter uma escola, professores e um corpo gestor não são está assegurado que seus direitos serão respeitados e cumpridos; ultrapassa o nível de ter bons profissionais atuando; ou o professor de história conduzindo suas aulas; ter rampas e amplitude de espaços, uma acessibilidade mecânica necessária antes de tudo, porém, atravessa além-mar, pois a discussão é no tocante a dignidade humana; esse sim é um grande desafio que revisito, pois segundo a construção histórica desses anseios focados no acesso à educação, fendas não foram tapadas, e assim, torna-se visível a afirmativa da professora Aparecida Cardoso Pozo quando diz que: “educação escolar deve formar cidadãos e não seres humanos manipulados como meros meios de se obter lucros para uma minoria”. Sabe-se que há bons profissionais encharcados de bagagem teórica, condição essa, obrigatória para um professor de história, fundamentação indispensável para sua prática docente, no entanto em muitos campos dessa formação, não se volta à formação humana, e mais uma vez, o roteiro se prolonga no chulo termo de “vulgarizar o saber e ausentar qualquer indivíduo da reflexão e apreensão histórica” (FENELON, 2008, p. 26).

O ser professor e seus enfrentamentos

A fragilidade na formação do professor no quesito educação inclusiva é evidente, pois a construção do ensino regular foi concebida: “desde o seu início, formal, elitista, seletiva, excludente e mantenedor das estruturas sociais coloniais inalteradas” (POZO, 2016. p, 324). E a cada um forma-se segundo a sua ciência, e posterior a isso, lhes cabe procurar formação extracurricular mediante a realidade que lhe for apresentada. Uma vez que a realidade de sala de aula, não deverá transpor a ideia do “todos aprendem no mesmo ritmo e da mesma forma”; há diferenças que devem ser assistidas. Assim, como o exemplo dos educandos com deficiência auditiva, segundo o que retrata a pesquisa de Heloísa Tezolin e Simone Cavalcante, que observaram até que ponto o intérprete, professor e educando, estão alinhados para uma efetiva contribuição para o alcance de

um aprendizado histórico para essas crianças; percebeu-se que para elas, uma aula expositiva de História Geral como exemplificou, se torna difícil à assimilação, uma vez que não há materiais didáticos que dialoguem com sua realidade presente; como bem colocam: “não conseguem um deslocamento temporal quando de passado [...] para isso, é importante que se problematize o passado sistematicamente; não o tornando enfadonho, e importa que esse intérprete reflita o passado a partir de discussões do presente”. (TEZOLIN, CAVALCANTE 2014, p. 3).

Diante dessas vivências práticas, percebe-se que o professor de História, deve reformular suas escolhas didático-metodológicas de ensino, buscando a todo tempo preparo em formações continuadas, nas temáticas que conversam com sua realidade. Para assim, ser o mediador dessa ciência, a História que se constrói “no cotidiano de escolas e salas de aulas”. (ARANHA, 2006, p. 19). Combinado a gestão da escola, a capacitação de professores, segundo Ropoli (2010, p. 10), afirma que “as horas de estudos dos professores devem coincidir para que a formação continuada seja mediada pela via da aprendizagem colaborativa”. Construindo nesse espaço, a possibilidade do desfazer diário de um ensino técnico pregado por mais de três décadas, onde enxergavam as ciências humanas, como a História, sendo uma “perfumaria” insignificante ao currículo da época. (POZO. 2016, p. 293)

Desafios de uma escola inclusiva

Diante das modulações que a educação sofre desde sua origem, é indispensável que hoje se assumam responsabilmente as novas formas de conduzi-la, uma vez que se faz pela via democrática. Com isso, garantirá equidade no bom funcionamento dessa organização; e para que tudo isso, possa se tornar fonte do real existe o Projeto Político Pedagógico, o chamado PPP. Como bem aborda Maria Terezinha, esse documento desenvolvido a partir da realidade de cada escola, regido sob a lei número 9.394/96, lhe servindo como a bússola norteadora de todas as ações e que responderão aos mais variados questionamentos de alunos, professores e toda a comunidade escolar. (ROPOLI, SANTOS, 2010). Sendo essa, a oportunidade indispensável principalmente ao professor, de unir o discurso à sua prática, uma vez que a demanda das diferenças que compõem esse ambiente precisa ser assistida em seus níveis micro e macro. A participação do professor nesse processo de construção do PPP lhe condicionará a capacidade em proporcionar um espaço mais abrangente de troca de saberes entre seus educandos; contribuirá também para uma efetiva continuidade no atendimento educacional especializado, o AEE. O educando que é atendido por essa equipe necessita antes de tudo, que haja diálogo e parceria do professor do ensino regular com a equipe do contra turno (ROPOLI, SANTOS, 2010).

Lembrando sempre que esse processo não deve se voltar à velha prática do isolamento de grupos por seus pares, mas sim, ter a compreensão que por sermos sujeitos com riquezas de diferenças, contribuimos sendo seres sociais, construtores e assim, modificadores de nosso tempo. Papel que pode ser evidenciado nas aulas de história, onde alunos manifestam pouco interesse por serem de cunho teórico em muitas ocasiões e, de uso de memorizações em que o educando não se enxerga participante do processo. Cabe o olhar a partir de outras práticas de ensino, tomando como exemplo: jogos, o cinema, o brinquedo. Gerar discussões a partir do interesse inicial do educando, nesse caso, interesse por X objetos que estarão presentes no seu dia a dia, e conduzi-los ao diálogo de como eles podem ter surgido; que função social pode ter exercido em um período anterior ao seu presente; como as famílias ou parte delas, costumavam se relacionar com esse objeto ou brinquedo. Essas interrogativas, além de muitas outras que poderão surgir, podem ser aproveitadas de forma construtiva pelo docente, uma vez que estarão respaldadas no seu planejamento e segundo a base nacional comum curricular (BNCC).

Essa análise é ampla no quesito de proporcionar a qualquer sujeito, no que independe sua condição, a capacidade lúdica de troca de saberes; pois um objeto ou mesmo o brinquedo em si,

trás consigo uma carga cultural, e terá a definição de uma autonomia empírica para um, ou ser carregado de uma fonte do saber histórico, e ser a definição de sua identidade social para outros. Sendo esse o facilitador da aprendizagem, a partir do mecanismo lúdico, que poderão acionar gatilhos de associações que contribuem na “quebra de barreiras da deficiência e assim, expandir possibilidades, diminuir limites e encontrar saídas para estar no mundo; mas do que ser apenas uma pessoa do mundo” (PADILHA, 2001. p, 135)

Toda essa rede facilitadora da aprendizagem precisa assumir a necessidade de mudanças; uma vez que modificar-se e tornar-se fiel a capacidade de se ter uma escola dita comum, mas de via inclusiva, é o primeiro passo para a possibilidade de transformação. A organização no regimento interno das escolas é o mecanismo que responde qual o papel esse ambiente tem exercido como mediador de transformações e não mais, voltar ao exercício de avaliação do aluno como sendo ou não, “normal” em um padrão de nivelá-los a essa condição, que resultará em reprovação de suas práticas. Na via contrária apresenta-se Vigotsky (1998), onde afirma que quando se estabelece relação entre o brinquedo e o direcionamento pedagógico, esse estudante se apropria da relação chamada “zona de desenvolvimento proximal.” Acredita-se que a criança se desenvolve, e estabelece o nível de aprendizagem através de sua interação entre o ambiente inserido e as relações de troca, a partir de um mediador a princípio. Vygotsky (1998) ressalta ainda que o brinquedo e o brincar são fator condicionante para o desenvolvimento em todos os níveis, sendo comum a toda criança, ainda mais importante para a criança com necessidades especiais, uma vez que é a partir dessa interação, poderá estabelecer comunicação individual e coletiva; acionar seu imaginário, confiança, autoestima, autocontrole e cooperação (MAFRA, 2008). O brincar condiciona ao espaço de ensino, a aprendizagem coletiva, retira as barreiras antes impostas, dando lugar agora ao educando desenvolver suas habilidades mediante os objetivos traçados por seu professor.

Considerações finais

Mediante as literaturas consultadas e estudos considerados, pode-se concluir de forma límpida que a ludicidade, as brincadeiras e o objeto que se brinca é uma necessidade básica para a vivência da criança, como bem apontou Vygotsky, independentemente da sua condição física ou intelectual. Tendo essas premissas de que há variadas possibilidades do sujeito desenvolver-se e assim, ser parte do processo de ensino aprendizagem no ensino comum, é relevante que o professor se posicione como mediador dessas vias metodológicas e construa junto à gestão escolar um ambiente de ensino voltado para a condição humana em respeito às diferenças. Nesse diálogo, entende-se que suas diferenças não as devem separar, mas a conexão entre suas diferenças que constituirão o sentido de um ensino democrático e dinâmico. E, que a história terá o papel fundante nesse diálogo de transpor tais abordagens, ao permitir que esse estudante se veja como sujeito ativo na construção do seu presente; e assim, dará voz às interrogativas do “para que serve a História”. Estando ela presente no brincar, nas relações sociais que se estabelecem no dia a dia. Tudo isso, ao ser alinhado ao projeto político pedagógico, e os envolvidos sendo praticantes assíduos dos objetivos traçados, a construção do espaço que se almeja integrador, torna-se possível. Com razão, promovido coletivamente, sendo visto nas formações continuadas desses profissionais e em suas novas perspectivas metodológicas.

Referências bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil**. 3º ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- CASAGRANDE, Roseli Correia De Barros. **A criança e as linguagens no primeiro ano do ensino fundamental de 9 anos: um estudo de teses e dissertações**. Florianópolis, SC, 2015. 209 p.
- FENELON, Déa Ribeiro. **A formação do profissional de história e a realidade do ensino**. Tempos Históricos • volume 12 • 1º semestre 2008 • p. 23-35

FREITAS, H. C. **Formação de professores no Brasil**: 10 anos de embate entre projetos de formação. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, 2002.

MAFRA, Sônia Regina Corrêa. **O Lúdico e o Desenvolvimento da Criança Deficiente Intelectual**. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO. DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL.

PADILHA, A.M. **O que fazer para não excluir Davi**, Hilda, Diogo... In: GÓES, M.C.; LAPLANE, A.F. (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2001.

POZO, Aparecida Cardoso. **História da Educação**. Professora pela Universidade Braz Cubas 1975 – 2011. Membro do Conselho Municipal de Educação. APAE. Mogi das Cruzes

ROCHA, Marcia Maria Alves da. **O ensinar História na Educação Especial: dificuldades, possibilidades e limitações dos sujeitos com deficiência intelectual na cidade de Ituiutaba-MG**. IV Semana de História do Pontal / III Encontro de Ensino de História. Tema: "Política, gênero e mídia na pesquisa e no ensino de História". Uberlândia. 2016. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/marciamariaalvesdarocho.pdf>

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : a escola comum inclusiva** / Edilene Aparecida Ropoli [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Kátia Silva. **Políticas públicas educacionais no Brasil: tecendo fios**. In: XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação/II Congresso-Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. Cadernos ANPAE. São Paulo-SP: ANPAE, 2011. v. 11. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0271.pdf>

SAVIANI, Dermeval. **A Política Educacional no Brasil**. In. STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Petrópolis -RJ: Vozes, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**:Análise do Projeto do MEC. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

TEZOLIN, Heloísa Tamiris Oliveira – UEPB e CAVALCANTE, Simone Joaquim–UFCG.CONEDU. **Ensino de História: Uma prática inclusiva para alunas e alunos com deficiência auditiva no município de Guarabira-Pb**. 2014. (Congresso).

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021

O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL E DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM RELAÇÃO ÀS MULHERES EM USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Humberto Junio¹⁷

Marlene Almeida de Ataíde¹⁸

Hílkia Maria de Carvalho Dantas¹⁹

Resumo

O objetivo deste estudo é compreender, a partir da literatura, o olhar dos profissionais da saúde em relação às mulheres usuárias de substâncias psicoativas, investigar, por meio das publicações pesquisadas, os tipos de substâncias psicoativas mais utilizadas pelas mulheres no período de gestação, buscando combater a estigmatização dessas mulheres e fortalecer a Política de Redução de Danos no SUS (Sistema Único de Saúde). Sabe-se que o uso de substâncias psicoativas representa estigmas sociais para alguns profissionais que atuam na área da saúde, principalmente quando este uso recai sobre a figura da mulher gestante, usuária do sistema público de saúde. A pesquisa é de revisão de literatura, tem caráter qualitativa e será amparada em autores que discutem este tipo de pesquisa

Palavras-chaves: Substâncias psicoativas, Mães gestantes, Gênero, Política de redução de danos.

Abstract

The aim of this study is to understand, from the literature, the view of health professionals in relation to women users of psychoactive substances, to investigate, through the researched publications, the types of psychoactive substances most used by women during pregnancy, seeking combat the stigmatization of these women and strengthen the Harm Reduction Policy in SUS (Unified Health System). It is known that the use of psychoactive substances represents social stigmas for some professionals who work in the health area, especially when this use falls on the figure of the pregnant woman, a user of the public health system. The research is a literature review, has a qualitative character and will be supported by authors who discuss this type of research

Keywords: Psychoactive substances, Pregnant mothers, Gender, Harm reduction policy.

Introdução:

Em nossa realidade social o consumo de substâncias psicoativas, compreendido como uso e abuso de drogas lícitas ou ilícitas ganha destaque por sua complexidade e expansão em todas as regiões do mundo. Considerado um problema de saúde pública de ordem mundial, suscita discussões por parte dos gestores, profissionais de saúde e formadores de políticas públicas, com vistas a resolver e/ou minimizar os inúmeros problemas consequentes da sua adoção. Em 2005, foi registrado um aumento global de 15 milhões de pessoas, na faixa etária de 15 a 64 anos, envolvidas

¹⁷ Assistente Social. Artigo apresentado a Universidade Santo Amaro-Unisa/SP, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em neonatologia, sob orientação da professora Dra. Marlene Almeida de Ataíde.

¹⁸ Orientadora do Trabalho de Conclusão do Curso. Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica de São - Paulo-PUC/SP. Docente do curso de Graduação em Medicina e dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Residência Multiprofissional e da Psicologia Social pela Universidade Santo Amaro – Unisa/SP.

¹⁹ Coorientadora do Trabalho de Conclusão do Curso. Assistente Social pelo Hospital Maternidade Vila Nova Cachoeirinha. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

com o consumo de drogas e neste contingente foi identificado o aumento do número de mulheres em relação ao de homens para alguns tipos de substâncias psicoativas.

Em épocas anteriores o uso de substâncias psicoativas era considerado um problema do mundo masculino tendo como causa e efeito a sub-representação das mulheres, uma vez que estudos sobre esta temática detinham um conhecimento limitado sobre mulheres usuárias de drogas. De acordo com Oliveira et., al., (2006, p. 474).

Consequentemente, o planejamento e a implementação de intervenções para pessoas em uso de substâncias psicoativas estão baseados nas necessidades masculinas, com pouca consideração para quaisquer diferenças entre sexos, sejam elas fisiológicas, psicológicas ou sociais.

O Serviço Social trabalha na perspectiva da totalidade e da singularidade do sujeito levando em consideração classe, raça e gênero, suas potencialidades e fragilidades tendo em vista que quando essas mulheres gestantes em uso de substâncias são atendidas por nós profissionais, adentramos em um estudo social e na observação desse sujeito referente às demandas apresentadas e com isso identificamos: medos, represálias, angústias e com isso traz a falta de autonomia e o poder de decisão sobre aquilo que ela por ser mulher e gestante e usuária de substância psicoativa em ter seus direitos garantidos de acordo com a Política de Redução de Danos. “O Nosso Conselho Federal De Serviço Social (CFESS) entende que o uso de psicoativos (drogas) enquanto prática social é profundamente marcada “pela lógica mercantil e alienante da sociedade capitalista madura” (CFESS, 2016, p.7)

A partir da experiência no exercício profissional e da militância no Conjunto CFESS-CRESS, a “questão das drogas” passou a ter uma profunda relevância no nosso campo político, profissional e pessoal, por reconhecer os usuários como sujeito de direitos e, portanto, a criminalização como algo “incompatível com os postulados de racionalidade que deve informar os atos de governo em um Estado democrático de direito“(KARAM, 2005 apud ALBUQUERQUE; et,al,2015, p.7).

O estudo parte do pressuposto de que as representações sociais dos profissionais de saúde na assistência às mulheres em uso de substâncias psicoativas estão condicionadas ao processo de capacitação e falta de manejo e condução da avaliação no atendimento.

Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura de natureza qualitativa, e foi realizada através de artigos científicos onde foi realizada uma análise descritiva introduzindo a Política De Redução de Danos tendo em vista a necessidade do trabalho na perspectiva da dignidade da pessoa humana, autonomia, totalidade tendo em vista a singularidade do sujeito em relação a essas mulheres em uso de substâncias psicoativas. “A pesquisa qualitativa também possui caráter descritivo, cujo foco não consiste na abordagem, mas no processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno do objeto de estudo”. (SILVA; MENEZES, 2005 p.153)

Política de redução de danos: uma política para todos?

Segundo Mesquita (1991) a redução de danos foi adotada como estratégia de saúde pública pela primeira vez no Brasil no município de Santos- SP no ano de 1989, quando altos índices de transmissão de HIV estavam relacionados ao uso indevido de drogas injetáveis.

A redução de danos é um conjunto de estratégias que tem por objetivo oferecer alternativas de cuidados à saúde que possam ser adotadas sem abandonar a prática do uso de drogas (SAUDE, 2001).

De acordo com Andrade(2002,p.15) há três vertentes que serve como base e direcionam as práticas de Redução de Danos:

- Pragmatismo: Mesmo que se compreenda que, para muitas pessoas, o ideal seria que não usassem mais drogas, sabemos que isso pode ser muito difícil, demorado ou inalcançável. É, portanto, necessários oferecer serviços, inclusive para aquelas pessoas que não querem ou não conseguem interromper o uso dessa substância.
- Tolerância: A Estratégia De Redução De Danos é tolerante, pois evita a compreensão moral sobre os comportamentos relacionados ao uso de substâncias e as práticas sexuais, evitando intervenções autoritárias e preconceituosas.
- Compreensão da Diversidade: A diversidade é contemplada ao se compreender que cada sujeito estabelece uma relação particular com as substâncias e que a utilização de abordagens padronizadas como pacotes prontos e impostas para todos é ineficaz e excludente.

A Política de Redução de Danos está pautada nos princípios básicos de redução de danos associado ao uso de drogas Segundo Marllat(1999, p. 20) são eles:

- A RD é uma alternativa de saúde pública para modelos moral/criminal e de doença do uso e da dependência de drogas.
- A RD reconhece abstinência como resultado ideal, mais aceita alternativas que reduzem danos.
- A RD surgiu principalmente como uma abordagem de “baixo para cima”
- A RD Promove acesso a serviços de baixa exigência como alternativa para abordagens tradicionais de alta exigência.
- A RD baseia-se nos princípios do pragmatismo empático versus idealismo moralista

A Política de Redução de Danos tem como premissa básica a transformação do sujeito em medidas que visam à redução dos estigmas, trabalha com a totalidade das ações e com a singularidade dos sujeitos.

Segundo a Associação Internacional De Redução De Danos (IRHA)

Redução de Danos é um conjunto de políticas e práticas cujo objetivo é reduzir os danos associados ao uso de Substâncias Psicoativas em pessoas que não podem ou não querem parar de usar drogas (Domanico, Curso online SUPERA, 2018) Por definição, a redução de danos foca na prevenção aos danos, ao invés da prevenção do uso de drogas; bem como foca em pessoas que seguem usando substâncias psicoativas. (DOMANICO, 2018, s/p)

As mulheres e sua relação com as drogas psicoativas: o olhar do Serviço Social

As mulheres são vistas pela nossa sociedade como chefes de família nos dias atuais, correlacionando à ausência de rede de apoio familiar e o os estigmas que as mulheres usuárias de substâncias psicoativas carregam, a sociedade etira as responsabilidades e garantias, impedindo o exercício dos seus direitos sociais, sem a inserção da política de redução de danos.

Quando traz a questão de gênero, Alves; Corrêa(2009) ressalta que as demandas por serviços e direitos que se fazem evidentes hoje demonstram que é inviável e inadequado continuar a pensar a agenda de gênero, políticas públicas e direitos humanos a partir de uma perspectiva dualista.

De acordo com Scott (1995) ao se falar da relação de gênero, estamos falando em formas de dar significado a relações de poder. Isto implica dizer que o gênero não é apenas um critério de diferenciação e classificação dos seres e das coisas, mais um sistema de desigualdade, de assimetria,

hierárquico que traduz certos estados das relações de poder, uma vez que valoriza certos pertencimentos de gênero em detrimento de outros.

Segundo Souza (2013) especificamente sobre as mulheres, dos estudos que averiguam o seu consumo de substância psicoativa, muitos priorizam as repercussões associadas aos efeitos das substâncias psicoativas sobre o organismo feminino, nomeadamente sobre seu sistema reprodutor e à saúde do bebê quando engravidam, as repercussões mais discutidas são sobre as alterações no ciclo menstrual, infertilidade, risco de aborto e mau desenvolvimento fetal (Síndrome do Alcoolismo Fetal, por exemplo) além do desenvolvimento dos diferentes tipos de câncer e contaminação pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis.

O uso de substâncias psicoativas é um fato tido pela sociedade como um comportamento desviante e aquelas que o fazem contrariam as normas sociais duplamente: primeiro pelo fato de usarem substâncias psicoativas; depois, porque assumem a possibilidade de não cumprir ou negligenciar os papéis do segundo script social, tais como de mãe, esposa ou cuidadora da família. (Oliveira; Nascimento; Paiva, (2007), afirmam que tudo isso faz com que elas tendam a fazer um consumo de forma discreta, no âmbito privado, procurando pouco os serviços de saúde quando há a finalidade de cuidado contra a dependência, acabando, por conseguinte, se constituindo como uma “fração oculta da sociedade”.

O atendimento às mulheres gestantes em uso de substâncias psicoativas tem sido requisitado pela equipe multidisciplinar e faz parte do trabalho do Serviço Social dentro da maternidade. Por outro lado, muitas dessas mulheres que chegam até o nosso serviço, reconhecem que a maternidade é a sua porta de entrada para o sistema de saúde, pois, em seu contexto geral devido ao uso de substâncias psicoativas não realizaram o pré-natal em sua UBS de referência por medo de represálias dos profissionais. Essa ausência de acompanhamento preventivo para redução de danos faz com que essas mulheres mantenham um padrão de uso problemático na gestação, falta de pré-natal. A falta da inserção da Política de Redução de Danos acarreta na culpabilização, na discriminação, estigmatização do sujeito, levando ao profissional no primeiro contato a ter um olhar coercitivo e punitivo que prejudica o atendimento dos demais profissionais que conduzem a avaliação solicitada pela equipe. Desta forma indaga-se: Quais os motivos que levam as mulheres usuárias de drogas psicoativas serem discriminadas ou estigmatizadas pelos profissionais da saúde durante o atendimento e quais são as consequências do uso de drogas durante a gravidez?

A concepção do trabalho realizado pelo Serviço Social com as mulheres usuárias de substâncias psicoativas é de acordo com seus direitos, conseqüentemente, segue as determinações do Código de Ética Profissional, Leis, Notas Técnicas e demais normas que regem esta temática, o que faz com que o Serviço Social esteja atento a produção literária e a esse cenário de atuação em constante construção e luta por conquista de espaços e serviços de atendimento à população que faz uso de substância psicoativa. De acordo com (ALBUQUERQUE et al.2015, p. 07)

A política pública sobre drogas trata-se de uma série de medidas, em áreas distintas do Estado, no sentido de dar respostas ao enfrentamento dessa expressão da questão social. São várias as políticas públicas sobre drogas, no entanto, aqui buscaremos problematizar, principalmente, aquelas com uma maior legitimidade construída para atuar nesse campo, ao mesmo tempo, que se configuram como aquelas políticas que tem maior inserção dos (as) assistentes sociais, a saber: saúde, assistência, justiça.

Pensando em nossa atuação profissional e correlacionando o nosso Projeto-Ético-Político em que soam os princípios fundamentais do Código Ética Profissional temos:(CFESS,1993, p. 3).

- I – Reconhecimento da liberdade como um valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes-autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- V- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, á participação dos grupos socialmente discriminados e á discussão das diferenças;
- VII- Garantia do pluralismo, através do respeito ás correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e o compromisso constante com o aprimoramento intelectual;
- X- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional
- XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questão de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS,1993, p. 3).

Segundo Mõntano (2009) oServiço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, inserida e partícipe da produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, surge a partir de um vínculo orgânico com as políticas sociais estatais, desse modo, estas últimas constituem –se “a base de sustentação funcional- ocupacional” da profissão.

Em 2011, no dia internacional de Combate às Drogas,o CFESS publicou um manifesto indicando a necessidade urgente do Serviço Social amadurecer o debate sobre a temática sobre o uso de drogas devido a sua importância e complexidade, para fundamentar uma posição da categoria sobre a questão, Segundo (CFESS, MANIFESTA,2011, p.1):

Segundo CFESS (2013), a atuação do Assistente Social deve ser pautada por um processo contínuo de reflexão afim de que sejam promovidas mediações baseadas no respeito, na superação dos preconceitos e das perspectivas moralizantes, e das práticas que inviabilizam os direitos dos (as) usuárias de substâncias psicoativas. Ainda segundo o posicionamento da categoria profissional, a abordagem deve ser respaldada por um conhecimento científico, pela ética profissional pela possibilidade de articulação com os outros profissionais e pelos direitos assegurados em cada área da política social.

Vale destacar que a adoção do termo “uso de drogas” não é por acaso. A discussão sobre o consumo de drogas implica no reconhecimento da complexidade dessa prática social diante dessa complexidade é preciso conhecer as determinações (objetivas e subjetivas) que levam ao uso de drogas, as diferenças entre ás várias drogas em face dos danos sociais e de saúde, o contexto cultural de uso e, principalmente, a multiplicidade de padrões de consumo e de motivação na relação a qual o indivíduo social estabelece com a droga, o que nos autoriza a tratar o consumo na sua pluralidade e complexidade.

Resultados e discussão

Durante um determinado período foram analisados artigos científicos relacionados a mulheres em uso de substâncias psicoativas observando o relato de experiência dos autores elencando os tipos de substância com o uso mais frequente feito por elas. Quando se discute o tema substâncias psicoativas não podemos esquecer que esse uso está atrelado a fatores

socioeconômicos, situações de vulnerabilidade social ocasionando o rompimento de vínculos familiares.

Diante dos artigos analisados selecionamos três principais substâncias feitas por mulheres antes, no período da gestação e depois são elas: Maconha, Álcool, Cocaína. A maconha mais conhecida no Brasil como: Cannabis Sativa, seu uso pode ocasionar muitos problemas respiratórios como: Tosse, Faringite, Sinusite.

De acordo com (DETONI, 2009,p.27) O uso da maconha por gestantes pode provocar a diminuição do peso do bebê e o nascimento prematuro, assim como ocorre com as usuárias de cigarro no período gestacional.

Segundo Costa(1998, et, al, p.9) expressa que “a maconha é a droga mais consumida por gestantes, fato que pode causar aos bebês, além de outras doenças perigosas, a leucemia”.

O Álcool Segundo Detoni (2009, p.22) expressa que “a droga lícita mais consumida no Brasil é o álcool”. Esta bebida usada de forma abusiva “pode provocar acidentes, dependência química, graves danos à saúde, problemas de ordem financeira, profissional; além de contribuir – sobremaneira- para o aumento da violência, associados à perda do controle”.

Segundo Supera(2017, p 1) existem dois termos para quem faz o uso da substância: Alcoólatra e Alcoolista

O termo alcoólatra confere uma identidade e impõem um estigma, que anula todas as outras identidades, do sujeito tornando-o tão somente aquilo que ele faz e que é socialmente coordenado, não por fazê-lo, mais pelo modo como o faz. Em outros termos não é uma bebida em si, mas aquela pessoa que bebe mal, isto é, de modo abusivo, desregrado, que leva a condição de ser socialmente identificada como “ alcoólatra”, ou seja, quem “ idolatra”, “adora” e se tornou dependente do álcool.

Ou Alcoolista

Esse tema foi proposto para alguns pesquisadores como uma alternativa, menos carregada de valorização, isto é, de estigma. Segundo eles, o termo não reduziria a pessoa a uma condição, como a de alcoólatra, mais a identificaria como uma pessoa que tem como características uma afinidade com alguma coisa, com alguma ideia.

O uso da Cocaína é feita por aspiração nasal ou dissolvida em água e injetada em corrente sanguínea, seus efeitos quando ingeridas no organismo, eleva a temperatura corporal, aumenta os batimentos cardíacos, pressão arterial e dilata as pupilas.

De acordo com Yamaguchi, et, al, (2008, p.46) expressam que “A prevalência do uso de cocaína, assim como de seu produto alcalinizado (crack), tem aumentando dramaticamente na população obstétrica durante as últimas décadas”.

Dentro dos critérios de análise a dependência química correlacionada com a frequência do uso de substância gera um receio e angústia nos atendimentos realizados com mulheres em uso. Segundo o Governo do estado de São Paulo em um estudo no Centro de Referência de Álcool e Tabaco e Outras Drogas (Cratod), o levantamento realizado pela instituição revela um aumento de 91% de mulheres internadas devido ao consumo de cocaína.

De acordo com o Cratod em 2006 foram internadas 365 mulheres por uso de cocaína, no ano seguinte esse número subiu para 589 internações. Em 2008, houve um novo salto, passado para 696 mulheres internadas, em todos os anos, a média de idade das mulheres internadas foi de 29 anos. Sendo que o consumo de cocaína provoca graves danos à saúde das mulheres em consumo da substância como: lesões nasais graves, derrame e infarto, perda de peso, alterações hormonais e depressão, entre outros.

Na discussão do artigo vamos destacar a Política de Redução de Danos como um instrumento de trabalho dos profissionais de saúde que realizam atendimentos a mulheres em uso de substâncias psicoativas. Nas palavras do Cetad, (2011, p. 64),

O trabalho dos redutores de danos (profissionais da saúde que desempenham sua prática profissional norteada pela RD) deve buscar valorizar o saber da população com a qual trabalham, para um planejamento de ações de intervenção, buscando uma discussão coletiva não restrita apenas ao campo das disciplinas.

Nas visões de Fonseca; Bastos, (2005, p.301) os desafios no enfrentamento da política de RD brasileira incluem:

Resistências políticas à implementação de políticas de RD; segmentos da sociedade civil que atuam no tratamento da dependência química contrários a RD, ainda que esse diálogo tenha melhorado nos últimos anos; Necessidades de intensificar as discussões com instâncias/instituições que trabalham com o uso de drogas e educação; interface com outras populações (presidiários, profissionais do sexo, garimpeiros); baixa cobertura das ações. Por exemplo apenas 20 dos 62 municípios com maior número de casos de Aids pertence à categoria de exposição de UDI, contam com projetos de RD.

Considerações finais

Desse modo a realização do trabalho foi relacionada por vários autores através de uma revisão de literatura com o objetivo de desmistificar a visão de uma sociedade que ainda estigmatiza a mulher em uso de substâncias psicoativas.

O trabalho do Assistente Social é realizado através de demandas que chegam até esse profissional que realiza seu trabalho dentro dos princípios éticos profissionais usando a sua matéria prima de trabalho que é a “questão social²⁰”. Sabemos que no dia a dia temos desafios diários em nossa profissão, acolher uma usuária em uso de substância psicoativa requer de nós profissionais da saúde, respeito por aquela demanda apresentada, trabalhando com a escuta qualificada, dando autonomia e ao mesmo tempo identificando suas potencialidades, aplicando a Política de Redução de Danos e realizando encaminhamentos para sua reintegração social.

A Política de Redução de Danos caminha a passos lentos. Podemos observar através do artigo o aumento do consumo de substâncias psicoativas feito por mulheres, e apesar disso, há falha por nós profissionais da saúde que nos aprofundamos pouco sobre essa temática e não nos apropriamos dessa Política nos atendimentos realizados o que gera mulheres não assistidas e maiores riscos na gestação, parto e puerpério para a mulher e para o recém-nascido. Os artigos relacionados às Políticas Públicas voltadas ao enfrentamento do uso de drogas ainda são produções

²⁰A questão social tem a sua concepção enraizada na contradição capital x trabalho, ou seja, uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção. No Brasil, a concepção de questão social mais difundida no Serviço Social é dada por (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p. 77)

em constante aprimoramento, em contrapartida temos um aumento da vulnerabilidade social favorecendo o rompimento de vínculos familiares o que nos remete aos resultados da pesquisa em relação ao aumento significativo do uso de substâncias consumidas por mulheres, o que demonstra o aumento desta demanda aos profissionais de saúde e ao mesmo tempo, a relevância do estudo e aprofundamento deste tema para melhoria do atendimento aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde).

Referências

- ALVES, J. E.; CORRÊA, S. "Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo". In: SEMINÁRIO BRASIL, Belo Horizonte, 2009, p. 121-231.
- ANDREDE, T.M. Redução de danos: um novo paradigma? In: **Entre riscos e danos: uma nova estratégia de atenção ao uso de drogas**. Ministério Da Saúde Do Brasil e União Europeia. Paris: EditionsScientifiquesAcodess, 2002.p.83-86.
- ALBUQUERQUE, C. S. et. al. **A questão das drogas e o Serviço Social: entre o conservadorismo e a defesa dos direitos de cidadania dos usuários de drogas**. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PUBLICAS, 2015. São Luís. MA. Anais... (on-line) Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/a-questao-dasdrogas-e-o-servico-social-entre-o-conservadorismo-e-a-defesa-dos-direitosde-cidadania-dos-usuarios-de-drogas.pdf>
- BASTOS, Francisco I.et.al. **Consumo de Álcool e drogas: principais achados de pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005**. Revista Saúde Pública, v.42, supl.1, São Paulo, jun.2008.
- BRASIL. O uso de substâncias psicoativas no Brasil. Módulo 1. – 11. ed. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2017. 146 p. – (SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento / Organizadoras Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni.
- BRANDÃO, A. M. E se tu fosses rapaz? Homo-erotismo feminino e construção social da identidade. Porto: Afrontamento, 2010.
- BRASILIANO S. Psicoterapia psicanalítica de grupos para mulheres drogaditas: o que há de feminino? In: Baptista M, Cruz MS, Matias R, organizadores. Drogas e pós-modernidade. Rio de Janeiro: Eduerj; 2003. p.68-75.
- CFESS, O debate contemporâneo sobre o uso das drogas. Brasília (DF), 2011
- _____. Proibir e trancar não resolve. Brasília (DF), 2013
- _____. O estigma do uso das drogas. Série Assistente Social no combate ao preconceito. Caderno 2. Brasília (DF), 2016
- COSTA, Maria Teresa Zullini da.et al. **Drogas de abuso na gestação: asorientações no pré-natal são suficientes?** Pediatria São Paulo, 1998. Disponívelem <www.pediatriasaopaulo.usp.br> Acesso em 12/01/2012.
- DOMANICO, Andrea- SUPERA - Modulo Redução de Danos. - São Paulo - Apostila disponibilizada para curso online da 13 ° turma. 2018.
- DETONI, Márcia. Guia Prático sobre **Drogas: conhecimento, prevenção, tratamentos**. 2ª edição. São Paulo: Rideel, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social noBrasil. São Paulo: Cortez, 1983.
- MARLLAT, G.A. **Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco**. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 1999.
- MESQUITA, F. et al. AIDS entre usuários de drogas injetáveis na região metropolitana de Santos, na década de 1990. In: BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretária DE Políticas De Saúde. Coordenação Nacional de DTS e AIDS. **A contribuição dos estudos multicêntricos frente à epidemia de HIV/AIDS entre UDI no Brasil: 10 anos de pesquisa de redução de danos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.p.11-48.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NIEL, Marcelo; da Silveira, DARTIU Xavier Drogas e Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde/ Marcelo Niel & Dartiu Xavier da Silveira (orgs). – São Paulo, 2008 et al. Andrade, T. M.; Lurie, P.; Medina, M. G. et al. “! E opening of South America’s first need le exchange program and an epidemic of crack use in Salvador, Bahia-Brazil”. Aids and Behavior, San Diego, California-USA, v. 5, n. 1, p. 51-64, 2001

OLIVEIRA JF. Mulheres (convivendo com drogas: vulnerabilidade e representações sobre aids [dissertação]. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia; 2001.

OLIVEIRA, J.; NASCIMENTO, E.; PAIVA, M. "Especificidades de usuários (as) de drogas visando a uma assistência baseada na heterogeneidade". Esc Anna Nery Rev Enfermagem, v. 11, n. 4, dez, 2007, p. 694-698. Acesso em: 24 mai. 2014.

SAÚDE, M. Manual de redução de danos — saúde e cidadania. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. SOS Corpo. Recife, 2005.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf>. Acesso em: 04 set. 2007.

SOUZA, M. R. R. Repercussões do envolvimento com drogas para a saúde de mulheres atendidas em um CAPSAD de Salvador - BA Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. 123f.

<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sp-oferece-tratamento-de-dependentes-de-drogas/>

YAMAGUCHI, Eduardo Tsuyoshi (et al). **Drogas de Abuso e gravidez**. Revista Psiq. Clín. 35, Supl.1,44-47, 2008.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021

ASSISTÊNCIA E ACOLHIMENTO AOS PAIS EM ALOJAMENTO CONJUNTO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Jaqueline dos Santos Cyriaco²¹
Marlene Almeida de Ataíde²²
Greyce Hellen Zambon Muchilo Tavares²³

Resumo

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a abordagem de acolhimento da figura paterna na assistência em alojamento conjunto na promoção dos cuidados aos recém-nascidos. Trata-se de pesquisa de natureza bibliográfica, qualitativa. A análise dos conteúdos foi pautada na concepção de Bardin enquanto uma técnica metodológica de acordo com a proposta do contexto da temática. Para discussão foram analisados artigos com descritores de gênero, paternidade e parentalidade.

Palavras Chaves: Paternidade, Alojamento Conjunto, Gênero, Parentalidade.

Abstract

This study aims to reflect on the approach of welcoming the father figure in assistance in joint accommodation in the promotion of care for newborns. This is a bibliographic, qualitative research. The content analysis was based on Bardin's conception as a methodological technique according to the proposed context of the theme. For discussion, articles with descriptors of gender, paternity and parenting were analyzed.

Keywords: Paternity, Joint Housing, Gender, Paternity.

Introdução

Refletir o contexto institucional da figura masculina dentro da maternidade implica considerar os papéis sociais atribuídos ao homem diante do evento do nascimento e da nova situação vivenciada pelo casal. Freitas; et. al., (2007, p. 137) pontuam que:

A gestação e o nascimento constituem para a mulher e para o homem fases de mudanças, com transformações e incertezas que acompanham a aquisição de novos papéis e responsabilidades antes inexistentes, incluindo-se as relacionadas com os(as) filhos(as), com a casa e com os demais membros da família.

Silveira; et. al., (2004, p. 24), afirma em seus estudos que o envolvimento paterno no processo do parto e nascimento é importante na construção da interação afetiva entre pai-bebê-mãe.

Carvalho (2003) afirma que diferentes fatores permeiam a inserção dos pais no trabalho de parto e no parto: a falta de privacidade e a má qualidade da informação sobre o direito a

²¹Assistente Social. Artigo apresentado a Universidade Santo Amaro-Unisa/SP, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Neonatologia, sob orientação da professora Dra. Marlene Almeida de Ataíde.

²²Orientadora do Trabalho de Conclusão do Curso. Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica de São - Paulo-PUC/SP. Docente do curso de Graduação em Medicina e dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Residência Multiprofissional e da Psicologia Social pela Universidade Santo Amaro – Unisa/SP.

²³Co-Orientadora do Trabalho de Conclusão do Curso. Assistente Social pelo Hospital Maternidade Vila Nova Cachoeirinha. Especialista em Política Social no contexto da Política Nacional de Assistência Social.

acompanhante; as motivações dos casais; as representações de parto e de paternidade entre profissionais e clientela e a exclusão dos homens dos serviços de saúde.

O contexto do trabalho de parto apresenta narrativas objetivas e subjetivas do homem que vivencia esse processo: percepções acerca do acolhimento dos profissionais de saúde, bem como sentimentos de pertencimento no espaço institucional da maternidade.

É competência dos profissionais da saúde o incentivo a ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, conforme os objetivos descritos na Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, no artigo 5º.

São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

- I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;
- II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;
- III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Nassif (2009), em seu estudo “*O acompanhante na maternidade: Concepção dos profissionais de saúde*” aponta alguns fatores institucionais que são barreiras para inclusão de acompanhantes na maternidade.

Os profissionais de saúde atribuem inúmeras dificuldades para a inclusão do acompanhante na maternidade durante os períodos de pré-parto, parto e pós-parto. De forma bastante acentuada, o primeiro fator evidenciado como dificuldade está diretamente relacionado à aceitação de alguns segmentos da classe profissional, já que, na percepção da maioria dos entrevistados, os médicos e os profissionais de nível médio são os que possuem mais resistências a essa presença dentro da instituição. Outro fator que contribui de forma singular como dificuldade para a inclusão do acompanhante está relacionado à persistência do modelo obstétrico ainda vigente na maternidade, fortemente centrado no paradigma da biomedicina. A incompreensão das relações intrafamiliares, de acordo com a interpretação efetuada, é o terceiro aspecto relevante apontado como dificuldade pelos profissionais para a inclusão do acompanhante. A quarta dificuldade diz respeito aos setores e suas acomodações, incorrendo a referência para a inadequação da infra-estrutura hospitalar. (NASSIF, 2009, p. 212).

A Residência Multiprofissional oportunizou observar algumas narrativas apresentadas por acompanhantes na maternidade durante o grupo realizado no Alojamento Conjunto em Ação, que tem como objetivo acolher os acompanhantes das puérperas.

A partir desta inserção no referido grupo, compreende-se que a participação da figura paterna se mostra condicionada a variações adversas, destacadas pelos mesmos em contextos objetivos e subjetivos plurais, por questões institucionais ou culturais relativas às representações que as figuras maternas detêm sobre gestação, parto e paternidade, demonstrando com isso barreiras para participação do homem tanto no período gestacional, quanto no parto e nos primeiros cuidados dos recém-nascidos. O Grupo Alojamento Conjunto em Ação é uma oportunidade de escuta e inserção do homem para o protagonismo do exercício ativo da paternidade.

O acompanhante em alojamento conjunto pode ser qualquer pessoa da confiança da mulher (avós, tios, irmão, amigos e outros), pois tem relação afetiva e de cuidado com a puérpera e seu RN. No entanto, o questionamento deste estudo está direcionado a problematizar a inserção do pai e as implicações do exercício de paternidade, visto que ao se falar de feminilidade hegemônica ainda predomina a expectativa da maternidade, o que não corresponde ao que ocorre com masculinidade hegemônica, já que o contexto de paternidade não se liga tão diretamente ao campo das performances masculinas, como a maternidade liga mulheres aos eventos reprodutivos e de cuidado de filhos.

Este estudo teve como objetivo refletir sobre a abordagem de acolhimento da figura paterna e acompanhantes na assistência no Alojamento Conjunto na promoção dos cuidados aos recém-nascidos. Trata-se de pesquisa de natureza bibliográfica, qualitativa. A análise dos conteúdos será pautada na concepção de Bardin enquanto uma técnica metodológica de acordo com a proposta do contexto da temática.

A escolha desse método de análise de conteúdo para o presente estudo visa reduzir a distância entre a teoria e a ação prática. Para além dos objetivos já mencionados, a relevância do método consiste na finalidade de estabelecer uma compreensão teórica das questões subjetivas e objetivas apresentadas pelo público-alvo da ação, valorizando e significando práticas de acolhimento ao homem na maternidade.

O vínculo entre mãe e bebê é um assunto amplamente discutido e observado entre as equipes que prestam assistência a puérpera no ambiente hospitalar. Por outro lado, homens não costumam ser foco de atenção nos serviços de saúde, e assim acontece nas maternidades. O homem não é estimulado a exercer a sua paternidade ativa, perpetuando assim os estigmas de papéis socialmente atribuídos aos homens e as mulheres o que é reproduzido pela ideologia machista, que reforça para a mulher o papel de maior responsabilidade nos cuidados ao RN. Desta forma indagou-se: Diante do contexto institucional na área da saúde, onde a figura paterna como acompanhante é vista como mero ajudante e não como cuidador dos seus filhos, como estabelecer estratégias de acolhimento, fortalecimento de vínculos e promoção dos cuidados na perspectiva de uma paternidade ativa?

Sendo assim, como profissional da saúde e que contribui numa perspectiva acadêmica, pleiteio oferecer através deste estudo um caminho para aqueles que manifestem interesse em refletir acerca das relações de exercício de paternidade, promoção de vínculo pai e filho e suas determinantes no processo de assistência ao cuidado, bem como apresentar proposta para refletir estratégias acerca do exercício ativo da paternidade.

Paternidade, gênero, parentalidade e famílias

De acordo com Freitas, et. al., (2007) sob a ótica de gênero, a paternidade é exercida sob referenciais de masculinidade e de feminilidade que orientam as representações ideológicas hierarquizantes dos papéis sociais de homens e mulheres, a partir das diferenças biológicas existentes entre os sexos.

Embora a família continue sendo objeto no momento atual de profundas idealizações, a realidade das mudanças em curso abala de tal maneira o modelo idealizado que se torna difícil sustentar a ideia de um modelo “adequado”. Enfim, a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade. (SARTI, 1999).

Ou seja, trabalhar com famílias requer a abertura para uma escuta, a fim de localizar os pontos de vulnerabilidade, mas também os recursos disponíveis.

Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o chefe da família e a mulher, a chefe da casa. O homem corporifica a idéia de autoridade, como uma mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. À mulher cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. (SARTI, 1999)

É necessário abordar questionamentos sobre as posições femininas e masculinas e as relações de gênero para desestabilizar a representação ‘tradicional’ da masculinidade e da paternidade, possibilitando a circulação de novas significações e incentivando a busca de novas compreensões sobre a constituição subjetiva.

A partir da década de 1970, com a ascensão do novo modelo econômico industrial e a consolidação do movimento feminista, os questionamentos das desigualdades de gênero, o avanço dos métodos contraceptivos e o ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho fazem emergir a exigência de um pai mais envolvido com sua criança. (VIEIRA, 2014). No entanto, ainda estamos falando de um pai heterossexual membro de uma família nuclear.

É preciso lembrar que a importância dada à família nuclear formada por pai, mãe e filhos, e à filiação pautada no casal heterossexual tem historicidade, e apoiasse numa “realidade biológica irreduzível até esse momento: é necessário um homem e uma mulher para produzir uma criança”. (Ribeiro, et. al, apud Zambrano2015, p. 3592).

Assim, o casamento (heterossexual e monogâmico) recria a noção de masculinidade hegemônica que tem a heterossexualidade como sua marca principal ao incorporar a paternidade, com suas conseqüentes responsabilidades, atribui-se a orientação sexual heterossexual como referencial de paternidade. (COSTA, 2002)

Para Zambrano(2006), por estar socialmente de acordo com o fato biológico, esse modelo familiar tornou-se o espaço legítimo e “natural” para a sexualidade e a procriação, impondo-se como uma verdade incontestável e ofuscando a idéia de ser ela uma construção bastante recente.

A naturalização desse modelo de família traz em si a crença comumente aceita de que a criança só pode ter um pai e uma mãe que reúnam na mesma pessoa o biológico, o parentesco, a filiação e os cuidados de criação. Uma relação que nos parece tão natural, que nem pensamos tratar-se de uma ordem social a partir do que nos concede a natureza. (ZAMBRANO, 2006).

Estabelecendo o a noção de família define-se, assim, em torno de um eixo moral. As diferentes visões sobre a relação entre a mulher e o acompanhante podem ser frutos da compreensão cultural e social que cada indivíduo tem de família, havendo varias possibilidades de conformações familiares.

As mudanças familiares têm, assim, sentidos diversos para os diferentes segmentos sociais, e seu impacto incide de formas distintas sobre eles, porque o acesso a recursos é desigual numa sociedade de classes. (SARTI, 1999). Portanto, para abordar o tema das famílias e práticas de saúde, não se pode partir de um único referencial. (SARTI, 1999)

Levando em consideração o contexto social do público atendido e as vulnerabilidades que permeiam nosso território, observa-se que diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a

existência da família, essas e outras questões nos levam à necessidade de, para além de discutir paternidade (ou maternidade), explorar as dimensões da parentalidade como conceito.

A parentalidade pode se manifestar na relação adulto-criança envolvendo, pelo menos, quatro dimensões que não são necessariamente concomitantes e podem ser combinadas entre si de maneiras diversas, ou seja:

- 1) o vínculo biológico, dado pela concepção e origem genética; 2) o parentesco, vínculo que une dois indivíduos em relação a uma genealogia, determinando o seu pertencimento a um grupo; 3) a filiação, reconhecimento jurídico desse pertencimento de acordo com as leis sociais do grupo em questão; 4) a parentalidade, o exercício da função parental, implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde, etc., que se tecem no cotidiano em torno do parentesco. (ZAMBRANO,2006, p.216)

De toda forma, como descreve Zambrano (2006), há quatro formas principais de formação homoparental: por filhos havidos em uma ligação heterossexual anterior, pela adoção legal ou informal, através de usos das novas tecnologias reprodutivas que possibilitam o nascimento de filhos biológicos, e pela coparentalidade, na qual os cuidados com a criança são exercidos de forma conjunta e igualitária pelos parceiros.

É relevante destacar que, apesar de a paternidade e a maternidade poderem estar inseridas na parentalidade, está além de ser pai ou mãe. Refletir a parentalidade possibilita uma proposta inclusiva que acolhe as diversidades dos arranjos familiares.

Barreto (2013) afirma, com base nas referências teóricas de Erick Erikson, que a parentalidade surge como uma eficaz estratégia para cuidar de alguém – um filho ou outra pessoa –, contribuindo para o futuro da sociedade. Ou seja, na perspectiva teórica da psicologia eriksoniana, retomada pelo autor, o conceito de parentalidade liga-se ao de generatividade, na possibilidade de ligar o sujeito à reprodução social e às gerações futuras.

Paternidade, alojamento conjunto e as políticas de saúde

O Alojamento Conjunto é definido, segundo o Ministério da Saúde, como um sistema hospitalar que recebe mãe e o bebê, logo após o nascimento, ambos permanecem juntos 24 horas por dia até alta hospitalar, permitindo aos pais receberem orientações de cuidados em saúde bem como, a promoção do estabelecimento do vínculo afetivo entre pai, mãe e filho. Visa também, incentivar a amamentação, favorecer o vínculo entre os familiares, bem como, contribuir para a redução dos índices de infecção hospitalar. Conforme descrito na Portaria nº 2.068, de 21 de outubro de 2016, a mesma institui diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada à mulher e ao recém-nascido no AC, conforme descrito no artigo no Art. 3º e seus respectivos incisos, ou seja:

Artigo 3º) A manutenção da mulher e do recém-nascido em Alojamento Conjunto apresenta as seguintes vantagens:

- I - favorece e fortalece o estabelecimento do vínculo afetivo entre pai, mãe e filho;
- II - propicia a interação de outros membros da família com o recém-nascido;
- III - favorece o estabelecimento efetivo do aleitamento materno com o apoio, promoção e proteção, de acordo com as necessidades da mulher e do recém-nascido, respeitando as características individuais;

IV - propicia aos pais e acompanhantes a observação e cuidados constantes ao recém-nascido, possibilitando a comunicação imediata de qualquer anormalidade;

V - fortalece o autocuidado e os cuidados com o recém-nascido, a partir de atividades de educação em saúde desenvolvidas pela equipe multiprofissional;

VI - diminui o risco de infecção relacionada à assistência em serviços de saúde; e

VII - propicia o contato dos pais e familiares com a equipe multiprofissional por ocasião da avaliação da mulher e do recém-nascido, e durante a realização de outros cuidados.

Schmidt e Bonilha (2003) realizaram estudo objetivando o conhecimento das expectativas do pai relacionadas à sua participação no alojamento conjunto, referente às expectativas quanto às dificuldades para a participação no alojamento conjunto estavam presentes questões associadas à instituição, pela existência de rotinas que dificultavam a presença dos pais, também por questões de ordem pessoal, advindo o receio de não possuir capacidades para o cuidado ou de machucar o bebê.

A participação dos pais no nascimento está presente na política de humanização da assistência ao parto, conforme preconiza a Lei Federal nº 11.108/2005. Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. §1º O acompanhante de que trata o caput deste artigo será indicado pela parturiente.

A Lei determina que os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada, propiciem o maior envolvimento dos homens no período puerperal e a sua inserção no compartilhamento de tarefas nos cuidados com os recém-nascidos.

A licença paternidade constitui uma oportunidade de permanência desse pai durante o evento do nascimento e internação em AC, pois está prevista no Art. 7º da Constituição Federal de 1988, ao trazer que o prazo de licença-paternidade é de cinco dias.

O acompanhamento de crianças e adolescentes internados está preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA- Lei Federal nº 8.069 Art. 12º: Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

Outra legislação que aborda essa questão é a Política Nacional da Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH que tem como um dos seus objetivos algumas estratégias que fortaleçam e efetivem a participação dos pais em todas as etapas da gravidez e desenvolvimento do filho, dentre as quais, o pré-natal do parceiro, participação e incentivo ao parto normal, incentivo a amamentação, enfocando inclusive a paternidade responsável.

Resultados e discussão

Os artigos analisados apontam como proposta de ação em AC, algumas medidas para promover a inclusão de pais nas rotinas da enfermagem, para além estratégia de atividades educativas com os mesmos. Destacam a importância da comunicação e a interação no processo, como uma oportunidade de diálogo fortalecedor, que os façam sentirem-se empoderados para exercer o papel de apoio e suporte e, ao mesmo tempo, que os preparem para serem ‘aliados’ no processo de cuidar, atuando em parceria ou em co-participação com os profissionais da maternidade.

A inclusão dos pais na rotina pode se dar através do incentivo e valorização do ato de cuidar, comunicação assertiva e interação estimulando sua participação, estrutura confortável no ambiente ao criar horários alternativos, e dar visibilidade ao tema cuidado paterno.

Reconhecerem o familiar que está na maternidade, por ocasião do acompanhamento da mulher, como alguém que também faz parte do contexto gestação e nascimento e é importante dentro deste processo, tanto para a mulher, como para os próprios profissionais e para instituição (Nassif 2009).

É de suma importância que os profissionais vislumbrem nesta pessoa, um potencial suporte para mulher, pois independente da pessoa que esteja presente, representa a possibilidade de manutenção dos vínculos dessa família, portanto, é importante que profissionais vislumbrem o acompanhante como alguém que, compartilhando com a mulher toda a expectativa da gestação, anseia também em participar plenamente da experiência do nascimento e pós- nascimento.

Nesta perspectiva a inclusão participativa dos homens/pais nos serviços, é um novo desafio, pois, tradicionalmente, as rotinas de saúde são voltadas para as mulheres. Refletir sua presença quanto cuidador é essencial para projetar novos olhares e abordagens possíveis, dado o contexto das instituições de saúde com as atuais transformações econômicas, familiares e de gênero. Os homens geralmente não estão acostumados com as práticas dos serviços de saúde. Para que se tornem aliados no atendimento, cria-se uma rotina adequada para sua recepção, apoio e orientação. (Branco, et.al, 2009).

A maioria das maternidades públicas foi construída na década de 80 sob a ótica do cuidado clínico Mãe e RN, sugestões próprias às instalações físicas da instituição estão voltadas para a melhor acomodação da mulher e seu familiar durante o seu período de permanência na maternidade.

De acordo com Parada e Carvalhaes (2007), a grande maioria das instituições hospitalares tem problemas relacionados à inadequação da área física, tanto para atendimento direto à mulher e ao recém-nascido, como para o atendimento ao familiar que acompanha este processo, uma vez que a maioria dessas instituições, durante a sua construção, não incluía a prerrogativa da humanização da assistência, no entanto, não deve também ser fator que inviabilize essa presença.

Desta forma, deve haver uma flexibilização na entrada dos pais em horário integral, ou se não for possível, estabelecer horários alternativos, incluindo o noturno, para entrada daqueles genitores que possuem impedimentos profissionais, a fim de que possam apoiar suas famílias e receber o apoio da equipe de saúde. Apesar do interesse em participar, alguns pais ficam presos ao trabalho, perdendo oportunidades únicas em sua história de paternidade. Outro fator a considerar é ofertar sempre a declaração de comparecimento à unidade de saúde para que ele a entregue no seu local de trabalho.

É importante ressaltar que a humanização da assistência ao parto e nascimento propõe ações relacionadas ao acolhimento da mulher e sua rede social e familiar e está também representada pela necessidade de orientação/diálogo/fortalecimento deste acompanhante. Oferecer aporte emocional para atender as questões inerentes ao sentimento do pai no evento do nascimento é uma prática que visa o cuidado integral.

Desta maneira, destaca-se a importância da promoção de grupos educativos e espaços de escuta nos serviços de saúde que dão assistência a mulheres gestantes e levando-as a refletir o viver de forma saudável nesse período. Neste sentido, pensar estratégias de acolher essas demandas nos serviços de saúde e em Maternidade pode configurar espaços dinâmicos que objetiva a promoção

da saúde integral individual-coletiva no processo reprodutivo do casal, apoio a parturiente nos cuidados do puerpério, atenção a questão de depressão pós-parto, amamentação e estimulação do RN.

Importante destacar os encontros coletivos como estratégia para discutir com a equipe multidisciplinar a dinâmica do trabalho para melhorar a relação interpessoal e servir de base para a discussão dos aspectos relacionados com o acompanhante, e ainda sensibilizar e habilitar a equipe para melhor atender as demandas referentes aos acompanhantes e fortalecer os vínculos entre os profissionais e os usuários.

Na visão de Deslandes (2004) a qualificação profissional é um aspecto inerente à humanização da assistência, que deve prever desde aquelas questões voltadas para os aspectos técnicos do cuidado, até aquelas voltadas para trabalhar as intersubjetividades, seja dos profissionais, dos usuários, ou as interfaces entre eles.

Considerações finais

As legislações explicitam a necessidade da valorização da paternidade como um aspecto relevante na promoção da saúde sexual e reprodutiva do homem, sem, no entanto, definir o que seja paternidade, ou indicar caminhos para a sua promoção, ou seja, priorizar o tema da paternidade surge da necessidade de preencher a lacuna ainda presente nas políticas públicas com relação a esta questão.

Diante desse contexto, é preciso refletir sobre novas estratégias de atenção ao homem na maternidade, tendo em vista que as práticas institucionais de assistência devem romper com a dissociação do homem no seu processo de paternidade ativa, promover a facilitação do compartilhamento da experiência pelo casal e inclusão do pai nos primeiros cuidados.

Valorizar a paternidade não significa diminuir a importância das mulheres, e sim, estimulá-las a refletir sobre os papéis de gênero, e a construção social estabelecida diante do contexto.

A equipe multiprofissional deve incentivá-las ao diálogo com os parceiros sobre a paternidade e motivá-las a buscar estratégias para inserir os homens no cuidado com os filhos.

Assim, neste estudo, percebe-se que o cuidado não representa apenas a assistência ao parto e aos eventos involutivos do puerpério, mas a assistência deve ser mais ampla, envolvendo a atenção aos aspectos subjetivos maternos, o que deve apontar para além da dimensão obstétrica.

A partir das pesquisas identificou-se que novas significações de paternidade estão em curso. Refletir sobre o exercício da paternidade deve se considerar tanto o envolvimento dos pais, quanto para a possibilidade de prazer desses sujeitos no evento do nascimento e primeiros cuidados com o RN.

Salienta-se, entretanto, que este tipo de trabalho não deve ser proposto com objetivos restritos ao atendimento das necessidades das mulheres. Homens e mulheres apresentam demandas distintas e próprias no evento do nascimento de um filho, e este fato precisa ser reconhecido pelos profissionais.

É possível perceber pelos temas apresentados, o quão importante é o papel do profissional na re-significação das representações dessas famílias, pois o desafio maior está na inserção do pai, proporcionando mais confiança na relação institucional entre o homem e os profissionais da assistência no acompanhamento do parto e pós-parto, sendo o acolhimento e inclusão do homem

na maternidade previsto em normativas de condutas profissionais da área da saúde, e, tais ações reforçam a finalidade de melhor qualidade de vida.

Referências bibliográficas

- ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cenpec, s.d. 323 p.
- BARRETO, André Carvalho. A parentalidade no ciclo de vida. **Psicol.estud.** 2013; p147-156.
- BRANCO, Viviane Manso Castello; CARVALHO, Maria Luiza Mello de; COUTINHO, Andreia Pereira; SICURO Alice. Unidade de Saúde Parceira do pai. Rio de Janeiro. 1ª edição: agosto de 2009.
- BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm#:~:text=L8080&text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.
- BRASIL. Lei 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm
- BRASIL. Portaria nº 2.068, de 21 de outubro de 2016. Institui diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada à mulher e ao recém-nascido no Alojamento Conjunto. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt2068_21_10_2016.html
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Área Técnica de Saúde da Mulher. Rede Cegonha. Brasília: MS; 2011. [acessado 2014 nov 17]. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_ras.php?conteudo=rede_cegonha
- CARVALHO, Maria Luiza Melo. Participação dos pais no nascimento em maternidade pública: dificuldades institucionais e motivações dos casais. **Cad Saúde Pública**. 2003; 19 Suppl2:S389-98.
- COSTA, Rosely Gomes. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Rev. Estud. Fem.** 2002; 10(2):339-356
- DESLANDES, Suely Ferreira. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 7-14, jan./mar. 2004.
- FONSECA, Claudia. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Rev. Estud. Fem.** 2008; 16(3):769-783
- FONSECA, Claudia. Aliados e rivais na família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila porto-alegrense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 88-104, jun. 1987.
- FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino e; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; SILVA Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da. Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(1):137-145, jan, 2007
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria método e Criatividade**. 28ª ed. Revisão atual Petrópolis-RJ: Vozes. 2009
- NASSIF, Anair Andreia. **O acompanhante na maternidade: concepções dos profissionais de saúde** [dissertação de mestrado]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- PARADA, Cristina Maria Garcia de Lima; CARVALHAES, Maria Antonieta Barros Leite. Avaliação da estrutura e processo da atenção ao parto: contribuição ao debate de desenvolvimento humano. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. esp., p. 792-798, set./out. 2007.
- RIBEIRO, Claudia Regina; GOMES, Romeu; MOREIRA, Mharta Cristina Nunes. A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. 2015

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf>. Acesso em: 04 set. 2007.

SILVEIRA, Isolda Pereira da; CAMPOS, Antônia do Carmo Soares; MELLO Marília Silveira de; FERNANDES, Ana Fátima Carvalho. A percepção do pai frente ao nascimento do seu filho. **Rev. RENE. Fortaleza**, v. 5, n. 2, p. 23-27, jul./dez.2004

SCHIMIDT, M. L. S.; BONILHA, A. L. L. Alojamento conjunto: expectativas do pai com relação aos cuidados de sua mulher e filho. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 316-324, dez. 2003.

ZAMBRANO, Elizabeth Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horiz. antropol.** 2006; 12(26):123-147.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021

TRANSGRESSÃO OU EXERCÍCIO DE DIREITO? O ABORTO NO BRASIL E NA ARGENTINA

José Amilsom Rodrigues Vieira²⁴
Kleitton Sousa Matos²⁵

Resumo

Nas últimas décadas diversos países têm colocado em pauta a descriminalização das práticas abortivas, mas embora haja uma tendência mundial à legalização do aborto, na América Latina os argumentos que criminalizam a prática têm se sobressaído. Este artigo apresenta breves reflexões sobre a temática no Brasil e na Argentina, para isso considerando as perspectivas jurídica, religiosa e filosófica. O objetivo dos autores é demonstrar a complexidade que envolve a discussão acerca da interrupção voluntária da gravidez em ambos os países.

Palavras-chaves. Brasil. Argentina. Aborto.

Abstract

In the last decades, several countries have put the decriminalization of abortion practices on the agenda, but although there is a worldwide tendency towards the legalization of abortion, in Latin America the arguments that criminalize the practice have stood out. This article presents brief reflections on the theme in Brazil and Argentina, considering the legal, religious and philosophical perspectives. The authors' objective is to demonstrate the complexity involved in the discussion about voluntary termination of pregnancy in both countries.

Keywords. Brazil. Argentina. Abortion.

Introdução

Nas últimas décadas tem havido intensa movimentação em diversos países objetivando a descriminalização das práticas abortivas. Mas conquanto haja uma tendência mundial à legalização do aborto, na América Latina ainda há um longo caminho a ser trilhado até a sua total e irrestrita descriminalização (BARROSO, 1999). Referindo-se ao modo como os países latino-americanos se posicionam sobre a temática, o jornal El País destaca:

A América Latina domina a lista mundial de países onde vigora a proibição absoluta de abortar em qualquer hipótese – casos da Nicarágua, Honduras, El Salvador e República Dominicana, além do Haiti e três pequenos Estados europeus (Malta, Andorra e o Vaticano)(A JUSTIÇA..., 2017, não paginado).

Em razão da ausência de estatísticas governamentais a respeito, o jornal afirma que somente a partir de dados extraoficiais pode-se estimar o número de mulheres latino-americanas que se submetem a práticas abortivas clandestinas. Nesse contexto, os dados apontam um milhão de abortos ilegais no Brasil e meio milhão na Argentina.

Isso considerado, este texto traz breves reflexões sobre como a temática tem sido abordada atualmente nos contextos brasileiro e argentino, partindo de exposição de como o aborto figura nos

²⁴ Mestre em Letras: ensino de língua e literatura – UFT. Técnico Administrativo na Universidade Federal do Tocantins.

²⁵ Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire)– UFT. Procurador jurídico efetivo no município de Palmeiras do Tocantins-TO

códigos penais desses dois países, ao que se somam perspectivas de ordens religiosas e filosóficas. O intuito dos autores é, a partir dos pontos de vistas discordantes, demonstrar a complexidade que envolve o tema.

Aos olhos da Lei

No contexto histórico brasileiro, nem sempre o aborto foi tipificado como crime, mas já no Brasil colônia pode-se verificar, com clareza, condenação decorrente de práticas abortivas. Tal condenação, imposta por força de interesses religiosos, políticos, econômicos e sociais da época, buscava atender, de um lado, aos dogmas morais da Igreja Católica; de outro, aos propósitos de colonização do território pelo Estado português (EMMERICK, 2008 *apud* PEREIRA; SILVA, 2015). No século XX, as figuras do aborto provocado, aborto sofrido e aborto consentido são tipificadas no Código Penal de 1940.

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

Forma qualificada

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico.

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal (BRASIL, 1940, não paginado).

Atualmente, a questão do aborto tem suscitado discussões polêmicas na sociedade brasileira. De um lado, argumentos em favor da legalização total do aborto concebem-na como indissociável aos direitos da mulher quanto à sexualidade e à reprodução. De outro, a prática é totalmente condenada em razão do direito à vida intrauterina e do nascituro (PEREIRA; SILVA, 2015).

Os autores pontuam que no Projeto de Lei nº 236/2012, que objetiva a reformulação do Código Penal, põem-se em discussão possibilidades outras para as práticas abortivas. Necessário ressaltar que no ano em que se iniciaram as discussões relativas ao projeto, o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 54/2004, declarou procedente a ação para declarar a “inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126, 128, incisos I e II, todos do Código Penal” (BRASIL, 2012, p. 01). Ou seja, a lei assegura legalidade à interrupção da gravidez de feto parcial ou totalmente desprovido de cérebro.

Registre-se que o modo como a temática do aborto tem sido conduzida no Brasil não tem sido incomum àquela que se verifica em outros países latino-americanos, como na Argentina, por exemplo. Ali, por motivos também não incomuns aos que condenam essa prática na sociedade brasileira, o código penal criminaliza a interrupção deliberada da gravidez.

ARTICULO 86. - Incurrirán en las penas establecidas en el artículo anterior y sufrirán, además, inhabilitación especial por doble tiempo que el de la condena, los médicos, cirujanos, parteras o farmacéuticos que abusaren de su ciencia o arte para causar el aborto o cooperarem a causarlo.

El aborto practicado por un médico diplomado con el consentimiento de la mujer encinta, no es punible:

1º Si se ha hecho con el fin de evitar un peligro para la vida o la salud de la madre y si este peligro no puede ser evitado por otros medios.

2º Si el embarazo proviene de una violación o de un atentado al pudor cometido sobre una mujer idiota o demente. En este caso, el consentimiento de su representante legal deberá ser requerido para el aborto.

ARTICULO 87. - Será reprimido con prisión de seis meses a dos años, el que con violencia causare un aborto sin haber tenido el propósito de causarlo, si el estado de embarazo de la paciente fuere notorio o le constare.

ARTICULO 88. - Será reprimida con prisión de uno a cuatro años, la mujer que causare su propio aborto o consintiere en que otro se lo causare. La tentativa de la mujer no es punible (ARGENTINA, 1984, não paginado).

No recorte em destaque, a nítida similaridade entre os modos como os códigos penais brasileiro e argentino focalizam a prática do aborto quando empreendida pela gestante, o autoaborto, ou quando efetuado sob a égide da lei. Observe-se, nesse sentido, que à luz da legislação brasileira, a mulher que provoca ou consente o aborto está sujeita à pena de um a três anos de detenção; conforme o sistema normativo argentino, pena de um a quatro anos de prisão.

Quanto à legalidade da interrupção da gravidez em caso de estupro no Brasil, essa tem alcance pleno; na Argentina, limita-se ao fato de a grávida ser portadora de deficiência mental. Acrescente-se, que em 2012, em julgamento acerca do alcance do artigo 86, a Corte Suprema da Argentina descriminalizou a interrupção de gravidez se essa for decorrente de estupro²⁶. Reconheça-se, porém, que decisões acerca de temas polêmicos, como o aborto, são crivadas, direta ou indiretamente, por perspectivas diversas, das quais duas, a religiosa e a filosófica, serão abordadas na seção abaixo.

Sob outros olhares

Em 2012, no Brasil, em julgamento da ADPF nº 54/2004, quase uma década depois das primeiras discussões pertinentes, o STF declarou a legalidade da prática abortiva em caso de gravidez de feto anencéfalo, tal como solicitava a ação, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Nesse mesmo ano, a Suprema Corte argentina, em face de processo envolvendo uma adolescente de 15 anos, que fora estuprada e engravidada por seu padrasto, descriminaliza procedimento abortivo em caso de gravidez resultante de estupro.

Em ambos os casos, ainda que os números relativos à decisão expressem, à primeira vista, uma certa tranquilidade – unanimidade na Corte argentina; oito votos a dois na Corte brasileira –, há que considerar uma infinidade de discussões que envolveram vários setores da sociedade, com acentuado destaque à Igreja, sobretudo a Igreja Católica. Ora, essencial que se lembre, sob o

²⁶ Esclareça-se que à época da escrita deste texto o aborto não havia sido legalizado na Argentina, o que ocorreu em 30 de dezembro de 2020. Segundo projeto de lei aprovado pelo Senado daquele país, a gravidez pode ser interrompida de forma voluntária até a 14ª semana de gestação.

prisma da religiosidade, a prática abortiva representa, antes de tudo, uma afronta a Deus, o criador de todas as coisas.

Nesse sentido, para além do que possa uma Carta Magna, lei do homem, portanto, preconizar como direitos e garantias fundamentais do ser humano, há a lei divina, cujos preceitos a tudo e a todos deve se sobrepor. Sob esse entendimento, os argumentos de natureza religiosa que se avolumam contra a interrupção terapêutica da gestação adquirem ânimo em inúmeros excertos bíblicos, entre os quais podem-se destacar:

Por ti tenho sido sustentado desde o ventre; tu és aquele que me tiraste das entranhas de minha mãe; o meu louvor será para ti constantemente (BÍBLIA, Salmos 71, 6).

Pois possuíste os meus rins; cobriste-me no ventre de minha mãe (BÍBLIA, Salmos 139, 13).

Os teus olhos viram o meu corpo ainda informe; e no teu livro todas estas coisas foram escritas; as quais em continuação foram formadas, quando nem ainda uma delas havia (BÍBLIA, Salmos, 139, 16).

Dos excertos, depreende-se que as bênçãos de Deus se estendem a toda a existência do ser humano, ou seja, desde a sua concepção. Significa dizer que, à luz desse raciocínio, a interrupção voluntária da gravidez representa um crime, um assassinato. Ressalte-se, a esse respeito, que, nos dez mandamentos da lei de Deus, o sexto assim expressa: “Não matarás” (BÍBLIA, Êxodo, 20, 13). Observe-se, pois, que os versículos acima destacados convergem a esse, tornando a prática do aborto prática abominável a quem a ela se opõe por convicções religiosas.

Entretanto, para além da influência exercida pela religiosidade nas e para as discussões relativas ao aborto, há, entre tantas outras balizas argumentativas, aquela de natureza filosófica, ainda que não claramente perceptível. Destaque-se, nesse sentido, o princípio da utilidade, de Jeremy Bentham. Conforme esse princípio, o gênero humano fora colocado, pela natureza, sob o domínio de dois senhores: a dor e o prazer. São eles que norteiam as ações do homem, estando por isso ladeados pela norma que distingue retidão e erro e pela cadeia de causas e efeitos de seus atos. Trata-se do princípio que põe em questão o aumento ou a diminuição da felicidade (BENTHAM, 1979).

Considerando os casos em tela, pode-se afirmar, sombreando-se ao pensamento de Bentham, que os argumentos que se forjam em torno da aprovação do aborto, sobretudo os que advogam sua total e irrestrita legalização, circunscrevem-se ao objetivo de estabelecer um estado de felicidade à mulher cuja gravidez traga consigo, de alguma forma, a dor, e não o prazer que representa, para tantas outras, ser mãe. Não estabelecido esse estado de felicidade, que se configura pela razão e pela lei, emerge o entendimento de ser injusta a legislação, dado que o bem-estar não se filia à ação de indivíduos, mas a qualquer ato ou medida de governo.

Pode-se afirmar que uma medida de governo (a qual constitui apenas uma espécie particular de ação, praticado por uma pessoa particular ou pessoas particulares) está em conformidade com o princípio da utilidade – ou é ditada por ele – quando, analogamente, a tendência que tem a aumentar a felicidade da comunidade for maior do que qualquer tendência que tenha a diminuí-la (BENTHAM, 1979, p. 10).

Daí não ser por acaso que se verificam enormes pressões sobre o Estado, principalmente sobre o parlamento, com vistas a assegurar à gestante direito à interrupção voluntária da gestação. Observe-se, por exemplo, que na Argentina, uma vez mais, dessa vez no início de 2018, mulheres foram às ruas em manifestações expressivas reivindicando a legalização do aborto. Aliado a isso,

diversos setores da sociedade civil organizada pressionaram os deputados para a aprovação de projeto elaborado com esse objetivo. No Brasil, projeto similar, de 2012 e de iniciativa do Senado Federal, sofreu acentuada minoração do debate, dado que as atenções têm se voltado à crise política por que passa o país.

Considerações finais

O texto trouxe, de um lado, o modo como o aborto é tipificado no código penal brasileiro e até então no código penal argentino; de outro, destacou a temática sob as perspectivas religiosa e filosófica, embora outros referenciais – socioeconômico, cultural e político, entre outros – a um só tempo perpassem e são perpassados pela discussão. Em razão disso, as mudanças acerca do direito de a mulher interromper voluntariamente a gravidez se processam sob intensos embates que não se inscrevem unicamente no âmbito jurídico. Os autores, entretanto, em suas breves reflexões, não tiveram por objetivo fazer juízo de valor em relação a um ou outro entendimento, mas tão somente demonstrar a complexidade que envolve a temática.

Referências

- A JUSTIÇA fecha os olhos diante do drama do aborto na América Latina. **El País**. Buenos Aires, 12 ago. 2017. Não paginado. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/11/politica/1502413757_091099.html. Acesso em: 22 fev. 2018.
- ARGENTINA. **Ley 11.179. Código penal de la nación argentina (T.O. 1984 actualizado)**. Não paginado Disponível em: http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic3_arg_codigo_penal.htm. Acesso em: 25 fev. 2018.
- BARROSO, Carmem. As pesquisas sobre o aborto na América Latina e os estudos de mulher. **Rev. Bras. Est. Pop**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 35-60, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/564>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- BENTHAM, Jeremy. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. São Paulo: Abril, 1979.
- BÍBLIA. A. T. Êxodo. *In*: BIBLIA. Português. **Bíblia sagrada**[online]. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/ex/20>. Acesso em: 03 mar. 2018.
- _____. N. T. Salmos. *In*: BIBLIA. Português. **Bíblia sagrada**[online]. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/sl/139>. Acesso em: 04 mar. 2018.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54**. Distrito Federal. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 12 de abril de 2012. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. 1940. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 01 mar. 2018.
- PEREIRA, Thiago Soares; SILVA, Matheus Passos (coord.). **O princípio da dignidade da pessoa humana e a autonomia da mulher frente à ampliação das hipóteses de aborto legal**. Brasília: Vestnik, 2015.
- Enviado em 30/04/2021
Avaliado em 10/06/2021

MULHERES CONCILIANDO O HOME *OFFICE* E A FAMÍLIA

Neide Santos Marcelli²⁷

Resumo

Este trabalho tem o objetivo geral de compreender o impacto e os conflitos trabalho-família, com relação ao gênero feminino, com a adoção do *home office*, em especial, durante a pandemia. A justificativa para elaboração deste estudo se fundamenta, inicialmente, no que tange a sua relevância em razão de que no Brasil, as mulheres sempre foram responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, dessa forma, é importante analisar como o gênero feminino consegue suportar a sobrecarga de trabalho conciliada com os afazeres da casa durante o *home office*. Subjetivamente, o interesse se demonstra em razão de que os dados indicam que homens e mulheres vivenciam diferentes experiências durante a adoção do trabalho remoto. A desigualdade entre homens e mulheres ainda existe porque as tarefas familiares e parentais são atribuídas assimetricamente às mulheres. Adotou-se a metodologia de pesquisa em formato de revisão bibliográfica onde serão coletadas informações em periódicos e obras que versem sobre a temática nas fontes de pesquisa Google Acadêmico e SCIELO, no período de 2016 a 2021,

Palavras-chave: *Home office*; Conflito trabalho-família; COVID-19.

Abstract

This work has the general objective of understanding the impact and conflicts between work and family, in relation to the female gender, with the adoption of the home office, especially during a pandemic. The justification for the preparation of this study is based, initially, on what regards its explanation because in Brazil, women have always been responsible for the care of the home and children, therefore, it is important to analyze how the female gender manages to obtain the work overload conciliated with the chores of the house during the home office. Subjectively, the interest is shown because the data indicate that men and women have different experiences during the adoption of remote work. Inequality between men and women still exists because family and parental tasks are asymmetrically attributed to women. The research methodology was adopted in a bibliographic review format where information will be collected in periodicals and works dealing with the theme in the Google Academic and SCIELO research sources, in the period from 2016 to 2021,

Keywords: Home office; Work-family conflict; COVID-19.

Introdução

No começo de 2020, com a orientação da OMS, o ministério da Saúde do Brasil definiu uma série de medidas e protocolos a serem adotados para o combate ao coronavírus, várias empresas precisaram se reestruturar suspendendo por completo ou parcialmente suas atividades, para se adequarem aos procedimentos algumas empresas adotaram o trabalho remoto. A crise causada pela pandemia agravou o desemprego e a instabilidade do emprego no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Covid-19), iniciada em maio de 2020, viu o número de desocupados aumentar 33% em setembro, o que significa que 3,4 milhões de pessoas estão procurando trabalho. Os dados deste estudo mostram também que a desigualdade histórica no mercado de trabalho brasileiro está se agravando: em setembro, a taxa de desemprego das mulheres era de 17% e a dos homens era de 11,8% (IBGE, 2020).

²⁷ Mestranda Ciências Humanas Unisa.

Devido ao impacto desigual da epidemia na força de trabalho, também houve impacto da epidemia nos diferentes grupos ocupacionais. Conforme mencionado anteriormente, se aumenta a proporção de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, por outro lado, forçou trabalhadores em condições mais favoráveis a se adaptarem a empregos remotos para manter seus cargos, assim, 46% das empresas brasileiras adotaram uma estratégia *home office* (AGÊNCIA BRASIL, 2020B).

O trabalho remoto ou *home office*, modo normalmente usado para atividades realizadas em lugares diferentes dos escritórios das empresas, através da junção da tecnologia digital e o profissional. Tal modo repentinamente adotado durante o período de quarentena obrigou os profissionais e seus familiares a se adaptarem à nova realidade devido à falta de serviços normalmente contratados, onde o trabalho doméstico foi fortalecido, escolas e universidades passaram a ministrar conteúdos por meio de plataformas digitais, reuniões sociais e atividades esportivas começaram ser à distância. Essa mudança teve um impacto diferente na vida profissional dos trabalhadores brasileiros, levando as pessoas a realizarem estudos recentes para analisar o impacto da adoção do *home office* na eficiência do trabalho no contexto da pandemia.

A adoção do *home office* no contexto da pandemia tem impactado os trabalhadores, em especial as trabalhadoras na relação entre o trabalho e a vida familiar, o que levou a finalidade da produção desta pesquisa, com o objetivo geral de compreender o impacto e os conflitos trabalho-família, com relação ao gênero feminino, com a adoção do *home office*, em especial, durante a pandemia. Esse interesse se deve ao fato de que, no Brasil, as mulheres sempre foram responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos.

Dados do IBGE (2019) sobre "outras formas de trabalho" apontaram que a proporção de mulheres ocupadas com o trabalho doméstico é de 92,2%, confirmando sua superioridade em relação ao percentual de homens, que totalizava 78,2%. Esses indicadores refletem que a necessidade repentina de trabalhar em casa, cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos tem trazido mais sobrecarga para as mulheres, porém por outro lado tem trazido mais proximidade com a família.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, adotou-se a metodologia de pesquisa em formato de revisão bibliográfica onde serão coletadas informações em periódicos e obras que versem sobre a temática nas fontes de pesquisa Google Acadêmico e SCIELO, no período de 2016 a 2021, levando em consideração a questão histórica da divisão do trabalho com os cuidados com a família, todavia, obras de caráter conceitual ainda que anteriores a este período não foram excluídas.

Conflito trabalho-família durante a pandemia

A lide trabalho-família é definida segundo Zhao et al (2020) como um conjunto de pressões que ocorrem quando, ao se desempenhar os papéis profissional e pessoal, o atendimento a um papel torna-se difícil a conformidade com o outro. Há evidências de que, para aqueles que têm filhos, os aspectos do trabalho invadem a vida familiar, algumas vezes de maneira positiva, considerando os ganhos financeiros, e, outras vezes, de maneira negativa, pois o tempo dedicado ao trabalho limita a atenção à família. As lutas no gerenciamento do trabalho e da família ocorrem quase diariamente e têm consequências tanto para as atividades profissionais como para a vida pessoal. A sobrecarga de trabalho é clara, porém outros pontos positivos são latentes, tais como tempo do percurso para o trabalho e a proximidade física com a família.

O conflito trabalho-família surge das principais fontes derivadas do: tempo, acúmulo de pressão e comportamento. Para um indivíduo, quanto mais importante sua função, mais tempo gastará, e desempenhar um desses papéis requer pressão e comportamentos mais específicos, o que

reduzirá o tempo e a energia de outras pessoas. A obrigação de desempenhar uma função interfere no desempenho de outra função, e o nível de desempenho de uma função pode sacrificar outra função (GREENHAUS; BEUTELL, 1985). Além do acúmulo de responsabilidade do cargo, temos um cenário onde as empresas reduziram seu quadro de colaboradores, acumulando funções para os profissionais.

Casais com filhos têm maior probabilidade de ter conflitos do que casais sem filhos, e os conflitos ocorrem com mais frequência quando os filhos têm menos de 18 (dezoito) anos. Os filhos menores demandam mais cuidados e acompanhamento, principalmente com as aulas online. Certos fatores relacionados ao trabalho e à família são diferentes entre homens e mulheres, o que torna o gênero o principal fator, pois as mães geralmente relatam níveis mais elevados de conflito do que os pais (MINNOTTE, 2012; ROMAN, 2017). Historicamente os cuidados domésticos e responsabilidades do gerenciamento do lar é quase 100% da mulher.

No Brasil, estudos mostram que a proporção de mulheres fazendo trabalhos domésticos é de 92,2%, enquanto a de homens é de 78,2% (IBGE, 2019). Essa desigualdade de tempo e energia torna mais difícil para as mulheres se dedicarem ao campo profissional.

Em um modelo de família composto por homens e mulheres, o apoio e a dedicação do marido às tarefas domésticas são essenciais para que as mulheres desenvolvam suas carreiras e busquem conciliar as áreas familiar e de trabalho (HUFFMAN; et al, 2014).

Além disso, é sabido que outros membros da família também podem apoiar os pais no cuidado dos filhos. Ao contratar babás e creches, terceirizar o trabalho de cuidar dos filhos também ajuda as mães a conciliar com o trabalho (LEMOS; CAVAZOTTE, 2018).

A introdução das mulheres no mercado de trabalho levou ao aumento dos conflitos trabalho-família, o que fez com que muitas mães restringissem sua participação na força de trabalho para atender às necessidades familiares, e até interromperam suas carreiras profissionais (BEUTELL; O'HARE, 2018).

O aumento na prevalência de famílias monoparentais é geralmente considerado uma mudança demográfica importante no Brasil, onde, as mulheres têm cada vez mais assumido posições de referência na família nas últimas décadas. No entanto, poucos estudos exploraram o equilíbrio entre trabalho e experiência familiar de pais solteiros. Estudos com mães solteiras mostraram que seus níveis de conflito costumam ser mais altos do que os de mães que vivem com seus parceiros (MINNOTTE, 2012). A quebra de alguns paradigmas mudou o comportamento de alguns pais de família, os quais ajudam nas responsabilidades dos cuidados familiares.

O *home office* é um dos métodos usados na ideia de flexibilidade, principalmente durante o período da pandemia. No entanto, esses arranjos nem sempre proporcionam mais equilíbrio, resultando em necessidades de trabalho que interferem no tempo disponível na vida do indivíduo (BEUTELL; O'HARE, 2018). Não é todo profissional que consegue se adaptar ao trabalho remoto, pois para o mesmo é necessário disciplina e muito planejamento do tempo.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2017), trabalho remoto ou *home office*, pode ser definido como atividades realizadas em um espaço fora do escritório da empresa, entre profissionais mediados por integração de tecnologia digital, como *smartphones*, *laptops* e computadores *desktop*. Ressalta-se que, ao se trabalhar com trabalhos desenvolvidos fora do ambiente tradicional de trabalho, as expressões “trabalho remoto”, “*home office*”, “trabalho virtual”, e “tele trabalho” serão utilizadas indiscriminadamente. Nos últimos anos, o *homeoffice* ganhou uma

vantagem entre os brasileiros: entre 2016 e 2017, o número de integração aumentou 16,2% e, entre 2017 e 2018, aumentou 21,1%.

A literatura sobre este assunto suscita que o *home office* possui inúmeras vantagens porque pode proporcionar um melhor ambiente de acomodação entre o horário de trabalho e as responsabilidades familiares. Levando a uma maior produtividade e melhor equilíbrio entre estas áreas. Além disso, sua adoção reduz o custo do transporte de casa para a empresa. Como desvantagem, foi mencionada a tendência do trabalho superpersonalizado, o que pode levar ao isolamento social, profissional e político. É relatado que o aumento da jornada de trabalho é um resultado negativo do *home office* (HAUBRICH; FROEHLICH, 2020). Diversas empresas estão com a intenção de não retornarem fisicamente para seus escritórios, vão assumir o *home office* como padrão. Esta decisão pode custar a redução da criatividade e troca de experiências e a integração no ambiente de trabalho.

O *home office* está sendo implementado devido à pandemia de COVID-19, principalmente como instrumento temporário de trabalho, onde, muitas empresas trabalham utilizando o trabalho remoto na tentativa de evitar uma crise. As pessoas que trabalham em casa geralmente mudam seus planos de trabalho e, por causa da pandemia, membros da família também estão presentes em casa, o que pode causar interferência e perturbação (SPURK; STRAUB, 2020). O ambiente familiar está tumultuado com a presença constante de todos os membros da família ao mesmo tempo dividindo o espaço por muito tempo, ocasionando distrações e falta de concentração.

A problemática do home office na quarentena e o aumento do conflito trabalho-família

O COVID-19 abalou a estrutura da sociedade contemporânea. O conceito de segurança passou por mudanças revolucionárias e as informações de contato também foram afetadas. A relação com o trabalho foi afetada, não somente no âmbito material até mesmo seu significado foi adaptado de várias maneiras. Se tornou uma exigência cada vez mais comum antes da adaptação aos temas de trabalho, especialmente expressa no conceito muito popular de "resiliência" no mundo corporativo, então a adaptação às novas condições é agora ainda mais indispensável (LOSEKANN; MOURÃO, 2020). Neste contexto o brasileiro saiu na frente, pois por natureza é um povo bastante resiliente, se adaptou com o *home office*, porém muitos esperam ansiosamente pelo retorno ou pelo menos pelo conceito misto.

Para os trabalhadores, surgem desafios, como a necessidade de aprender rapidamente novas tecnologias e estabelecer novas formas de interação e comunicação entre as equipes. Sua vida familiar deve ser coordenada com o trabalho. Para muitas pessoas, a vida pública e a vida privada nunca estiveram tão interligadas. Famílias passam a compartilhar trabalho, escola, família e atividades de lazer no mesmo ambiente.

Conforme Oliveira (2020) o tempo que se deseja ficar em casa é diferente do tempo que se precisa ficar em casa, e ainda, este tempo abrange a própria saúde exposta a risco. Num contexto de pandemia, a persistência e a não mobilidade são imperativas, visto como privilégio de quem "pode" não sair de casa e, ao mesmo tempo exaustivo, quando parece não haver outra forma de evitar esta situação. A propagação do vírus sem dúvida deixa todas as pessoas mentalmente esgotadas. Em sua pesquisa, Oliveira (2020) pontua:

(...) E na minha memória de mãe, que tem um filho pequeno pedindo para brincar – quando o trabalho (doméstico ou remoto) se acumula, quando se tem medo e insegurança da contaminação e muita incerteza do futuro –, sobram questões. Para além da perversa construção social da maternidade cercada de culpa, não há nada tão vivo e presente neste tempo (que parece suspender e

cancelar ações de modo tão determinante) que o imperativo das crianças por brincar (OLIVEIRA, 2020).

Por isso, é necessário ter sensibilidade analítica, exercitar a visão (com um pouco de poesia) e ouvir com atenção para perceber as consequências do fechamento das escolas e da restrição da mobilidade. Embora essas medidas sejam consideradas necessárias, alteram as atividades diárias e afetam o sistema.

A suspensão das aulas e o fechamento de escolas colocam uma nova pressão sobre todos os cargos e colocam o peso em especial sobre a mulher, já que em muitos casos, sendo chefe da família, principalmente se considerando o grande número de famílias monoparentais, até mesmo o *home office* se torna inconciliável com outras tarefas.

Intensificando a problemática do isolamento social, aliado a este fator estão as diversas formas de "violência doméstica" que afetam particularmente crianças e mulheres, que brevemente se faz prestar mais atenção aos outros riscos associados ao *home office*.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é necessário tornar visíveis as recomendações e tomada de medidas e discriminações destinadas a prevenir, proteger e mitigar as consequências da violência, estigma e discriminação, especialmente durante a quarentena contra mulheres e crianças em processos de isolamento social. Essa realidade reforça a importância de se pensar nos espaços familiares, especialmente na figura feminina sustentada pela experiência de homens "todo-poderosos", porque as casas podem ser (agora são) lugares onde mulheres e crianças são oprimidas.

Portanto, é necessário considerar as múltiplas interseções de gênero, raça, classe e gênero que constituem a maternidade para compreender a relação espacial do *home office*. As mulheres são as principais responsáveis pelas atividades relacionadas com os cuidados domiciliares no Brasil. Em 2016, as mulheres despenderam 73% mais tempo nos cuidados e / ou tarefas domésticas do que os homens (18,1 horas: 10,5 horas) (IBGE, 2018).

Considerações finais

Para ampliar o debate sobre o assunto, vale ressaltar que não apenas o tempo, a pressão e o comportamento exacerbam o conflito, mas a adoção dos métodos à distância física também parece afetar o conflito.

Entender o impacto desse quarto fator: a distância familiar necessária para o tempo dedicado ao trabalho em casa ajudará a explicar o fato de que apesar da sobrecarga de trabalho se utiliza a experiência de vida para amenizar conflitos.

A análise dos dados revela a divisão do trabalho por gênero, embora esta não esteja totalmente de acordo com o modelo tradicional. No modelo opressor patriarcal, o papel da família é totalmente assumido pela mulher, e o papel do provedor é do sexo masculino. Uma das conclusões do estudo é que a forma de trabalhar no campo familiar tem aspectos negativos quando se assume a adoção do *home office*, porque atinge ambos os sexos, mas não da mesma forma.

Na divisão do trabalho no cuidado familiar prevalece a desigualdade, levando a jornada de trabalho excessivamente longa para as mulheres, o que indica que é necessário repensar o trabalho remoto, que pode se tornar uma tendência nos próximos anos, e propor alternativas, reorganizando a sociedade, o trabalho e economia de uma forma mais justa de trabalhar, principalmente, se

pensando na sobrecarga para as mulheres, necessitando reavaliar uma forma de tornar as condições de trabalho remotas mais justas e igualitárias.

Conciliar o trabalho com o cuidado do lar representa um desafio significativo, entretanto para as mulheres, em razão de um contexto histórico nesta trajetória de afazeres domésticos. Isso se torna ainda mais agravante com o home office, que deixa profissionais vulneráveis a distrações envolvendo as tarefas familiares.

Para uma vida profissional saudável tem como consequência uma vida pessoal e familiar saudável, e vice-versa. Por isso, é importante gerir de forma equilibrada o tempo que dedica ao seu trabalho e à sua família.

O mundo mudou neste momento em que as pessoas vivem momentos tão difíceis de perdas de entes queridos, perdas financeiras de perda de viver em sociedade. O ser humano necessita de equilíbrio para ser feliz na sua plenitude profissional e familiar. Para conciliar o importante é ter disciplina, gerenciamento do tempo, compartilhar afazeres domésticos com toda família e flexibilidade.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL. **Home office foi adotado por 46% das empresas durante a pandemia.** Brasil: AGENCIABRASIL, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/home-office-foi-adotado-por-46-das-empresas-durante-pandemia>. Acesso em: 24 de abr. 2021.
- BEUTELL, N.; O'HARE, M. **Ajuste do cronograma de trabalho e do controle do cronograma de trabalho: conflito trabalho-família, sinergia trabalho-família, gênero e satisfação** (19 de janeiro). Diário Recuperado de SSRN. 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3105671. Acesso em: 24 de abr. 2021.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro. n.38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 24 de abr. 2021.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílio PNAD Covid 19.** Set. 2020, Resultado mensal. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101763.pdf>. Acesso em: 24 de abr. 2021.
- GREENHAUS; JH; BEUTELL, NJ Fontes de conflito entre os papéis profissionais e familiares. **Academy of Management Review**, 1985, pp. 76-88. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/AMR.1985.4277352>. Acesso em: 23 de abr. 2021.
- HAUBRICH, D. B; FROEHLICH, C. Benefícios e Desafios do 'Home office' em Empresas de Tecnologia da Informação. **Gestão & Conexões**, 2020, pp. 167-184.
- HUFFMAN, AH, Casper; et al. Como o apoio à carreira do cônjuge se relaciona com a rotatividade de funcionários? O trabalho interfere na família e a satisfação no trabalho como mediadores. **Journal of Organizational Behavior**, 2014, pp. 194-212.
- LEMONS, A.H.C; CAVAZOTTE, F.S.C.N. **É possível ter tudo?** Carreira, maternidade e extensão da jornada na contemporaneidade. In: Carvalho Neto, A.; Versiani, F. (Eds.). **Mulheres Profissionais: quem é o sexo frágil?** Belo Horizonte: PUC-MINAS. 2018. 295p.
- LOSEKANN, Raquel Gonçalves Caldeira Brant; MOURÃO, Helena Cardoso. Desafios do teletrabalho na pandemia covid-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, Maringá, v.28, Ed.Esp., jun./2020
- MINNOTTE, KL. Estrutura familiar, gênero e interface trabalho-família: Conflito trabalho-família entre pais solteiros e parceiros. **Journal of Family and Economic Issues**, 2012, pp. 95-107. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10834-011-9261-4>. Acesso em: 23 de abr. 2021.

- OIT, Organização Internacional de Trabalho. **Relatório da OIT destaca oportunidades e desafios na expansão do trabalho a distância**. Brasil: OIT, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/trabalhando-a-qualquer-hora-em-qualquer-lugar-novo-relatorio-destaca-oportunidades-e-desafios-na-expansao-do-trabalho-a-distancia/>. Acesso em: 24 de abr. 2021.
- OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de COVID-19. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 154-166, maio 2021.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Covid-19: Crianças em risco aumentado de abuso, negligência, exploração e violência em meio a intensificação das medidas de contenção**. Brasil: UNICEF, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-criancas-em-risco-aumentado-de-abuso-negligencia-exploracao>. Acesso em: 10 de abr. 2021.
- ROMAN, C. Entre dinheiro e amor: conflito trabalho-família entre mães solteiras suecas de baixa renda. **Nordic Journal of Working Life Studies** , 2017, pp. 23-41. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/njwls/article/view/97093>. Acesso em: 23 de abr. 2021.
- SPURK, D; STRAUB, C. Relações de trabalho e carreiras flexíveis em tempos de pandemia COVID-19. **Journal of Vocational Behavior**, 2020. 4p.
- ZHAO, Y, et al. Trabalho por turnos dos pais em conexão com o conflito trabalho-família e saúde mental: examinando os caminhos para mães e pais. **Journal of Family Issues**, 1-29, 2020. Disponível em: <https://openresearch-repository.anu.edu.au/handle/1885/218663>. Acesso em: 24 de abr. 2021.
- Enviado em 30/04/2021
Avaliado em 10/06/2021

REFLEXÕES SOBRE O LUTO EM TEMPO DE COVID: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Sofia Naira de Deus Pessoa²⁸

Resumo

Este estudo objetiva compreender como as mudanças nesses rituais repercutem na elaboração do luto em meio à pandemia. Como método, foram utilizadas referências encontradas elidas integralmente, sendo as informações e os autores organizados de acordo com o ano da publicação. Posteriormente, os dados foram analisados de forma crítica-reflexiva, tendo como arcabouço teórico os conceitos de morte e luto na Psicanálise. Diante do exposto foi possível concluir que o contexto das mortes pelo novo corona vírus evoca o desamparo diante da perda do mundo presumido, repercutindo diretamente no senso de segurança do indivíduo.

Palavras-chave: Luto. Rituais fúnebres. Psicanálise. COVID-19.

Abstract

This study aims to understand how the changes in these rituals impact the elaboration of mourning in the midst of the pandemic. As a method, references found and read in full were used, with information and authors organized according to the year of publication. Subsequently, the data were analyzed in a critical-reflexive manner, with the theoretical framework of the concepts of death and mourning in Psychoanalysis. Given the above, it was possible to conclude that the context of deaths by the new corona virus evokes helplessness in the face of the loss of the presumed world, directly impacting the individual's sense of security.

Keywords: Mourning. Funeral rituals. Psychoanalysis. COVID-19.

Introdução

Desde 1918, quando a “gripe espanhola” causada pelo vírus H1N1 provocou um impacto global e gerou a morte de cerca de 50 milhões de pessoas no mundo, a COVID-19 tem sido considerada a mais severa infecção respiratória viral. A síndrome, que tem como alguns sintomas físicos tosse, dificuldades respiratórias e febre, dentre outros, impôs aos governos a necessidade de agir rapidamente com a finalidade de conter a disseminação do vírus. Medidas como restrições a ambientes públicos e/ou lockdown foram organizadas de acordo com a realidade local (WALLACE et al., 2020).

Essas intervenções repercutiram diretamente na grande maioria da população, sobretudo aqueles que sofreram a perda de um familiar nesse contexto pandêmico. Impossibilidade de realização de visitas hospitalares e das despedidas nos leitos das instituições, reconhecimento do corpo, velórios e sepultamentos sem a presença dos familiares, além de enterro em cemitérios próprios foram algumas das mudanças sofridas nos rituais fúnebres devido a pandemia. (BROOKS et al., 2020; MAYLAND et al., 2020; SSHAP, 2020).

Várias ciências reconhecem a importância emocional e estruturante dos ritos e rituais, sendo aqueles entendidos como uma categoria mais ampla e esses como um conjunto de gestos e ações que compõem os ritos (RIVIÉRE, 1997). Os rituais marcam a transitoriedade da vida e estão

²⁸ Psicologia – UFPI.

presentes desde sempre na história da humanidade, marcando o estado de enlutamento e possibilitando o reconhecimento daquele que foi perdido permitindo a transição do ciclo da vida.

Freud(1916) refere que o valor da transitoriedade é o valor da escassez do tempo e que a limitação da possibilidade de fruição eleva o valor dessa fruição. Entende-se que a escassez do tempo para a elaboração da perda de um ente querido, assim como a falta dos rituais, pode aumentar e dificultar o processo do luto, aumentando a dor da perda, pois há um aumento da tensão.

No contexto da pandemia da COVID-19 inúmeros fatores podem dificultar a elaboração do luto, desde a morte repentina de um familiar ou aquelas em circunstâncias de isolamento hospitalar. O presente estudo busca realizar um exercício crítico - reflexivo baseado na literatura disponível, com a finalidade de compreender as repercussões da supressão e das mudanças nos rituais de despedida durante a pandemia da COVID 19, bem como avaliar os principais desafios na elaboração de rituais possíveis na pandemia, citando aqueles que emergiram nesse período crítico.

Discussão das referencias:

Morte e rituais de despedida: uma visão cultural

Para compreender as possíveis repercussões das mudanças dos rituais de despedida na elaboração do luto saudável devido a pandemia do COVID – 19 faz-se necessário considerar as variações culturais e o que essas provocam no modo de agir dos indivíduos perante a morte, além das manifestações póstumas (GIRE,2014).

Uma das grandes referências sobre o estudo da história da morte é o historiador Phillippe Ariés. Em *História da Morte no Ocidente (2003)*, Ariés analisa as diferentes atitudes do homem perante a morte através da análise documental (testamentos, túmulos, obras de arte), desde a Idade Média até o século XX. Em sua obra, Ariés estuda as relações do homem diante da morte e as variações da consciência (de si mesmo e do outro) e a vivência individual ou coletiva do fenômeno.

Outra contribuição importante é a da socióloga francesa Claudine Haroche, que em seu livro *A condição sensível: formas e maneiras de sentir no Ocidente (2008)* retomam antropólogo e sociólogo Marcel Mauss (1921), citando sobre a importância dos cenários sociais para a expressão e compartilhamento dos sentimentos. Na visão do antropólogo, os fenômenos expressos não são exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas também fenômenos sociais.

Seguindo uma visão antropológica, é possível observar nos rituais três fases (separação, marginalização e agregação) sendo que uma pode ser mais elaborada do que outra. Os ritos fúnebres são celebrações para os vivos “separando” o que morreu daqueles que sobreviveram à morte, sendo essa perda ritualizada para o resto da comunidade. As outras fases, marginalização e agregação, referem-se à vida social, possuindo uma duração e complexidade maiores que a separação, sendo o luto vivenciado nesses períodos.

O homem buscou construir assim práticas sagradas de ritualização com a finalidade de unir pessoas em busca de sentindo para a perda: a morte chega e obriga o estabelecimento de cerimônias que afirmem essa transição, essa passagem e amenizem a sensação de perda do ente querido (FONTES, ASSIS, SANTOS et al.,2020). Exemplos como homenagens comunitárias e honras ao corpo do falecido possuem, no contexto social, a finalidade de significar a continuidade da vida e a superação da morte.

Outro fator bastante presente nos rituais fúnebres é a manipulação do corpo e cuidados cadavéricos. Mesmo que a vida deixe de estar presente, a estrutura física ainda carrega as lembranças e aspectos da memória afetiva daquela pessoa para sua família e a sociedade. Portanto, o cuidado com o cadáver e a manipulação do morto mostra sua importância na maioria das sociedades (VARISCO, 2011).

Devido à pandemia de COVID – 19 algumas mudanças nas ritualizações e costumes foram necessárias com a finalidade de conter a rápida proliferação do vírus. Alguns serviços de saúde estabeleceram outras rotinas e elaboraram novos protocolos, fazendo com que a comunicação entre doentes e familiares fosse realizada quase que exclusivamente por recursos digitais (SSHAP,2020). O distanciamento e/ou isolamento social pressionou o homem atual a reinventar seus rituais e costumes, influenciando diretamente no senso de proteção e segurança e repercutindo diretamente na saúde mental, segundo mostram pesquisas científicas em andamento (LIMA et al., 2020; JIANBO LAI et al.,2020; RODRIGUEZ- MUÑOZ et al.,2020; BROOKS et al., 2020; SILVA et al., 2020).

Freud (1929) também alerta sobre o sofrimento humano diante da morte, sendo esse entendido como um acontecimento horrendo e aterrorizando. O luto então cria a necessidade de finalização dos laços afetivos e do estabelecimento de novos relacionamentos interpessoais, com a finalidade de crescimento pessoal, elaboração da perda e continuidade da vida (HAMILTON, 2016).

Os rituais de despedida possuem papéis importantes tanto no campo psicológico quanto no social. Dessa forma os enlutados podem demonstrar perante um determinado grupo os seus sentimentos de pesar possuindo, segundo Gire (2014) quatro tarefas, a saber: o reconhecimento da realidade da perda, a necessidade de ajustamentos à nova realidade, o trabalho de elaboração do luto e a construção de novas formas de conexão com o ente que se foi.

Considerações sobre o Luto: funções e significados

A pandemia da COVID-19 (novo coronavírus) vem afetando significativamente a vida de milhões em todo o mundo. As perdas vividas diariamente (por morte ou as simbólicas), as restrições quanto a livre circulação, impossibilidade de reuniões e o distanciamento necessário durante os rituais fúnebres, mostram a necessidade de verificar como o luto vem sendo manejado nesse período e quais as possíveis repercussões dessas novas possibilidades. Mas, antes, faz necessário conceituar o luto, tendo como base teórica os conceitos psicanalíticos.

Em seu clássico “Luto e melancolia”, Freud (1915) apresenta o luto como “ a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria, liberdade, ideal, etc.” (FREUD, 1915). O texto apresenta o luto não como um estado patológico visto que, para esse, a ideia do objeto perdido pode ser elaborada, embora repercuta de forma considerável na vida do sujeito, sendo um processo que exige tempo e energia de investimento. Já a melancolia, mesmo possuindo características semelhantes ao luto, se caracteriza por um estado de ânimo doloroso, seguido de um desinvestimento no mundo exterior e consequente diminuição da autoestima, levando o sujeito a expressar recriminações e ofensas à própria pessoa, apresentando níveis elevados de autopunição. (FREUD, 1915).

No período em que Freud escreveu sobre o tema o mundo também vivenciava um cenário crítico: em 1915, a Itália declarava guerra ao Império Austro-Hungaro, sendo conhecida como a Primeira Guerra Mundial ou Primeira Grande Guerra. Assim, como nos dias atuais envoltos pela pandemia do novocoronavírus, o mundo vivenciava o horror produzido por cenas catastróficas de perdas e mortes em meio a uma crise social que afetava todo o mundo, deixando marcas nos que a vivenciaram. (VERZTMAN; ROMÃO-DIAS, 2020).

Em “Considerações atuais sobre a guerra e a morte”, Freud (1915) relata a perda da ilusão de que os povos “soubessem resolver por outras vias as desinteligências e os conflitos de interesses” (FREUD, 1915), refletindo em mudanças de atitude perante a morte. As maneiras de lidar com a perda e vivenciar o luto mostram-se como processos complexos, que se manifestam de múltiplas maneiras, sendo também influenciadas pelas concepções e crenças a respeito da natureza da morte ou de uma perda, além da relação que existia como morto e em que circunstâncias ocorreu o falecimento.

O processo do luto possui uma função que, segundo a concepção freudiana, consiste no desligamento gradual da libido em relação ao objeto de prazer e satisfação narcísica que o ente falecido consistia. Tal desligamento se dá de forma sofrida, dolorosa, pois existe o confronto de cada uma das lembranças e expectativas que validavam a ligação da libido ao objeto com a realidade da perda. “Mas de fato, uma vez concluído o trabalho de luto, o ego fica livre novamente e desinibido” (FREUD,1915).

Em uma pandemia, quando a necessidade de proteção e segurança se tornam tão necessárias, e o medo começa a influenciar de forma significativa os sentimentos, pensamentos e comportamentos (hiperativação do sistema de apego), se tornando a principal ameaça para a saúde mental do enlutado.(BOWLBY, 2002). Assim, para que o processo de luto seja vivenciado sem complicações, é necessário reconhecer que a realidade daquele sujeito que sofreu a perda já não é mais a mesma. Não existe a possibilidade de realizar o trabalho de elaboração do luto sem se deparar com o real, com o reconhecimento da morte. Coube então, desde sempre, à cultura amparar o ser humano através dos ritos de passagem, estabelecendo de forma gradual a nova realidade e devolvendo a sensação de segurança ao sujeito.

Rituais fúnebres emergentes: possibilidades em meio à pandemia

Segundo McGoldrick (1998, p.245):

Os rituais fúnebres marcam a perda de um membro, ratificam a vida vivida pela pessoa que morreu, facilitam a expressão do sofrimento de forma consistente com os valores da cultura, falam simbolicamente do sentido da morte e da vida e apontam uma direção para conferir sentido à perda, ao mesmo tempo em que possibilitam a continuidade dos vivos.

Mas, como vivenciar esses rituais e sua importância para o processo do luto em meio a uma pandemia?

O Ministério da Saúde (2020) sugeriu algumas alterações radicais em todas as cerimônias e rituais fúnebres durante a disseminação da COVID-19, independente da *causa mortis*. Essas alterações previam as seguintes mudanças: as cerimônias deveriam ser realizadas em locais abertos; a urna funerária deveria permanecer lacrada; a participação de pessoas deveria ser restrita ao número de 10 familiares; deveria existir um distanciamento físico de ao menos 1,5 metros entre as pessoas; proibição do consumo de alimentos; não poderiam estar presentes pessoas pertencentes ao grupo de risco (idosos e pessoas com comorbidades); papel toalha e álcool gel 70% deveriam ser disponibilizados e as cerimônias só poderiam ter até 1 hora de duração. Essas orientações foram acatadas de modo irrestrito no Brasil e visavam diminuir a curva de contágio, contaminações e novos óbitos pela doença.

Mesmo se tratando de medidas necessárias do ponto de vista sanitário, essas restrições dificultam consideravelmente o trabalho de elaboração do luto e a despedida do corpo dos entes

falecidos. Na cultura ocidental, os rituais fúnebres são centrados na manipulação do corpo e sua contemplação uma última vez, ritual não mais permitido devido às limitações impostas pela pandemia. Os corpos assim não podem mais ser tocados, vestidos, contemplados e a repercussão do sofrimento decorrido dessa interdição ainda é de difícil mensuração, mas já é bastante conhecido que a ausência de tais rituais dificulta a elaboração do luto (MAYLAN et al., 2020).

A partir dessa realidade, novas formas de despedida começam a ocorrer como estratégias adaptadas aos novos tempos (FIOCRUZ, 2020^a; MEYER, 2016; MOORE et al., 2020; WORDEN, 2018). Os meios de comunicação, principalmente através das mídias digitais, têm buscado possibilitar à realização de rituais que antes eram presenciais, como as bênçãos no corpo do morto.

Páginas de sites como O Memorial das Vítimas do Coronavírus no Brasil e Os Inumeráveis são exemplos dessas iniciativas. Nessas plataformas os familiares, amigos e voluntários podem publicar sobre seus mortos, compartilhando e tornando públicas suas perdas junto à sua rede socioafetiva, através do recebimento das condolências e compartilhamento de pensamentos sobre o falecido (WORDEN, 2018), sendo a expressão de sentimentos de luto nas redes sociais um fenômeno recente. Cerimônias posteriores ao enterro também têm sido realizadas em forma de lives e tendas para os velórios foram construídas no interior dos cemitérios como alternativa ao uso de capelas, evitando assim aglomeração de pessoas em ambientes fechados.

Deve-se ter cuidado ao incentivar as famílias na realização de rituais alternativos para que essas não se sintam pressionadas, pois entende-se que não existam ações certas ou erradas (MOORE et al., 2020). Mesmo que essas novas expressões não substituam os rituais fúnebres, tradicionalmente adotados, em uma sociedade, elas auxiliam no luto à medida que podem oferecer oportunidades emocionais para o indivíduo para lidar com a perda (WALLACE et al., 2020). Vale ressaltar aqui o importante papel do profissional da saúde mental: o psicólogo poderá avaliar o luto pós-funeral, através de videoconferência ou atendimento online, realizando encaminhamentos caso sejam observados indicativos de risco para o luto complicado (WANG et al., 2020).

Considerações finais

A pandemia da COVID-19 implicou em sérias mudanças na forma como o homem atual vivencia a morte e o luto. Só no Brasil, centenas de milhares de pessoas já perderam ou vivenciaram alguma perda atualmente. No presente estudo foram sintetizados conhecimentos referentes ao luto e seu papel estruturante para o indivíduo, as mudanças nos rituais fúnebres e suas repercussões para a saúde mental.

O presente estudo mostrou o importante papel que os cuidados com as cerimônias ou rituais fúnebres possuem e como esses revelam a inquietação que a morte provoca no indivíduo: ela representa o desconhecido e remete o homem a pensar sobre sua própria morte. E, na tentativa de lidar com essa realidade, a humanidade praticada desde sempre seus rituais, seja diante do corpo de um ente querido, seja criando espaços sagrados para elaborar a perda. Portanto, o simbólico existente nos rituais comunica-se diretamente com o social e fornece sentido à realidade, ajudando assim a vivenciar a morte do familiar.

Compreende-se, assim, que a dedicação observada na reconstrução de rituais na pandemia do novo coronavírus possibilita aos vivos amenizar os possíveis sentimentos de culpa, sendo o ritual fúnebre necessário para ajudar os indivíduos a iniciar o trabalho do luto, possibilitando também a vivência da manifestação pública da dor da perda. Deste modo, mesmo diante das limitações impostas pelo atual contexto, observa-se a necessidade de proporcionar outras possibilidades àqueles que perderam seus entes através de novos rituais, sejam eles presenciais ou através dos meios de comunicação disponíveis.

Portanto, de acordo Freud em seu no artigo intitulado “A transitoriedade” (1916) superando o luto, perceberemos que a nossa elevada estima dos bens culturais não sofreu com a descoberta da sua precariedade. “Reconstruiremos tudo o que a guerra destruiu, e talvez em terreno mais firme e de modo mais duradouro do que antes” (FREUD, 1916).

Referências

- ARANGO, C. **Lessons learned from the coronavirus health crisis in Madrid, Spain: how COVID-19 has changed our lives in the last two weeks** [Ahead of Print]. *Biological Psychiatry*, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1016/j.biopsych.2020.04.003>
- ARIÈS, P. **História da morte no ocidente: Da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BOWLBY, J. **Apego**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BROMBERG, M. H. **A Psicoterapia em situações de perdas e luto**. Campinas: LivroPleno, 2000.
- BROOKS, S. K. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence.: rapid review of the evidence. **The Lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, mar. 2020. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736\(20\)30460-8](http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736(20)30460-8)
- CUNHA, V. A morte do outro: Mudança e diversidade nas atitudes perante a morte. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 31, 103-128, 1999.
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Verbete Vida/Morte. Tradições – gerações**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v.36, 1997.p.29.
- FREUD, S. (2010). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. *In: Obras Completas Volume 12 - Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- FREUD, S. (2011). **Luto e melancolia**. Tradução de Marilene Carone. São Paulo, SP: Cosac Naify. (Trabalho original publicado em 1915).
- FREUD, S. “Mal- estar na civilização”. *In: Edição Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1969. Vol. XXI
- FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ (2020a). **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: processo de luto no contexto da COVID-19**. Rio de Janeiro, 2020.
- GIRE, J. How Death Imitates Life: cultural influences on conceptions of death and dying. **Online Readings In Psychology And Culture**, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 1-22, 1 dez. 2014. Grand Valley State University Libraries. <http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1120>
- HAMILTON, I. J. Understanding grief and bereavement. **British Journal Of General Practice**, [s.l.], v. 66, n. 651, p. 523-523, 29 set. 2016. Royal College of General Practitioners. <http://dx.doi.org/10.3399/bjgp16x687325>.
- KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- KOVÁCS, M. J. **Educação para a morte: temas e reflexões**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- KOVÁCS, M. J. Educação para a morte. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 25(3), 484-497, 2005.
- KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- INGRAVALLO, F. (2020). Death in the era of the COVID-19 pandemic. **The Lancet Public Health**, 5(5), e258. [https://dx.doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30079-7](https://dx.doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30079-7)
- HAROCHE, Claudine. *A condição sensível: Formas e Maneiras de Sentir no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 2008. 240 p.
- LIMA, C. K. T. *et al.* “**The emotional impact of coronavirus 2019-Ncov (new Coronavirus Disease)**”. *Psychiatry Research*, 287, e112915. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.112915>
- MAYLAND, C. R. *et al.* Supporting Adults Bereaved Through COVID-19: a rapid review of the impact of previous pandemics on grief and bereavement. **Journal Of Pain And Symptom Management**, p. 1-7, maio 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jpainsymman.2020.05.012>

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2021). Recuperado de https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/28/boletim_epidemiologico_covid_47_28jan21_seg.pdf.

NORTON, M. I.; GINO, F. Rituals alleviate grieving for loved ones, lovers, and lotteries. **Journal Of Experimental Psychology: General**, v. 143, n. 1, p. 266-272, 2014. American Psychological Association (APA). <http://dx.doi.org/10.1037/a0031772>

RIVIÈRE, C. (1997). **Os ritos profanos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROTHER, D., GALLINETTI, J., LAGAAY, M., & CAMPBELL, L. (2015). **Ebola: beyond the health emergency**. Retrieved from [https:// plan-international.org/publications/ebola-beyond-health%20emergency](https://plan-international.org/publications/ebola-beyond-health%20emergency)

OLIVEIRA-CARDOSO EA, GARCIA JT, MOTA MGM, LOTÉRIO LS, SANTOS MA. Anticipatory/preparatory grief in patients with cancer: analysis of scientific production. **Rev. SPAGESP**. [Internet]. 2018 July/Dec [cited 2020 Apr, 27];19(2):110-22. Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702018000200009&lng=en

SSHAP. K. **Considerations: Dying, Bereavement and Mortuary and Funerary Practices in the Context of COVID-19** (April 2020). 2020. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/15236/SSHAP%20COVID19%20brief.%20Death%20and%20funerals.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 maio 2020.

VARISCO, D. M. The End of Life, The Ends of Life: an anthropological view. **Journal Of The Islamic Medical Association Of North America**, Lombard, Illinois, v. 3, n. 43, p. 203-207, dez. 2011.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021